



Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Relatório e Contas

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas**

Exercício de 2011



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Exercício 2011

Lisboa, 9 de Abril de 2012

ÍNDICE

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Principais Indicadores

Síntese da Actividade do Exercício

Enquadramento Macroeconómico

O Modelo de Negócio

- Negócio Automóvel
- Negócio de Crédito ao Consumo e Cartões de Crédito
- Negócio Crédito Directo

Actividade das Redes de Distribuição

Evolução das Demonstrações Financeiras

Gestão Financeira

Gestão de Risco

Recuperação de Crédito

Tecnologia & Operações

Controlo e Compliance

Recursos Humanos

Proposta de Aplicação de Resultados

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2011 ficou marcado por uma forte instabilidade na Economia Mundial e por divergências importantes quanto ao desempenho das principais Economias. Enquanto o Mundo Ocidental revelou ainda um crescimento incipiente e alguma dificuldade em sair da Recessão de 2008/2009, as Economias Emergentes (BRICS), apesar de alguns sinais de arrefecimento, continuaram a apresentar uma forte dinâmica e taxas de crescimento Económico ainda muito expressivas, funcionando como o motor económico para o Mundo.

A crise da dívida Soberana acabou não só por condicionar o desenvolvimento da Economia Mundial e dos Mercados Financeiros, mas também por determinar a Política Económica aplicada nos chamados Países do Sul da CE (Itália, Espanha, Grécia e Portugal e, ainda, Irlanda). Enquanto Grécia, Irlanda e Portugal acabaram por recorrer mesmo a um Programa de intervenção externa (FMI/EU/BCE), Itália e Espanha auto impuseram-se também a um Programa de forte ajustamento Fiscal. Estas medidas acabaram por ter um efeito de forte contracção destas economias, que entraram numa fase de correcção dos desequilíbrios estruturais provocados pelos excessos (despesas/consumo/crédito/défices/endividamento/etc.) de anos anteriores, o que acabou por condicionar muito o desempenho da Economia Europeia no seu conjunto, que teve na Alemanha o principal motor de crescimento, com um comportamento bastante robusto.

Portugal acabou o ano com uma contracção do PIB na ordem de -1,6%, com a crise ainda a acentuar-se (prevê-se um crescimento de -3,5% em 2012), fruto do corte da despesa Pública e das quebras no Investimento e no Consumo. Apenas as Exportações demonstraram alguma vitalidade, um sinal positivo num caminho extremamente ambicioso e penoso de saneamento e reforma da Administração Pública, de ajustamento fiscal, privatizações e reformas estruturais, com impactos necessariamente muito importantes e de cariz transversal a toda a sociedade.

Apesar do enquadramento extremamente difícil em grande parte dos Países onde actua, o Grupo Santander resistiu admiravelmente bem, beneficiando da sua diversidade geográfica e do seu modelo de negócios conservador. Assim, pela primeira vez, assistimos aos Mercados Emergentes a contribuíram com mais de 54% do Resultado do Grupo, enquanto a Península Ibérica, o mercado de origem do Grupo, contribuiu apenas com cerca de 10% e o Santander Consumer representou já mais 13% do total.

O Grupo Santander possui a maior rede de balcões do Mundo e é o primeiro Banco Europeu em Capitalização bolsista, caracterizando-se por possuir um modelo de riscos muito conservador, o que nesta altura permite manter indicadores muito melhores do que as médias de mercado, de forma sistemática e em praticamente todos os mercados onde está presente, assim como uma grande eficiência na operação, comparando muito favoravelmente com a concorrência e com as médias de mercado no que respeita a produtividade, ou "Cost to Income". Estas características constituem uma grande alavanca de resultados, permitindo uma quase imunidade no que respeita aos ciclos económicos e a capacidade do Grupo gerar resultados de forma recorrente, o que tem ajudado a contribuir para a Solidez do Grupo, bem como para a situação extremamente confortável que possui no que respeita a Liquidez de médio e longo prazo.

Por seu turno, a Divisão de Crédito ao Consumo opera em 14 Países, é líder de mercado e apresentou um Resultado anual de 1,2 MME, representando o Banco Santander Consumer Portugal cerca de 2% do Resultado daquela Divisão do Grupo. É de realçar que num contexto económico complexo e num dos anos mais difíceis para o Sistema Financeiro, a Unidade de Crédito ao Consumo consegue o seu melhor ano de sempre.

No que respeita a Portugal, no contexto já referido, naturalmente, os mercados em que o Banco opera tiveram um comportamento deprimido, condicionando o desenvolvimento da actividade do Banco, com o mercado automóvel de viaturas novas a retrair cerca de 30% e o mercado do Consumo a decrescer também mais de 30%.

Nos principais mercados onde actua, o BSCP ocupa uma posição entre os três principais operadores, assumindo claramente a posição de líder no financiamento de viaturas novas, com cerca de 21% de cota de mercado (-3% do que no ano anterior), fruto dos 10 Acordos de Marca que possui. Já no mercado de financiamento de viaturas usadas assume a 2ª posição, com 11,3% de cota de mercado, enquanto no financiamento ao consumo é 3º classificado com 15.4% do mercado.

Contudo, são de realçar ainda outros indicadores:

- Ao nível dos indicadores de Risco, a Variação da Morosidade de Gestão foi de 13,4 ME, praticamente em linha com o ano anterior, permitindo que o prémio de risco da actividade do Banco se tenha situado em cerca de 1% e muito abaixo da média do sector e claramente o melhor indicador do sector e do mercado;
- No que respeita à gestão dos custos, as medidas adicionais de racionalização e controlo dos mesmos permitiram uma redução de 1,2ME na estrutura de custos, potenciando o que constitui claramente o melhor rácio de "Cost to Income" do sector;

- Também ao nível da gestão financeira, amplamente condicionada pelos sucessivos Downgrades da República e pela crise de liquidez dos mercados, fruto de um excelente antecipação das situações, por um lado e, por outro, da situação privilegiada do enquadramento do Grupo, foi possível conter a pressão na margem financeira, com um misto de boa diversificação do funding (ABS, BCE, etc), com operações de cobertura de taxa de juro e acções agressivas de repricing do Activo e do novo negócio originado no ano.

A qualidade destes indicadores são, não só, motivo natural de satisfação para todos os Parceiros, Colaboradores e Accionistas do Banco, como um motivo de enorme confiança para enfrentar o período mais crítico da Recessão Económica que o País atravessa. Embora apresentando um ligeiro decréscimo de 5%, face ao ano anterior, a gestão rigorosa do risco e dos custos, associada a uma gestão activa e agressiva das vertentes comercial e financeira, permitiram ao Banco terminar o ano com um Resultado Consolidado antes de Impostos de 16.2ME's, constituindo uma prova clara de solidez, sustentabilidade e dinamismo.

Por último, apenas algumas referências sobre as perspectivas e orientações para 2012:

- O País virou o ano ainda longe do ponto mais crítico do ciclo económico, perspectivando uma recessão particularmente severa e acentuada, o que obriga o Banco a moderar as suas ambições, já que os segmentos de mercado onde opera vão permanecer numa fase de depressão expressiva;
- As limitações ao crescimento orgânico aconselham a uma busca activa por novas oportunidades de negócio, quer ampliando a base de originação de negócio, com novas Parcerias, quer diversificando para novos segmentos de mercado, reposicionando estrategicamente o Banco, quer ainda, eventualmente, aproveitando alguma oportunidade que permita ampliar o perímetro de consolidação do Banco, através de aquisições de activos ligados ao nosso core business;
- O agravamento do rendimento disponível das pessoas e taxas de desemprego nunca antes experimentadas, obrigam o Banco a rodear-se de políticas e medidas de rigor e vigilância acrescida, já que sugerem uma forte deterioração dos indicadores de risco e das taxas de delinquência, pondo à prova os nossos Modelos de Admissão de Risco e todas as nossas capacidades de Recuperação de Crédito;
- Num contexto de desalavancagem do Balanço e contracção da actividade, também a gestão da Margem Financeira e das Comissões assumem particular importância, sendo fundamental a maximização das oportunidades de funding diversificado e em condições

- competitivas, mas também uma correcta política de preços e margens na originação de novo negócio;
- Por último, a pressão existente no lado da Receita, quer pelo efeito desalavancagem, quer pelos indicadores de Risco e pressão nas Margens Financeiras, aconselham a que sejam prosseguidas, com toda a assertividade, políticas de racionalização e corte na base de custos, pois terão necessariamente um contributo acrescido na Conta de Resultados do Banco.

Termino numa nota de grande confiança relativamente ao futuro, baseada na expectativa de uma economia mais pujante e competitiva a médio prazo, depois do processo de reformas amplas que atravessamos, na fortaleza das nossas Parcerias e dos nossos Parceiros, que representam as melhores Marcas e as melhores Redes de Distribuição no País, na Solidez do nosso balanço (Core Tier>10%) e na dimensão e Solidez do nosso Accionista, na enorme qualidade dos nossos indicadores de Risco e do nosso Activo, assim como nos nossos processos e nas nossas metodologias e, sobretudo, porque estamos cientes de que possuímos uma equipa altamente motivada e de grande qualidade, já amplamente comprovada e que tudo fará para combater as adversidades do contexto e aproveitar todas as oportunidades que se venham a apresentar.

PRINCIPAIS INDICADORES

Milhares de Euros	2011	2010	Variação
Activo líquido	1.337.503	1.445.113	-7,4%
Crédito sobre Clientes (bruto)	1.315.418	1.412.531	-6,9%
Crédito sobre Clientes (líquido)	1.264.884	1.357.066	-6,8%
Situação Líquida	133.353	123.576	7,9%
Capital Financiado no ano	335.394	488.697	-31,4%
Margem Financeira	47.140	49.250	-4,3%
Produto Bancário	52.808	57.287	-7,8%
Custos de transformação	25.085	26.034	-3,6%
Resultado líquido	9.777	11.633	-16,0%
Resultado líquido por acção (em cêntimos)	14,7	17,5	-16,0%
(Custos de funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário (1)	47,5%	45,4%	2,1 p.p.
Custos com pessoal / Produto Bancário (1)	17,7%	15,6%	2,1 p.p.
Rácio de Solvabilidade Individual (1)	10,74%	9,62%	1,1 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (1)	9,96%	8,66%	1,3 p.p.
Rácio de Solvabilidade Consolidado (1)	11,55%	9,60%	1,9 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (1)	10,75%	8,65%	2,1 p.p.
Produto bancário/ Activo líquido médio (1)	3,8%	4,1%	-0,4 p.p.
ROA (médio)	0,7%	0,8%	-0,1 p.p.
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Activo líquido médio (1)	1,2%	1,2%	-0,1 p.p.
ROE (médio)	7,6%	9,5%	-1,9 p.p.
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Capitais próprios médios (1)	12,6%	13,9%	-1,4 p.p.
Crédito vencido com mais de 90 dias / Crédito Total	3,2%	2,9%	0,3 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total (1)	3,6%	3,4%	0,2 p.p.
Crédito com Incumprimento, líquido / Crédito Total, líquido (1)	0,7%	0,5%	0,2 p.p.
Crédito em risco / Crédito Total (1)	4,1%	4,0%	0,1 p.p.
Crédito em risco, líquido / Crédito Total, líquido (1)	0,3%	0,1%	0,2 p.p.
Imparidade de Crédito/Crédito vencido a cliente final	103%	122%	-19,6 p.p.
Número de efectivos	190	210	-9,5%

(1) - Calculado de acordo com a instrução nº. 16/2004 do Banco de Portugal

SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO

O ano de 2011 ficou marcado pela deterioração progressiva das condições financeiras do sector bancário português, com o adensar da crise do risco soberano na Zona Euro, e no caso de Portugal materializado com o encerramento dos mercados de dívida por grosso e pela formalização, no mês Abril, do pedido de assistência financeira internacional, dada insustentabilidade das diversas medidas implementadas até à altura para controlo das contas públicas. O grau de incerteza do cumprimento das metas orçamentais e de crescimento económico que resultaram em reduções sucessivas das notações de *rating* da República, aumentando as dificuldades ao já débil desempenho da actividade económica. A actividade do Banco Santander Consumer Portugal em 2011, à semelhança de outras instituições que operam no mercado financeiro e em concreto no financiamento ao consumo, foi bastante influenciada pela envolvente macro económica, nomeadamente dado o contexto de escassez de liquidez e aumento dos custos de financiamento e redução dos níveis de consumo dos particulares e das empresas.

A operar neste contexto adverso em que o Banco registou no ano de 2011, um volume de financiamento a cliente final que se situou em 335,4 milhões de euros, o que representou uma redução de 31,4% face ao valor registado do ano anterior. Estes resultados reflectem o decréscimo da actividade gerado pelas fortes restrições ao consumo e ao investimento verificadas no ano de 2011, nomeadamente pelo aumento de impostos sobre o rendimento das famílias e das empresas, e sobre o consumo com aumento do IVA e do Imposto Automóvel. Por outro lado a redução do rendimento disponível, fundamentalmente por parte das famílias e o aumento da taxa de desemprego para níveis históricos, traduziu-se numa evolução dos níveis de incumprimento do crédito concedido, acrescentando preocupações adicionais aos níveis de solvabilidade do sector financeiro nacional.

O Banco encerrou a actividade comercial de financiamento de viaturas novas destacado na liderança, com um market share acumulado no ano de aproximadamente 21% em Dezembro, enquanto nas viaturas usadas, apesar de um decréscimo de 23% no volume de financiamento (vs. uma contracção de mercado de 17%), manteve a posição de referência com uma quota de 11,30%, mesmo atendendo às exigentes políticas de concessão de crédito em vigor para este último segmento.

As vendas a retalho do mercado automóvel – das quais uma parte significativa da actividade comercial do Banco está dependente – reduziram-se significativamente em relação ao ano de

2010 (-30%), espelhando o enquadramento de forte contracção em que se encontrou a economia Portuguesa em 2011. Não obstante as diversas adversidades, à que salientar as virtudes do modelo de negócio prosseguido, assente na diversificação dos canais de distribuição, através do aprofundamento e consolidação de parcerias no mercado de retalho automóvel e de crédito ao consumo, na política exigente e rigorosa de concessão de crédito, através do equilíbrio eficaz do perfil de risco das operações ao retorno esperado e na adequação eficiente dos recursos que suportam a actividade

O Banco continuou a estratégia de sustentação da linha de crédito ao consumo tradicional que será determinante - no mercado em que opera – para garantir a angariação de novos clientes, apesar de a captação de financiamento no ponto de venda, em volume de capital financiado, ter decrescido 33,6%, o número de clientes angariados manteve-se sensivelmente estável.

A redução verificada no volume comparativamente ao ano anterior de 35,8% no volume de financiamento de crédito ao consumo tradicional compara com um mercado que contraiu 24,6%, no que resultou market share de 15,4% no final do ano de 2010, reflexo da diversificação e consolidação das parcerias estabelecidas neste segmento de negócio.

Não obstante o enquadramento macroeconómico difícil e exigente, e como corolário das acções preventivas na admissão de risco de crédito e no reforço da actividade de recuperação, o Banco observou, ao longo do ano de 2011, uma melhoria sistemática dos prémios de risco, que se situaram substancialmente inferiores aos de 2010, indiciando a clara sustentabilidade da relação preço/risco, antevendo assim conseguir melhores rentabilidades futuras. De facto a conjugação da distribuição do Banco nos produtos colateralizados, associada à moderação de concessão de crédito em produtos sem garantia e à excelente melhoria dos indicadores de recuperação de crédito, perspectivam um futuro promissor para o ano de 2012, apesar dos receios quanto às previsões de comportamento da economia.

Para a sustentação da margem financeira, o Banco optou por uma gestão rigorosa das margens de financiamento e de uma optimização acompanhada de diversificação das fontes de financiamento. Nesse sentido a operação de titularização de créditos Silk Finance N°3, iniciada em meados de 2009, tem sido determinante na concretização da política de diversificação das fontes de financiamento da actividade, e atestando a qualidade dos créditos subjacentes à operação de titularização, foi formalizado um empréstimo colateralizado pelas obrigações emitidas no valor de 100 milhões de euros junto a uma entidade financeira internacional em condições particularmente atractivas, tendo em consideração os recentes desenvolvimentos dos mercados financeiros. As e obrigações emitidas de Classe A, no montante de 550 milhões de

euros, tem ainda sido utilizadas como colateral nas operações de intervenção de absorção de liquidez por parte do Banco Central Europeu.

Como linha complementar, na actividade seguradora, foi possível aumentar o nível de comissões, totalizando a Dezembro de 2011 cerca de 5,9 milhões de euros, ainda assim um valor condicionado por via das limitações impostas pela Lei de Mediação de Seguros. A aplicação da nova Lei em finais de 2007 catalisou a mudança do modelo de venda de seguros, dando preferência à angariação directa e lançando produtos adicionais, além dos seguros de protecção de crédito e do seguro automóvel.

No que diz respeito aos processos de optimização operacional, o rácio de eficiência do Banco situou-se em 2011 em 47,5%, um crescimento marginal de 2,1% ao registado em 2010, mantendo os seus excelentes níveis de competitividade e flexibilidade operativa num enquadramento de mercado desfavorável.

O exercício de 2011 encerrou com um resultado líquido consolidado de 9,8 milhões de euros, representando uma redução de 16 % em relação aos 11,6 milhões de euros registados no ano anterior.

A carteira de crédito sobre clientes veio a cifrar-se, no final de 2011, em 1.315 milhões de euros, tendo reduzido 6,9% face ao período homólogo, reflexo do decréscimo registado no volume de capital financiado. Para esta diminuição contribuiu a redução de 13,3% no saldo de crédito concedido no âmbito do financiamento de stock aos concessionários, com os quais o Banco Santander Consumer Portugal tem acordos de marca, em virtude do desempenho desfavorável registado nos volumes de vendas de viaturas verificada ao longo do ano.

Assim, apesar do enquadramento económico desfavorável, o Banco Santander Consumer Portugal está muito bem posicionado para que, em 2012, venha a conseguir ainda melhores resultados, quer ao nível da evolução positiva do activo, dos rácios de incumprimento e dos resultados operacionais, dando continuidade à evolução sustentada do seu modelo de negócio.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento Internacional

A recuperação global está ameaçada pelas fragilidades e intensificação das tensões na área do euro com as condições financeiras a deterioraram-se, as perspectivas de crescimento a diminuir e os riscos de deterioração a aumentarem.

De acordo com o FMI, a economia mundial registou um crescimento de 3,8% em 2011, registando uma queda de 1,4 bps face à cifra registada em 2010.

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL		
<u>Taxas de variação em percentagem</u>		
PIB	2010	2011
Economia mundial	5,2	3,8
EUA	3,0	1,8
Japão	4,4	-0,9
Área do euro	1,9	1,6
Alemanha	3,6	3,0
França	1,4	1,6
Itália	1,5	0,4
Espanha	-0,1	0,7
Portugal	1,4	-1,6
Reino Unido	2,1	0,9
China	10,4	9,2

Fonte: FMI

A economia americana enfraqueceu em 2011 após um crescimento de 3% em 2010. A sua recuperação não é robusta nem dramática, mas é real. Em alguns momentos pesaram os motivos externos, como a crise da zona do euro e a alta do preço do petróleo. Mas certamente os entraves mais sérios estavam no próprio mercado doméstico, onde bancos cheios de créditos duvidosos negociavam crédito, e consumidores atolados em dívidas

evitavam comprar. A receita familiar real ficou estável e o acesso ao crédito continuou restrito.

A taxa de desemprego saiu dos 9% em que permaneceu congelada por muito tempo e recuou para 8,3%. Esta redução no desemprego é incompatível com o desempenho económico. O crescimento deveria estar num patamar superior. Mas não deixa de ser um primeiro passo.

O continente asiático continuará a mover a economia global. Impulsionado sobretudo pela China, que em queda ligeira, cerra 2011 com indicadores económicos fortes a rondar os 9,2%. O bom desempenho da economia asiática, no entanto, não estará livre de riscos. Um deles, é a queda do preço dos alimentos e combustíveis, além de baixo fluxo de capitais e efeitos secundários de desastres naturais, como foi o caso das inundações na Tailândia que contribuíram para a queda do PIB do Japão de 0,9%.

Na Europa, a recuperação económica tem sido atribulada em consequência da crise da dívida soberana e consequente diminuição de margem de manobra política para encontrar soluções para esta crise. A estes factos, acresce a existência de défices orçamentais e dívidas públicas elevadas, um menor crescimento potencial e crescentes tensões nos mercados, o que condiciona o crescimento em muitos dos países da Europa desenvolvida.

Ainda assim, a Área do Euro deverá ter crescido 1,6% em 2011.

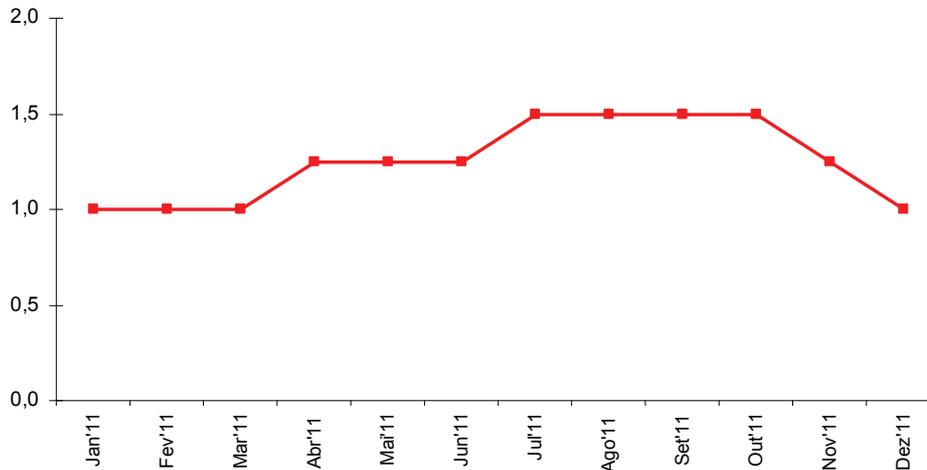
A economia alemã cresce 3% com o consumo interno e o investimento a impulsionarem o crescimento em 2011, pelo segundo ano consecutivo após a forte queda de 2009.

A Espanha, ainda que com a maior taxa de desemprego (22,9%) na União Europeia e uma contracção recorde na concessão de crédito, no conjunto de 2011, cresceu 0,7%.

O mais imediato desafio é para restaurar a confiança e pôr fim à crise na área do euro, apoiando o crescimento, sustentando o ajustamento, contendo a desalavancagem e proporcionando maior liquidez. Nas economias avançadas, as exigências políticas são fundamentais para enfrentar a médio prazo os desequilíbrios orçamentais reparando e reformulando os sistemas financeiros de forma a sustentar a recuperação.

Main Refinancing Interest Rate – Eurosystem

Valores em percentagem



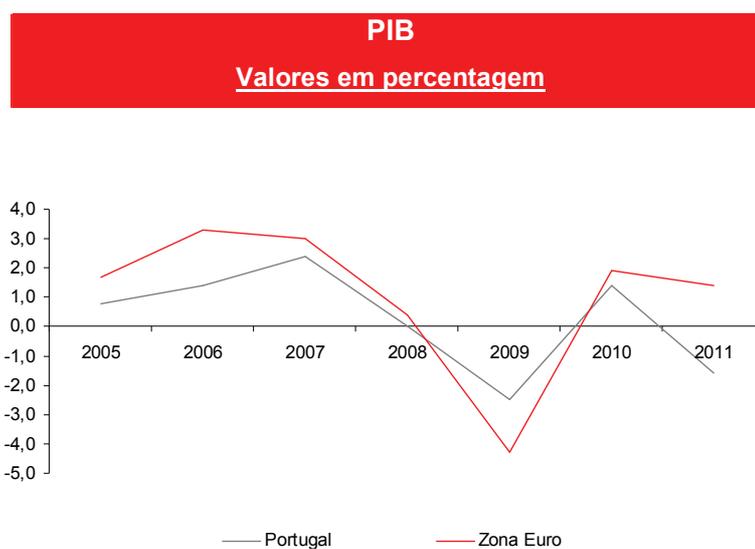
Fonte: Banco central Europeu

A situação actual continua a ser marcada por uma elevada incerteza e por riscos significativos para a estabilidade financeira. Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) actuou nos mercados financeiros, através da aquisição de títulos de dívida no âmbito do *Securities Market Programme*, de forma a conter o agravamento das perturbações na área do euro. Contudo a intensificação das tensões exigiu medidas adicionais. No final de Outubro foram anunciadas diversas medidas que englobam nomeadamente o reforço do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, medidas de reforço do capital de bancos europeus e um novo acordo para o envolvimento voluntário do sector privado na reestruturação da dívida pública grega.

Outras medidas consistiram na recuperação de medidas anteriormente tomadas e que já haviam sido suspensas, além de reduzir a taxa de juro para 1%, num nível histórico, o BCE continuou a proporcionar medidas de maior apoio ao crédito através de duas operações de refinanciamento de prazo alargado com um prazo de 3 anos.

Economia Portuguesa

O PIB em Portugal contraiu 1,6%, no seu conjunto de 2011, comparativamente ao ano de 2010. Os detalhes do PIB mostram uma queda significativa da procura interna, em Portugal e na zona euro.



Fonte: Eurostat

Se, por um lado, a queda do consumo das famílias está a arrastar a economia para a depressão, por outro, está a fazer as importações cair (5,5%). Os portugueses estão a consumir menos, mas estão também a consumir menos produtos importados o que poderia ter impacto positivo na balança comercial.

A Formação Bruta de Capital Fixo registou uma redução de 11,4% acentuando a sua tendência de contracção em termos homólogos ao longo do ano.

Quanto às exportações, embora estejam a desacelerar, registam números positivos, de 7,4%, e acabaram por impedir uma queda maior do PIB. O comportamento das exportações reflecte um redireccionamento dos produtores de bens transaccionáveis para o mercado

externo, uma maior diversificação geográfica, traduzida num aumento do peso dos mercados extracomunitários.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

Taxas de variação em percentagem

	2009	2010	2011
PIB	-2,7	1,4	-1,6
Consumo Privado	-0,8	2,0	-3,9
Consumo Público	3,5	3,2	-3,9
FBCF	-11,1	-4,8	-11,4
Exportações	-11,6	8,7	7,4
Importações	-9,2	5,3	-5,5
Procura Interna	-2,5	0,8	-5,7
Procura Externa	-12,6	9,3	3,9
Contributo para a variação do PIB (p.p.)			
Procura Interna	-2,8	0,5	-6,2
Exportações Líquidas	0,8	0,7	4,6
IHPC	-0,9	1,4	3,6
Taxa Desemprego (% da população activa)	9,5	10,8	14,0
Desemprego longa duração (% desemprego total)	46,5	54,6	49,8
Saldo Orçamental (% PIB)	-9,4	-7,3	-4,2
Dívida Pública (% PIB)	81,0	93,3	107,8

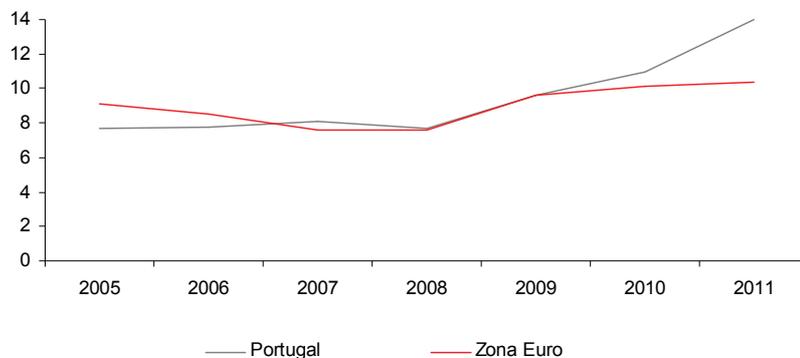
Fontes: INE e Banco de Portugal

Os últimos dados sobre o desemprego em Portugal são preocupantes. A taxa de desemprego em Portugal ultrapassou todas as expectativas negativas atingindo os 14%, o valor mais elevado de sempre. São agora 771 mil os portugueses que se encontram activamente à procura de um primeiro emprego ou de um novo emprego.

As condições no mercado de trabalho deterioraram-se em 2011 repercutindo-se numa redução do emprego idêntica à registada no ano anterior e num aumento significativo da taxa de desemprego.

Taxa Desemprego

Valores em percentagem



Fonte: Eurostat

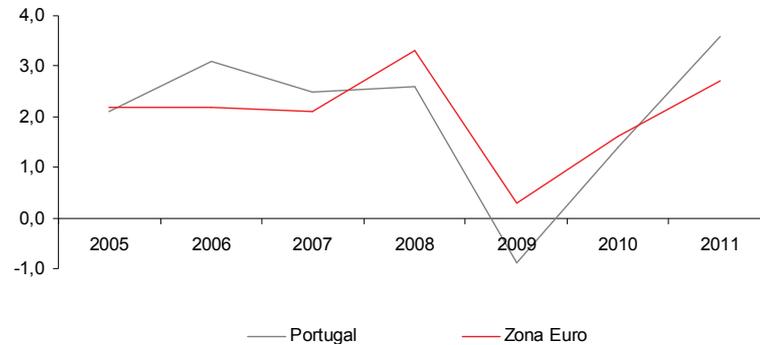
De acordo os dados divulgados pelo Banco de Portugal, os custos unitários do trabalho estão a evoluir positivamente, sendo que a redução dos custos unitários do trabalho está a favorecer a competitividade dos preços, nomeadamente ao nível das exportações de bens transaccionáveis.

De acordo com dados Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de poupança das famílias portuguesas caiu em 2011, dos 10,2% para os 9,7% do rendimento disponível. Esta redução fica a dever-se não só às menores remunerações, mas também aos impostos sobre o rendimento. As remunerações recebidas pelas famílias diminuíram 1,2% em 2011 e os impostos sobre o rendimento aumentaram 10%.

A taxa de inflação em Portugal cifrou-se no 3,6%. O indicador que mede os preços praticados no país ficou condicionado pelas medidas de política orçamental, nomeadamente pela subida da tributação indirecta e aumentos de preços administrados, reflectindo desta forma a subida da taxa do IVA para 23% a 1 de Janeiro de 2011. Não obstante, não é expectável que essa subida da tributação e o crescimento assumido dos preços administrados seja transmitida aos salários.

Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

Valores em percentagem



Fonte: Banco de Portugal

O Fundo Monetário Internacional (FMI) defende que a redução no défice orçamental conseguida por Portugal em 2011 foi significativa mas ficou aquém das expectativas. A meta orçamental foi atingida através de uma transferência parcial dos fundos de pensões da banca, o que implica que o ajustamento subjacente em 2011 tenha sido inferior ao esperado. Segundo números do Governo, o défice orçamental em 2011 cifrou-se nos 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB), abaixo dos 5,9% inicialmente previstos. No entanto, sem a transferência dos fundos de pensões, o défice teria ficado nos 7,5% do PIB.

No que diz respeito à dívida pública, o INE dá conta que esta terá atingido os 107,8% do PIB, ou seja 184.290,9 milhões de euros de dívida face a um Produto Interno Bruto de 171.015,4 milhões de euros.

O sistema bancário registou um significativo grau de alavancagem, encontrando-se particularmente dependente do acesso a financiamento nos mercados internacionais. Num contexto de crise de dívida soberana na área do euro e na sequência de sucessivos “downgrades” de “ratings” da dívida soberana, as condições de financiamento dos bancos deterioraram-se de forma acentuada, tendo-se assistido a um aumento do financiamento junto do Eurosistema.

Num futuro próximo, o sistema bancário enfrenta um conjunto de desafios significativos, nomeadamente relacionados com o financiamento da actividade e o incremento esperado da sinistralidade do crédito concedido .

A economia portuguesa irá registar um período prolongado de ajustamento dos seus desequilíbrios estruturais, o que inclui não apenas uma trajectória ambiciosa de consolidação

orçamental mas também uma desalavancagem gradual face aos actuais elevados níveis de endividamento dos diferentes sectores da economia. Este ajustamento implicará uma materialização adicional do risco de crédito e de mercado, exercendo necessariamente pressão sobre os rácios de capital dos bancos.

O MODELO DE NEGÓCIO

O Modelo de Negócio do Banco Santander Consumer Portugal está assente essencialmente na distribuição de produtos financeiros através de canais indirectos (parceiros) nos mercados automóvel e de grande consumo. Até hoje o parceiro tem sido o nosso principal cliente. Actualmente, estamos a trabalhar com ambição para colocar o cliente final também no centro da nossa estratégia. Com a integração de todas as nossas estruturas comerciais – Automóvel, Consumo, Cliente Final – numa única estrutura fez com que o Banco integrasse toda a sua oferta sob uma única perspectiva – a dos seus parceiros e dos respectivos clientes finais – proporcionando uma maior facilidade de interlocução e mais eficiência e eficácia na gestão das relações comerciais existentes.

O Negócio 'core' do Banco é o financiamento no ramo automóvel, a experiência acumulada com um vasto conhecimento do negócio tem permitido contribuir para a satisfação de necessidades muito específicas de cada um dos parceiros, personalizando a solução, este facto tem constituído uma vantagem competitiva face à nossa concorrência e tem suportando uma indústria – como a do automóvel - que atravessa graves dificuldades. Desta forma, é importante destacar a existência de 10 acordos com Marcas Automóvel de grande prestígio e notoriedade. Este acordos, abarcam toda a gama de produtos do Banco dirigindo-se a targets distintos desde o importador/ distribuidor, à concessão e por fim ao cliente final.

Relativamente ao negócio de financiamento ao grande consumo, o nosso modelo está firme essencialmente em dois grandes pilares : parcerias de referência e flexibilidade de produtos de financiamento ao cliente final através da WEB. Esta solução permite melhorar os nossos rácios de eficiência e a rapidez de decisão no ponto de venda, tão valorizada pelo parceiro e pelo cliente.

Em 2011 a nossa actividade centrou-se em duas grandes áreas: identificar oportunidades comerciais com o objectivo de preparar o Banco para crescer nos próximos anos e, simultaneamente, manter os níveis de risco de crédito bastante melhores do que os do sector do financiamento ao consumo. Ambos foram conseguidos. Por um lado no sector automóvel, e no sector do grande consumo através da celebração de novos acordos e 'afinação' de acordos em carteira. Na área de cliente final, trabalhámos essencialmente a actividade seguradora através da oferta por telemarketing de seguros com grande valor acrescentado para o cliente.

2011 foi também um ano marcado por grandes desafios relativamente à equipa comercial. Lançámos um projecto intitulado 'Sistemática Comercial' que visa a implementação de uma metodologia que pressupõe a sistematização detalhada e analítica de todas as tarefas e

actividades relacionadas com a gestão global do negócio comercial para atingirmos os objectivos definidos pelo BSCP de forma mais célere e estruturada. Pretende-se, dotar a área comercial de um plano de acções estruturado e uniformizado com o objectivo de qualificar o routing comercial e garantir maior eficácia na prossecução dos objectivos estratégicos do Banco. Este processo está a ser acompanhado com um programa intenso de acções de formação.

NEGÓCIO AUTOMÓVEL

Oferta de Produto

O ano de 2010 já tinha sido caracterizado por um conjunto de incitativas de antecipação de vendas, fossem estas motivadas por motivos fiscais (alteração IVA, eliminação do incentivo ao abate), por orientações comerciais das marcas automóveis ou motivadas pelas previsões de crise económica que se avizinhavam.

Já era expectável que o mercado em 2011 viesse a revelar um comportamento muito reservado e de grande incerteza onde qualquer previsão que fosse feita poderia facilmente ficar longe da realidade.

Terminado o ano de 2011 podemos sem qualquer grau de subjectividade afirmar que tivemos perante o ano mais adverso até ao momento. Ao longo do ano foram várias as situações que levaram a uma quebra nas vendas de cerca de 30% (269.162 viaturas em 2010 contra 188.367 em 2011), das quais se destacam:

- Situação económico-financeira sem precedentes com a introdução de diversas medidas de austeridade levando a uma acentuada redução do poder de compra e sentimentos de insegurança do consumidor final;
- Aumento das taxas do IVA;
- Fim do incentivo ao abate que apoio directamente cerca de 13% das vendas de viaturas novas em 2010.

Foi neste contexto que o ano de 2011 representou, para o Banco Santander Consumer Portugal, SA, um dos maiores desafios no já reconhecido historial da actividade do Banco em Portugal. De facto, e perante tudo o já referido, só o elevado reconhecimento das políticas e posicionamento do Banco ao longo dos últimos anos podia ter motivado a preferência de mais uma Marca

automóvel (Chevrolet) para além da manutenção das parcerias de referência ao nível da esmagadora maioria dos Grupos Económicos com actividade no sector automóvel e o alargamento da base de Concessionários independentes representantes de outras marcas induz ao Banco uma dinâmica de mercado que não encontra semelhança com outros operadores de mercado.

Resumindo, apesar do cariz negativo que revestiu 2011, a fidelidade das principais parcerias de referência, as políticas seguidas e da permanente adequação do modelo comercial traduziu-se na manutenção da liderança no mercado de financiamento de viaturas novas e a vice liderança no segmento de viaturas usadas.

Oferta de Produto

A oferta integrada e multifacetada que o Banco tem para oferecer resulta na mais completa e abrangente matriz de produtos financeiros no mercado automóvel e com soluções para todos os intervenientes do ciclo vida de um automóvel, ou seja, desde o importador até ao consumidor final.

A flexibilidade também é uma característica da matriz permitindo a customização da oferta às necessidades específicas de cada um dos nossos Parceiros de negócio ou a uma oportunidade detectada no próprio mercado. O produto de Crédito Prestações constantes resulta precisamente da capacidade de resposta da nossa matriz de produtos e sistemas aplicativos, onde num curto espaço de tempo se lançou mais uma solução inovadora.

De referir ainda que toda gama de produtos assenta em sistemas aplicativos certificados que garantem o respectivo controlo e integridade qualquer momento.

Portfolio actual:

- Importadores:
 - Apoio à Tesouraria no âmbito do produto de Factoring;
 - Crédito stock viaturas novas e usadas;
 - Campanhas de financiamento.

- Rede de distribuição;
 - Crédito stock de viaturas novas e usadas;
 - Campanhas de financiamento;
 - Produtos de apoio à tesouraria;

- Viaturas de demonstração e de serviço.
- Clientes de financiamento (utilizadores do automóvel):
 - Aluguer de Longa Duração;
 - Locação Financeira;
 - Crédito Tradicional (taxas variáveis, fixas e mistas);
 - Crédito Prestações Constantes (taxa variável);
 - Crédito Intersolução;
 - Seguro de protecção ao crédito;
 - Seguro automóvel;
 - Seguro “GAP”

Canais e Redes de Distribuição

As características das viaturas, como o estado, Marca, gama, etc, definem os vários segmentos que se encontram no mercado automóvel o obriga a uma presença personalizada quer através da oferta de produtos específicos, quer nas necessidades de acompanhamento comercial.

O modelo de distribuição e segmentação comercial do banco enquadra-se na segmentação de mercado existente permitindo uma maior eficiência, dinamização e consequente rentabilização das acções desenvolvidas pelas equipas comerciais.

- Rede Franchisados:
 - Marcas: Volkswagen, Audi, Skoda, Mitsubishi, Seat, Kia, Isuzu, Mazda, Opel e Chevrolet (no final de 2011), para além acordos de parceria com grupos de relevo no negócio automóvel (Grupo Salvador Caetano, Grupo Entrepoto, Grupo Soauto, Grupo M Coutinho, Grupo Santogal, Grupo Evicar, Grupo MS Car, Grupo JAP entre outros);
 - Grupos e Concessionários cuja facturação seja maioritariamente de viaturas novas.
- Rede Não Franchisados:
 - Concessionários e Stands cuja facturação seja maioritariamente de viaturas usadas.
- Sucursais:
 - Funcionam como apoio à actividade das equipas comerciais que acompanham os prescritores da zona geográfica em que se situam.

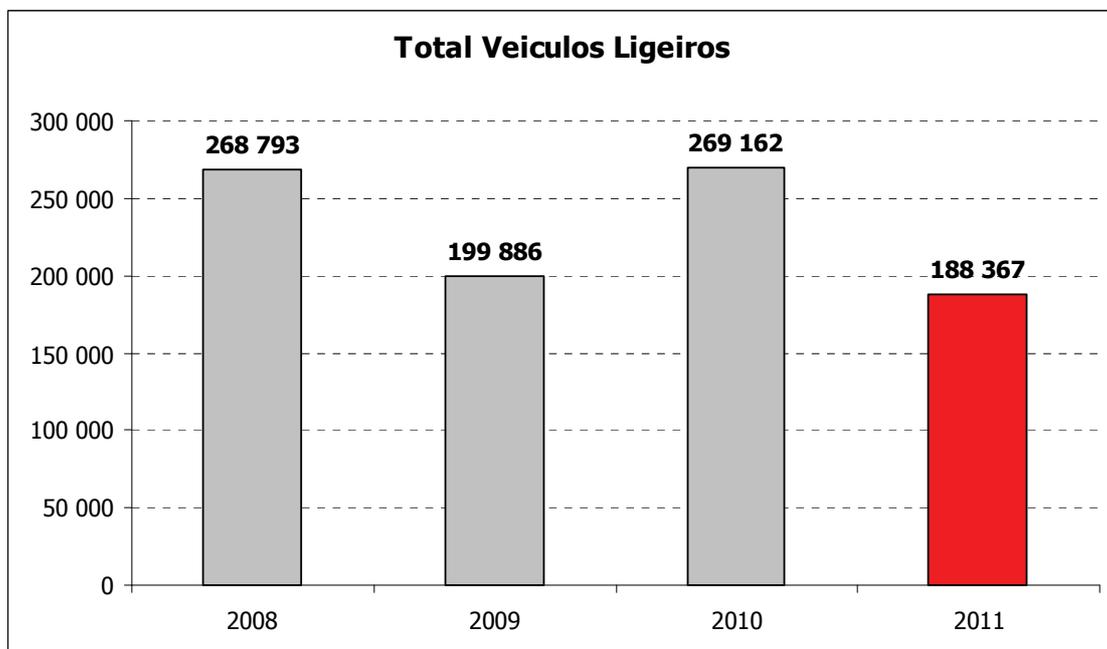
MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO

O mercado de veículos ligeiros em Portugal registou uma forte desaceleração no ano de 2011 (por comparação com 2010).

O número de unidades vendidas no mercado de viaturas ligeiras sofreu uma quebra de -30% face ao ano de 2010, tendo sido vendidas 188.67 unidades (dados ACAP) - volume este ainda mais baixo que o observado em 2009 (-5,8%).

A desaceleração verificada na venda de automóveis está muito influenciada quer pela antecipação de compra ocorrida no último quadrimestre de 2010 (motivada pelos anúncios do fim dos incentivos fiscais ao abate e do agravamento, para 2011, da taxa normal de IVA), quer pelo fim dos incentivos fiscais ao abate (que representavam, em 2010, 13,3% das vendas de passageiros em Portugal) e pela deterioração do rendimento disponível das famílias e difícil acesso ao crédito por parte das empresas. Estes últimos factores devido à conjuntura socioeconómica vivida em 2011, muito marcada pelas medidas de austeridade aplicadas no âmbito do Programa de Apoio Externo solicitado por Portugal.

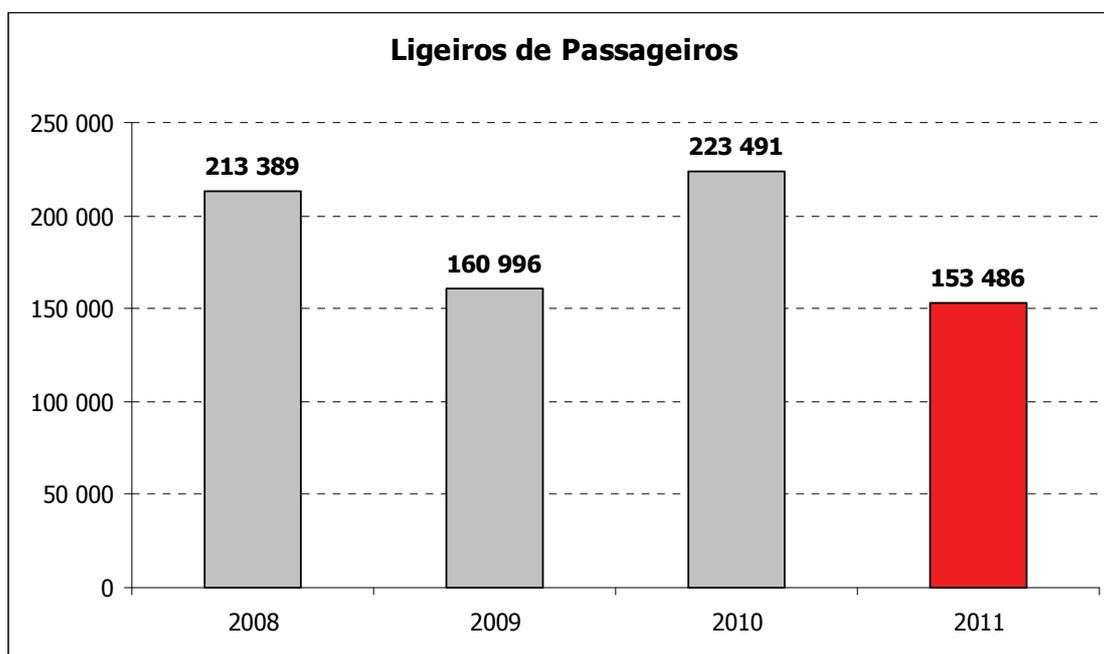
A título de nota refira-se que, apesar de ter sido anunciado para Janeiro de 2012 (em meados de 2011) o aumento do ISV, este factor acabou por não se materializar em antecipações de compra, já que o seu impacto no valor das viaturas acabaria, em muitos casos, por ser praticamente inexistente



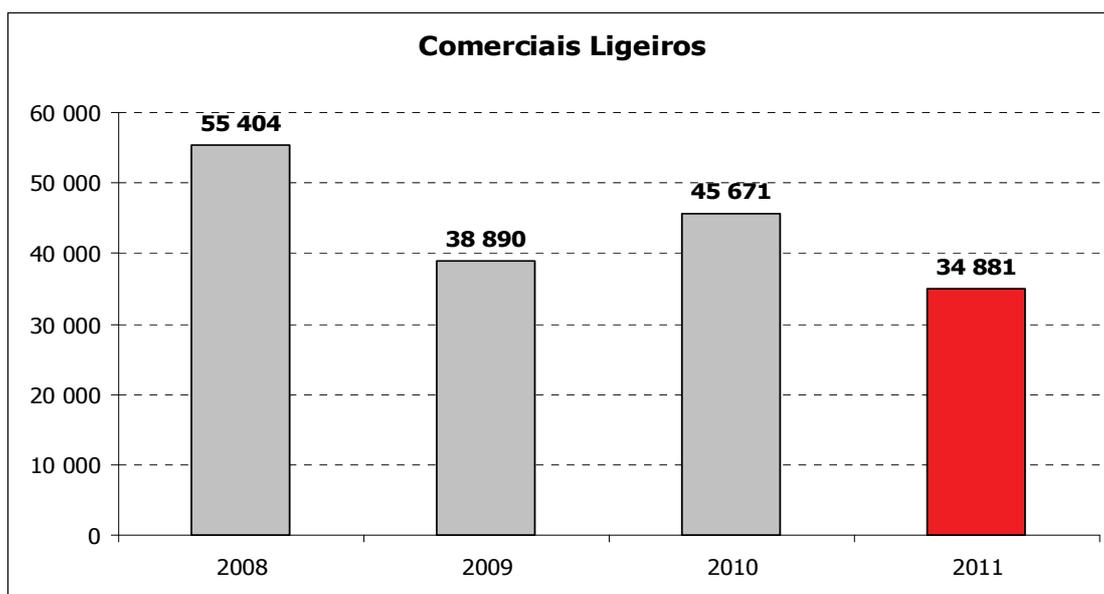
Por segmento, verificaram-se os seguintes comportamentos:

Ligeiros Passageiros: O segmento de Ligeiros de Passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou uma quebra de 31,3% com 153.486 unidades vendidas em 2011 (compara com 223.491 unidades vendidas em 2010).

Este segmento foi o mais afectado pelo fim do apoio de incentivos fiscais ao abate e pela conjuntura socioeconómica vivida em 2012 (com impacto directo no rendimento disponível das famílias, em especial, dos funcionários públicos).

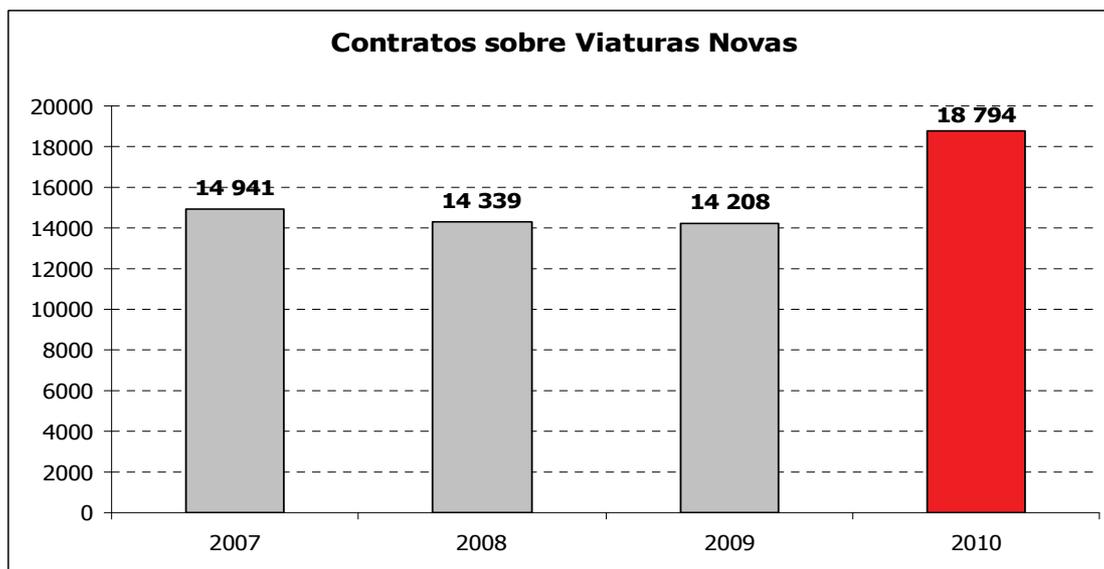


Comerciais Ligeiros: Referente ao segmento de comerciais ligeiros, constata-se um decréscimo do volume de unidades vendidas na ordem dos -24%, fazendo-se sentir, neste segmento, a maior dificuldade de acesso ao crédito por parte das Empresas bem como uma maior prudência das Empresas no que toca a investimento (especialmente investimento no parque automóvel).



Relativamente à Captação de Negócio, verifica-se que em 2011, o Banco realizou 12.209 contratos, apesar de uma maior apetência por parte dos Clientes para o Pronto Pagamento. Este resultado é fruto de uma gestão assente em 2 pilares fundamentais: Perfil de admissão de risco prudente e assertividade comercial quer no acompanhamento diário das actuais Parcerias, quer na prospecção criteriosa de novas oportunidades de negócio.

Importa salientar, no entanto, um mercado automóvel gradualmente mais reduzido em termos de vendas a Cliente Final e existência de uma maior dinâmica de vendas a Cliente RAC e a Gestoras de Frotas.



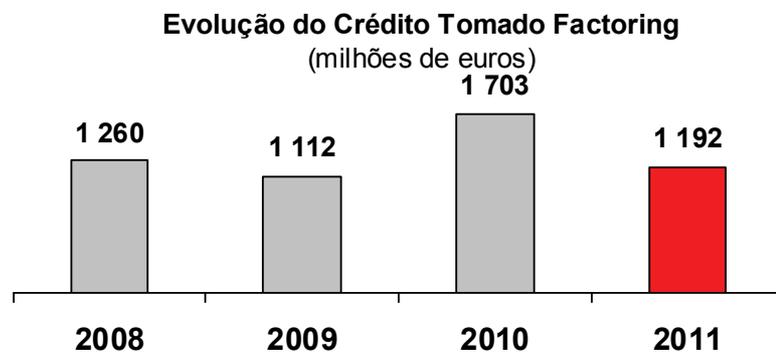
EVOLUÇÃO GLOBAL DO NEGÓCIO

Gestão de Cobranças e Financiamento de Stocks (*Factoring*)

Da abrangente e completa matriz de produtos de que o Banco dispõe, salienta-se em particular o serviço de gestão de facturação (*factoring*) e consequente apoio ao *stock* que é disponibilizado aos concessionários das Marcas.

O Banco Santander Consumer Portugal continuou a dinamizar esta plataforma e expandiu mais uma vez a sua actividade de financiamento de marca para além das que vinha a gerir. Assim, além dos anteriores acordos, nomeadamente as marcas VW, Audi, Skoda, Mitsubishi, Seat, KIA, Isuzu e Mazda juntou-se ao portfolio a parceria com a GM Portugal através da disponibilização do programa de stock de marca para a OPEL em 2010 e para a Chevrolet em 2011 em Portugal, cujos impactos na actividade foram materializados no decurso do ano de 2011.

Neste âmbito, o ano de 2011 terminou com um activo de 179 milhões de euros (contra os 206 milhões de euros de 2009) e no que respeita ao valor dos créditos tomados, que na maioria das marcas apresentou uma regressão, marcadamente influenciada pela performance de vendas (redução de 30% no mercado automóvel de ligeiros e comerciais ligeiros), vindo a atingir um total de 1.192 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 30% face ao ano de 2010.



Valores em milhões de euros

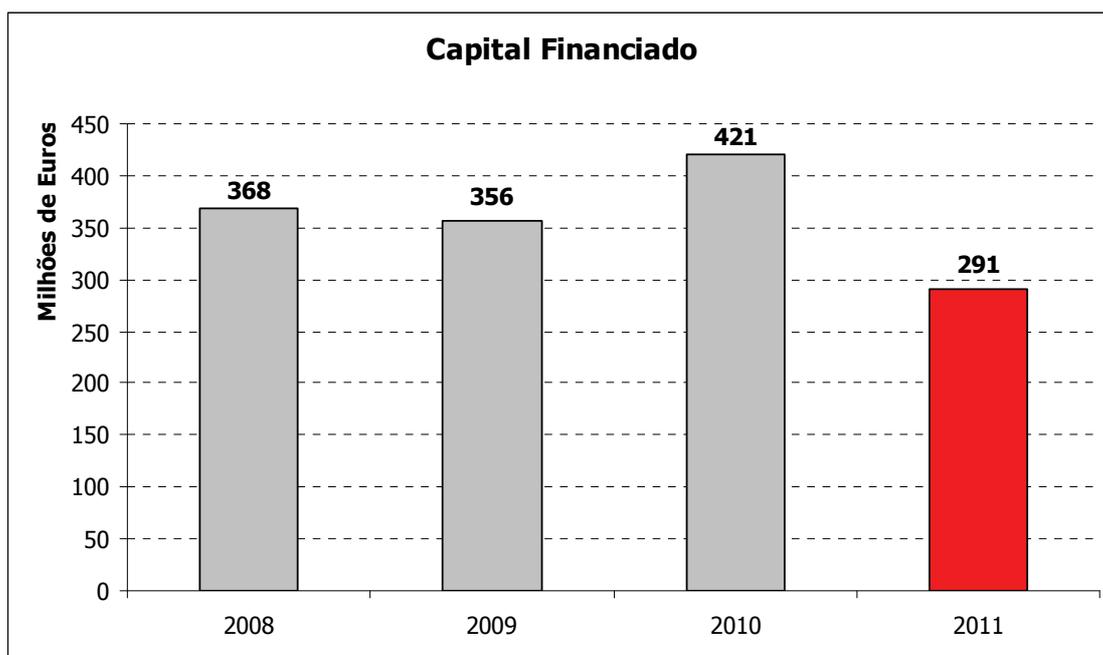
Financiamento à Aquisição de Veículos Automóveis

O ano de 2011 foi até ao momento o corolário de todas as previsões de crise económica que vinham a ser constantemente anunciadas e espectáveis.

O mercado automóvel já com tendência descendente desde o início do ano, termina a espelhar, sem margem para dúvidas, por um lado o início das medidas da austeridade introduzidas pelo governo como também por outro, o sentimento de insegurança e incerteza que afectou o comportamento do consumidor final.

O resultado final de 291M€ de volume de capital financiado apresentado pelo Santander Consumer Finance enquadra-se no comportamento verificado pelo mercado e termina com uma redução de cerca de 30% face a 2010.

Valores em milhões de euros



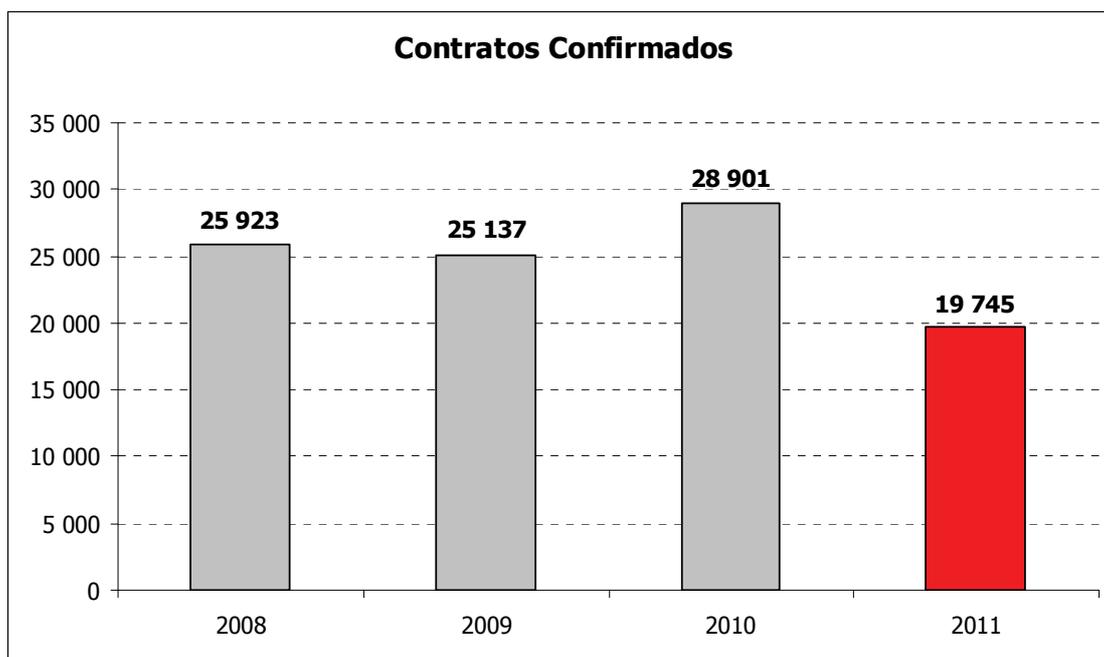
Viaturas novas:

Quebra de 33% no volume de capital financiado comparada com uma descida neste mercado de aproximadamente 23% (dados ASFAC). A diferença entre o valor apresentado pelo Banco e o do mercado explica-se essencialmente pelos resultados muito penalizadores de algumas das Marcas que o Banco representa e também por uma política de risco de grande rigor. Acresce

também que o mercado das RAC (Rent a Car) representou sensivelmente 13% do total não sendo este segmento um mercado prioritário do Banco.

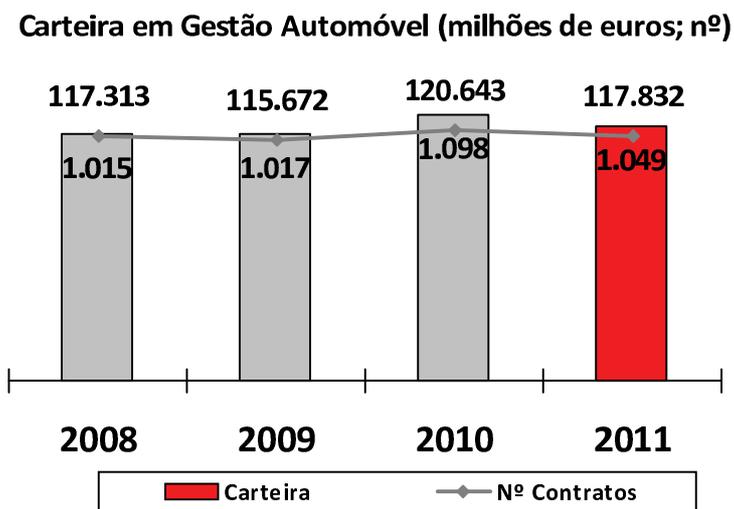
Viaturas usadas: Também neste segmento verifica-se um comportamento enquadrado com o mercado registando-se uma redução no capital financiado de 22%.

Relativamente ao número de contratos realizado em 2011 constata-se uma quebra de 31% derivada à redução já explicada nos pontos anteriores.



Carteira sob Gestão

A carteira sob gestão de contratos de financiamento automóvel apresenta uma redução relativa ao ano anterior de 4% para 1.049 milhões de euros de carteira automóvel sob gestão, suportado por uma maior abrangência e desenvolvimento dos canais de distribuição e consolidação das principais parcerias deste sector.



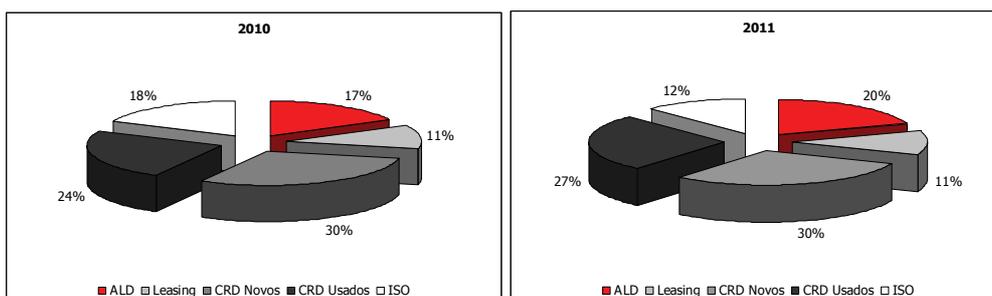
O projecto de expansão no segmento de financiamento no negócio Não Franchisado que tinha como objectivo inverter uma redução da carteira, por expansão no volume de capital financiado a margens líquidas de risco mais favoráveis do que no negócio de financiamento no segmento de distribuição automóvel Franchisado (concessionários de marca), teve resultados positivos e favoráveis mas que não foi suficiente para compensar a redução verificada de 30% no mercado automóvel de ligeiros e comerciais ligeiros em 2011.

Mix de Produtos

A distribuição do volume de capital financiado por tipologia de negócio apresenta a mesma tendência já observada de 2009 para 2010, ou seja, aumento do peso dos produtos de locação (ALD e Leasing) com mais 3% do que em 2010 e paralelamente um incremento do crédito realizado para viaturas usadas.

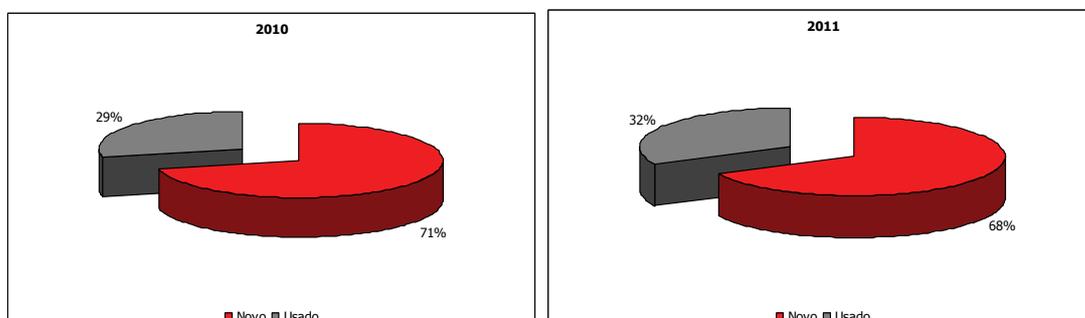
Este comportamento justifica-se por:

- Aumento do número de frotas financiadas pelo Banco onde o produto de eleição é a locação;
- Em situação de maior dificuldade económica o cliente final normalmente opta por viaturas de valor mais reduzido e sobretudo de viaturas usadas.



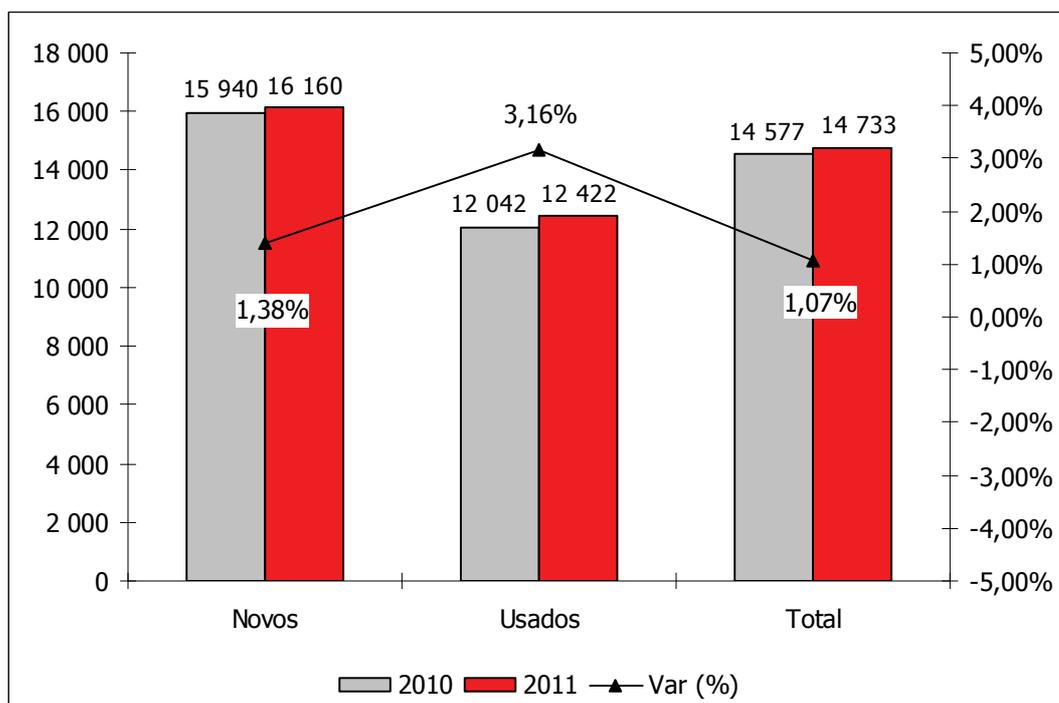
Estado do Bem

Em linha com descrito anteriormente onde se observa um ganho de 3% no financiamento de viaturas usadas.



Capital Financiado Médio

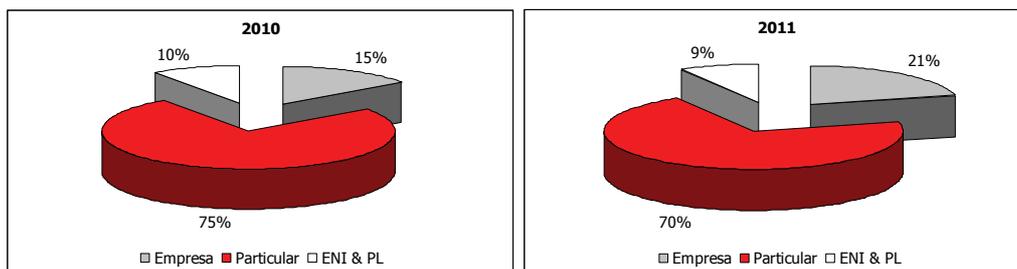
O capital financiado médio apresenta um valor praticamente igual ao registado em 2010 com um incremento de 1%. Este comportamento, diferente dos anos anteriores, resulta claramente da política agressiva de descontos que vigorou no mercado automóvel em 2011 e ao maior peso de viaturas usadas que têm um capital financiado mais baixo.



Tipo de Cliente

Se se conjugar as várias considerações explanadas nos pontos anteriores estamos perante a explicação do aumento das empresas em 6% face a 2010.

- Maior número de frotas que foram financiadas;
- Financiamento de viaturas de demonstração realizado ao abrigo dos programas de Marca que o Banco representa, 10 neste momento;
- Maior procura de viaturas usadas levando a uma diminuição do capital financiado a particulares.

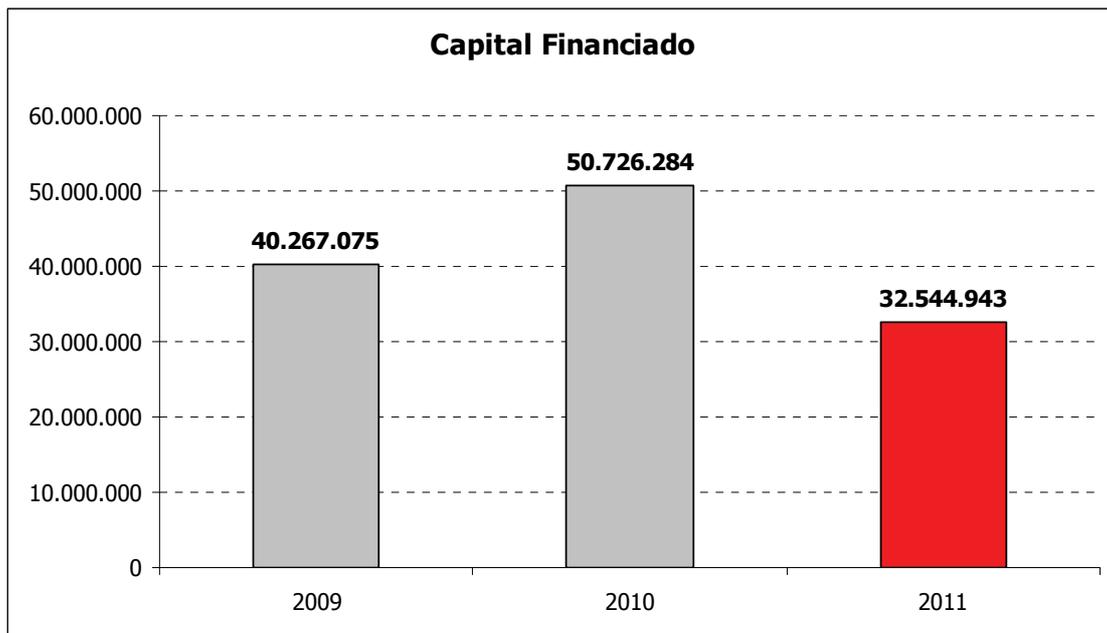


NEGÓCIO E MERCADO CRÉDITO AO CONSUMO

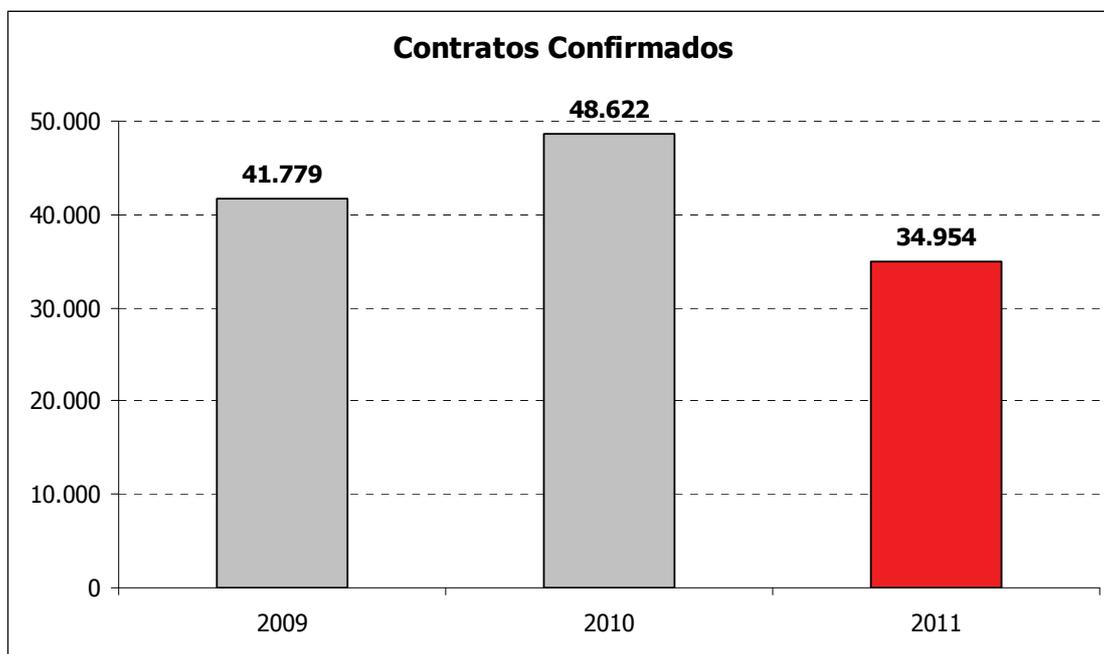
Durante 2011 o negócio de crédito ao consumo manteve a sua estrutura de produto no que diz respeito à distribuição de produtos financeiros, a cliente final, por manutenção de um portfolio de opções diversificado:

- Clientes de financiamento (utilizadores do bem adquirido):
 - Crédito Tradicional com Juros;
 - Crédito Tradicional sem Juros;
 - Crédito Misto (com e sem Juros);
 - Seguros de protecção ao crédito;

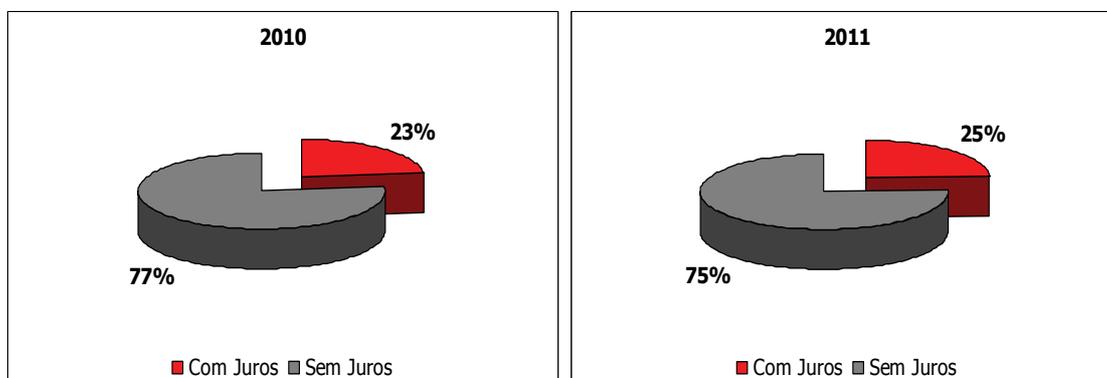
A actividade desenvolvida nesta área de negócio proporcionou uma realização de 32.544 milhares de Euros em 2011 o que representou uma quebra de 35,8% face à realização de 2010.



O número de contratos realizados foi de 48.622 em 2011 o que representou uma quebra de 28,1% face à realização de 2010.



O crédito contratado sem juros continua a dominar este negócio com uma ligeira quebra de 2% face a 2010.



Os resultados apresentados, tiveram subjacente uma contracção do mercado de crédito ao consumo em 24,5% face a 2010 (fonte: ASFAC), como uma revisão das políticas e práticas levadas a cabo pelo Banco que contribuíram para uma melhoria na qualidade do crédito contratado.

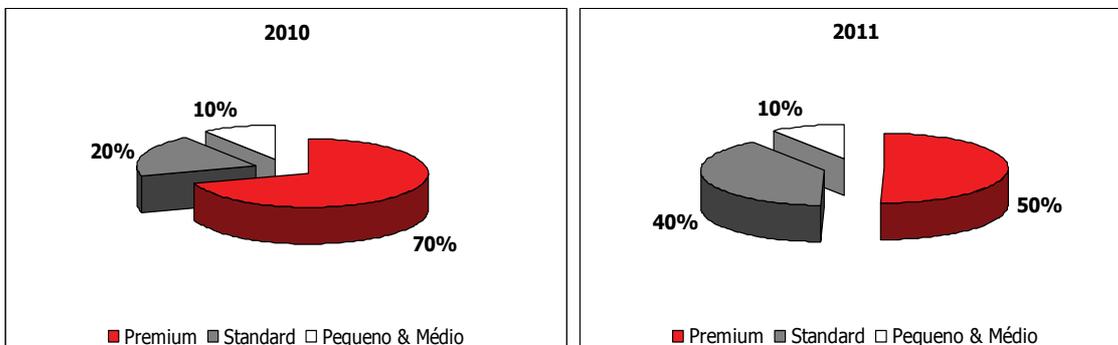
O estabelecimento de parcerias fortes através de mecanismos de fidelização dos principais parceiros por um lado e, por outro, com actividade comercial de angariação, continua a ser o vector fundamental do posicionamento do Banco neste mercado.

NEGÓCIO E MERCADO DE CARTÕES DE CRÉDITO

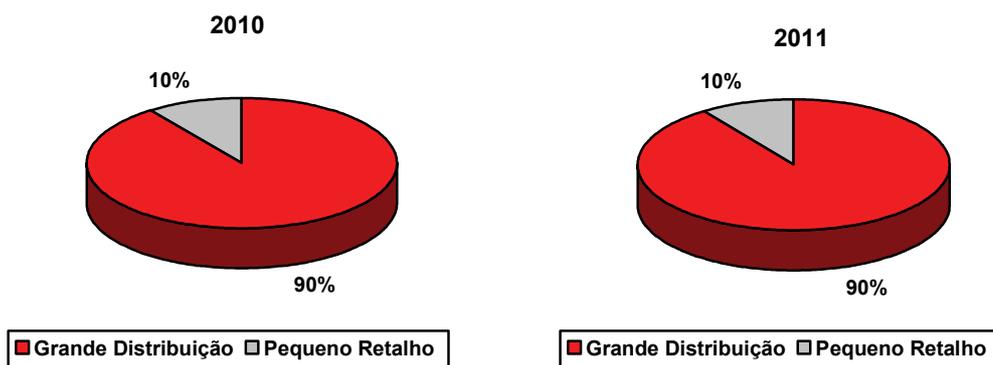
No ano de 2011 a actividade de Cartões de Crédito foi marcada essencialmente pela gestão da carteira (com ações residuais para recrutamento de novos clientes) e pela renovação massiva da carteira para tecnologia de circuitos integrados/Chip. O volume de transacções global foi de 11.483 milhares de euros, representando uma quebra de 25% face a 2010. Este valor global reparte-se entre Cartões Bancários com uma facturação de 6.630 milhares de euros (-32% face a 2010) e Cartões Privativos com uma facturação total de 4.853 milhares de euros (-12,7% face a 2010).

O mercado de Cartões de Crédito, segundo informação prestada pelos associados da ASFAC, registou uma quebra, em valor, de 7,04% face a 2010. A quebra registada pelo Santander Consumer foi substancialmente acima desse valor, tendo por base as decisões estratégicas de abrandamento na angariação de novos clientes e também de encerramento de algumas parcerias co-branding.

ACTIVIDADE NAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO



Redes de Distribuição Crédito ao Consumo



EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Em consequência, as contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as ditas IAS/IFRS, enquanto as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

Introdução

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encerrou o exercício de 2011 com um resultado líquido consolidado de 9,8 milhões de euros, representando um decréscimo de 16,0% em relação aos 11,63 milhões de euros registados no ano anterior.

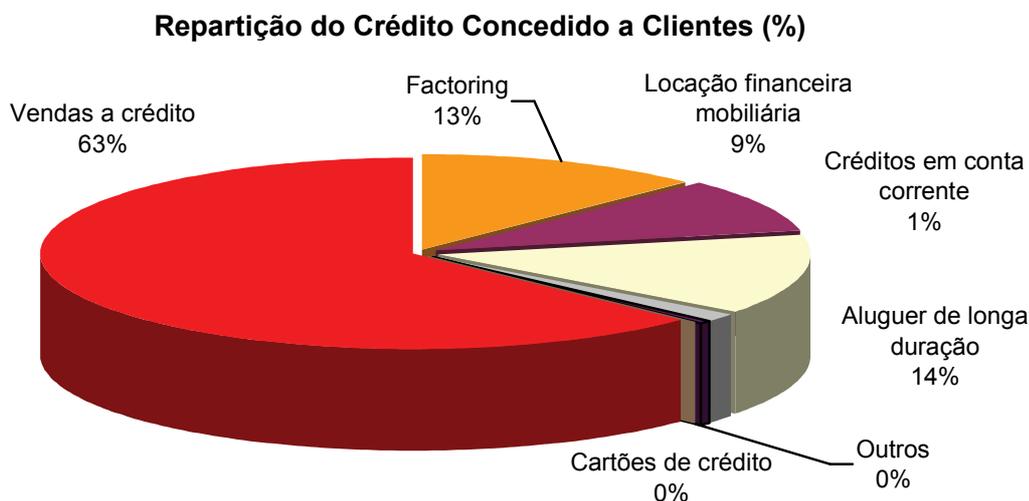
O resultado consolidado antes de impostos cifrou-se em 16,1 milhões de euros, reduzindo o seu valor em 5,2% quando comparado com o valor registado em 2010 de 17 milhões de euros.

Desenvolvendo a sua actividade num contexto económico e financeiro desfavorável e exigente, o resultado líquido reflecte as actuais circunstâncias particularmente severas no acesso à liquidez por parte do sistema financeiro nacional e de uma forma geral o quadro depressivo em que se encontra a economia. Não obstante o incremento significativo dos custos de financiamento, resultado da consecutiva redução dos níveis *rating* soberano a que se assistiu em 2011, do modelo de negócio seguido pelo Banco, assente na diversificação dos acordos de financiamento de marcas automóvel e na vinculação dos existentes, bem como na gestão eficiente de custos e riscos, permitiu acomodar de alguma forma os aspectos mais negativos para a actividade desenvolvida, nomeadamente pelo ajustamento sistemático e sustentado das componentes de preço e o controlo de custos. Adicionalmente, e fruto da estratégia anteriormente implementada para os processos de admissão e recuperação de crédito, assente na adequação do perfil de risco na admissão de novos créditos e no aumento da eficácia do modelo de recuperação de créditos vencidos, resultou num forte abrandamento das

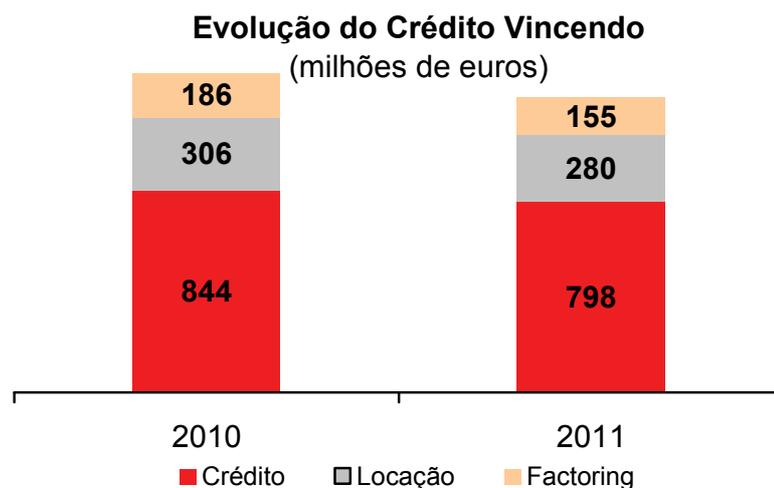
necessidades de provisionamento, que se destaca positivamente atendendo ao enquadramento adverso em que enquadrou.

Balanço Consolidado (IAS)

O valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, no final de 2010, líquido de provisões, ascendia a 1.265 milhões de euros, o que significou uma redução de 6,8% face ao registado no valor final do ano transacto. Este decréscimo no valor de balanço está directamente relacionado com a redução verificado nos volumes de financiamento, os quais reduziram 31,4% face ao ano transacto, performance condicionada pela forte quebra no retalho. A repartição do crédito consolidado concedido a clientes, líquido de provisões, do Banco Santander Consumer Portugal, no final do exercício de 2011 era a seguinte:

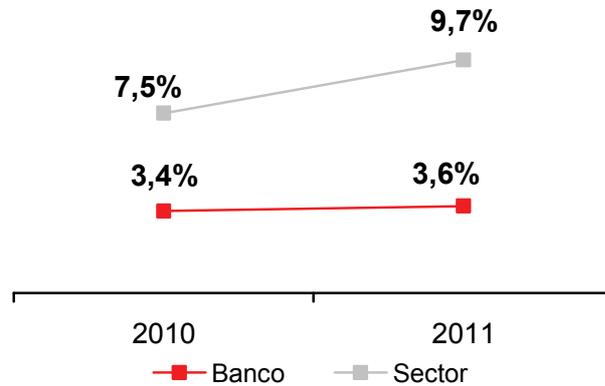


Na estrutura de composição do crédito concedido, a componente de financiamento a cliente final, que representa o *core business* do Banco Santander Consumer Portugal, era responsável por 86% desta carteira, sendo os 14% remanescentes financiamento à rede de prescritores e importadores de automóveis com quem o Banco trabalha. Já no que se refere ao financiamento de stock a concessionários automóveis, o saldo da componente de Factoring totalizou 155 milhões de euros em 2011. Ao longo do ano, esta componente relevou-se de elevada importância para os níveis de actividade da rede de distribuição do sector automóvel, dadas as restrições de liquidez experimentadas, o que possibilitou a consolidação das parecerias recentes e aprofundamento das já existentes, marcando o carácter diferenciador de oferta global do Banco nos segmentos onde opera.



O crédito com incumprimento, nos termos da Instrução 16/04 do Banco de Portugal, representou 3,6% do crédito total concedido, o que significou um incremento face ao valor do rácio de 3,4% registado em 2010. Esta evolução da sinistralidade do crédito reflecte o enquadramento adverso da conjuntura económica, nomeadamente no que respeita aos rendimentos decrescentes das famílias, com aumento da carga de impostos, redução de subsídios e aumento do desemprego, e às dificuldades crescentes das empresas, nomeadamente pela redução da procura e dificuldades de financiamento. Apesar da deterioração da qualidade de crédito, ainda assim e quando comparado com o restante sector bancário de crédito ao consumo, este apresenta uma evolução menos positiva, com um aumento dos rácios de incumprimento para máximos históricos, especialmente afectando o segmento de particulares reflexo do agravamento das condições económicas em Portugal ao longo do ano. O desempenho consistente do crédito em incumprimento registado no ano de 2011 é fruto da abordagem táctica do Banco, implementada na segunda metade do ano de 2009, para os processos de admissão e formalização de forma a conter o acréscimo na sinistralidade do crédito, antevendo uma deterioração nas capacidades de cumprimento e ajustando o perfil de risco das solicitações de crédito às perspectivas, a prazo, da conjuntura económica e solvabilidade dos clientes. Adicionalmente, as melhorias operativas implantadas nos processos de recuperação de crédito, nomeadamente com incorporação das metodologias do modelo corporativo do Grupo Santander nesta área, possibilitou melhorarem a sua eficácia e o seu contributo para a conta de exploração do ano de 2011.

Crédito com Incumprimento 3/95 (%)

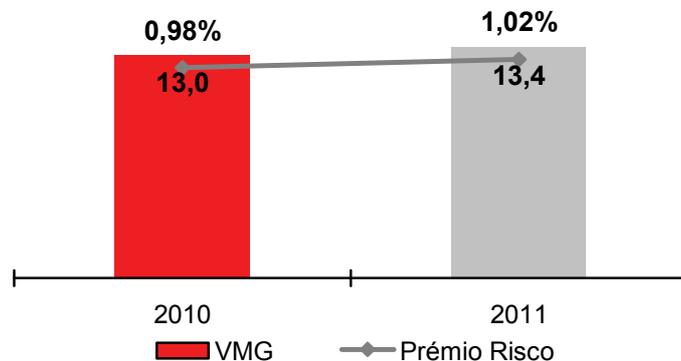


O rácio de crédito vencido acima dos 90 dias cifrou-se em 3,2% e o montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou uma cobertura de 103% do valor dos créditos mora, valor que situou abaixo do registado em 2010 de 122%, ainda assim um resultado confortável considerando o contexto particularmente adverso e as condições de alguma forma excepcionais que caracterizaram o exercício, sublinhando a escrupulosa e conservadora abordagem na gestão e mitigação do risco de crédito. O saldo da imparidade para créditos vencidos e de cobrança duvidosa totalizava 50,5 milhões de euros no final do ano.

No seu modelo de gestão, o Banco utiliza para efeitos de gestão e acompanhamento da sinistralidade no crédito outros indicadores qualitativos, como sejam a Variação da Mora de gestão (VMG) e o Prémio de Risco, que considera mais assertivos do que o crédito com incumprimento em percentagem do crédito total, na medida em que aqueles são líquidos das entradas e saídas em estado de incobrável, reflectindo assim o verdadeiro acréscimo de risco de crédito em gestão.

KPI's Risco Crédito

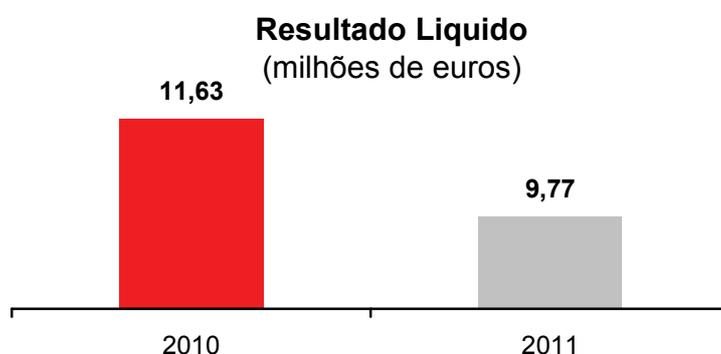
(milhões de euros; %)



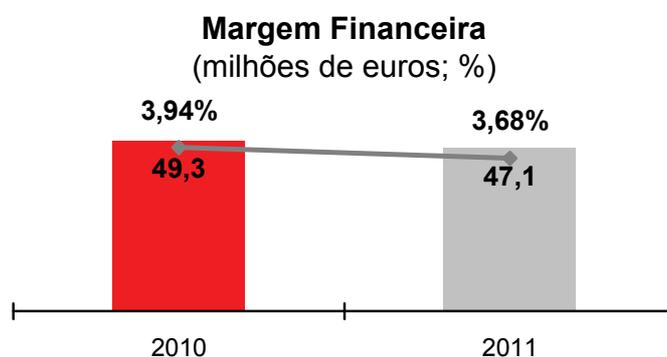
O indicador de Variação da Mora de gestão (VMG) em 2011 ascendeu a 13 milhões de euros, que se traduziu num ligeiro acréscimo de 3% em relação a 2010. Consequência desta boa performance foi a manutenção do prémio de risco em redor de 1%, comprovando-se assim a solidez do Banco relativamente ao risco de crédito, posicionando-se numa situação mais vantajosa do que a sua concorrência, conforme ficou patente pelo desempenho sectorial anterior e pelos indicadores qualitativos de acompanhamento da sinistralidade no crédito.

Conta de Resultados Consolidada (IAS)

O resultado líquido consolidado (IAS) cifrou-se em 9,8 milhões de euros no final de 2011, resultando numa variação de 16% face ao indicador homólogo de 2010. Este resultado foi determinado pela conjugação de diversos factores, em que a envolvente externa se apresentou como a principal condicionante à evolução homóloga positiva. O enquadramento extraordinariamente adverso no ano 2011 foi determinante para um desempenho das principais componentes da conta de resultados, por um lado, nas receitas pela diminuição dos volumes de crédito concedido, e por outro no aumento das despesas, nomeadamente pelo incremento dos custos de financiamento, que implicou uma redução da margem financeira em termos relativos.



A erosão da Margem Financeira ao longo do exercício de 2011 foi parcialmente compensada pelo ajustamento realizado nas diferentes tabelas de *pricing* nos diversos segmentos de negócio de forma a adequar e actualizar cada um deles às condições de financiamento da actividade vigentes nos mercados em cada momento.

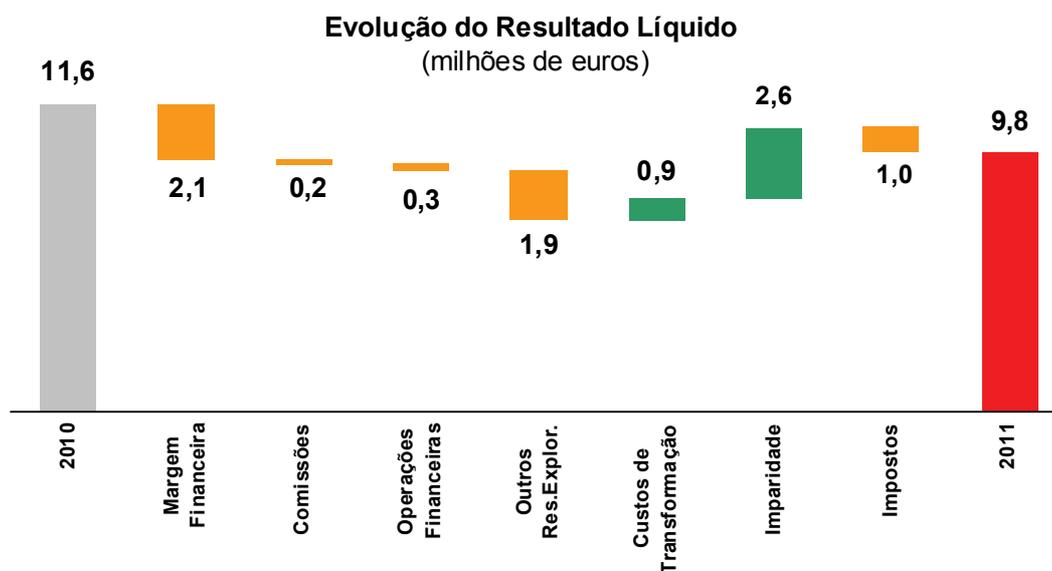


Ao nível do Produto Bancário há ainda a destacar evolução estável das rubricas de comissões líquidas, que totalizaram 8,7 milhões de euros, que comparam com 8,9 milhões de euros em 2010, que significou uma redução 2,1%, quando a quebra registada com os novos volumes de financiamento que se fixou em 31,4%. Dentro deste enquadramento, o Produto Bancário totalizou 52,8 milhões de euros, diminuindo 7,8% face ao registado no ano de 2010.

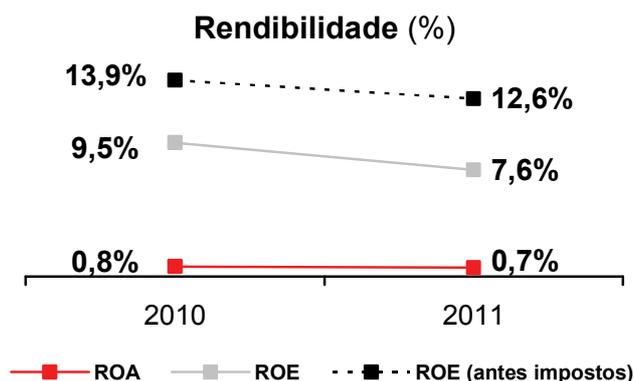
Em contrapartida, os Custos de Transformação reduziram o seu valor em 3,6% face a 2010, fixando-se em 25 milhões de euros, fruto da política de melhoria continua de optimização e adequação permanente dos recursos às condições em que o Banco opera, permitindo grau de eficiente crescente. Resultado do acima referido e da combinação do desempenho do Produto Bancário e dos Custos de Exploração, o rácio de eficiência registou uma subida de 2,1 p.p. de 2010 para 2011, situando-se em 47,5% no final do exercício.

O valor contabilizado para perdas em imparidade líquidas de recuperações e para outras provisões atingiu 11,6 milhões de euros, o que representou uma redução de 18,6% relativamente a 2010, reflectindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico.

Em 2011 o resultado antes de impostos somou 16,15 milhões o que significou uma redução de 5,2% face aos 17 milhões de euros registados no ano anterior. Já a rubrica de impostos avançou 18% face ao valor verificado no exercício anterior, reflectindo o agravamento da taxa de imposto sobre o rendimento, bem como o custo com a contribuição sobre o sector bancário (Portaria nº121/2011) no exercício de 2011, no valor de 557 mil euros.



Os indicadores de rentabilidade do exercício do ano 2011 encontram-se negativamente afectados pela evolução, de um modo geral, desfavorável dado o contexto em que foi desenvolvida a actividade do Banco, nomeadamente quando comparados com os valores obtidos no exercício de 2010.



Com um resultado líquido de 9,78 milhões de euros no final de 2011, equivalente a 0,147 euros por acção (0,175 euros em 2010), a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) situou-se nos 7,6%, quando este valor em 2010 ascendeu a 9,5%, o que representa uma redução de 190 bp. No que se refere à rentabilidade média do activo (ROA), esta situou-se em 0,7% em 2011, o que representa um ligeiro decréscimo em relação ao valor registado no ano transacto de 0,7%.

O indicador de rentabilidade dos capitais próprios está naturalmente afectado pela postura conservadora do Banco nesta matéria, no qual o rácio de solvabilidade evoluiu de 9,60%, no final do ano de 2010, para 11,55% em Dezembro de 2011, cumprindo adicionalmente com um rácio de 10,75% o valor mínimo exigido pelo Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para o rácio de *Tier* de 9% para o ano de 2011.

GESTÃO FINANCEIRA

No ano de 2011, a economia portuguesa ficou notoriamente marcado pelo pedido de ajuda financeira, após a interrupção de acesso ao financiamento nos mercados financeiros dos agentes económicos nacionais e pelo início do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Estes factos vieram dar, de *per si*, uma nova forma de actuação e posicionamento do sector bancário português, dadas as orientações expressas pelo PAEF para a desalavancagem na concessão de crédito dadas as crescentes dificuldades de financiamento da actividade nos mercados internacionais de dívida por grosso. As restrições de liquidez foram sendo colmatadas com recurso às operações de intervenção do Banco Central Europeu e, gradualmente, pela crescente actividade de captação de depósitos junto da base de clientes, através de remunerações cada vez mais atractivas, consequentemente penalizando a margem de intermediação.

No contexto complexo de escassez de liquidez como aquele que foi vivida em 2011, o facto de estar integrado num Grupo financeiro de cariz global aporta evidentes e importantes benefícios, tendo sido precisamente essa a situação vivida pelo Banco Santander Consumer Portugal ao ser parte integrante do Grupo Santander com reflexos bastante positivos na gestão financeira corrente, e na adequação de procedimentos, políticas e estratégias para a gestão, medição e mitigação dos riscos financeiros inerentes à actividade.

Neste contexto, a gestão financeira do Banco Santander Consumer Portugal, desenvolvida pela Direcção Financeira, e tendo como pano de fundo as orientações do Conselho de Administração, norteou-se pelos seguintes objectivos fundamentais ao longo do ano:

- Assegurar a liquidez necessária ao correcto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios com o fito de maximizar a rentabilidade dos accionistas sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Adopção das melhores práticas em termos de gestão dos riscos financeiros, quer por via das políticas preconizadas de assunção e mitigação da exposição ao risco de liquidez e taxa de juros, quer por via das economias de escala e âmbito proporcionadas pela pertença ao Grupo Banco Santander, com reflexos na sua capacidade competitiva;
- Diversificar as fontes de financiamento do Banco, por um lado, diminuindo a dependência da Tesouraria do Grupo Santander, e por outro, encontrar canais alternativos à exposição do Mercado de Operações de Intervenção do Banco Central

Europeu, utilizando para o efeito os activos titularizados e potenciando a sua colocação junto a investidores privados, assegurando o financiamento do balanço a prazos mais alargados;

- Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander, uma política activa e dinâmica de cobertura da exposição do banco aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

a) Financiamento do negócio

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, na sua origem, prazos que em média se situam ligeiramente acima dos 6 anos, pelo que o financiamento adequado do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em linha de conta que estes mesmos prazos se têm vindo a dilatar por força dos requisitos do mercado.

As diferentes necessidades financeiras subjacentes ao financiamento destes activos foram satisfeitas através de um *mix* equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Dado o contexto verificado no incremento nos *spreads* das operações de financiamento de prazo mais longo, que foram sucessivamente aumentados dado a deterioração do *rating* soberano da República Portuguesa ao longo do ano, Banco seguiu uma estratégia de redução do prazo médio nas novas operações de liquidez, visto ter passado a dispor de uma operativa de mitigação do risco de taxa de juro através da contratação de instrumentos derivados, nomeadamente *swpas* de taxa de juro.

Assim, sob o enquadramento das linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respectiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos activos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal e bem como os limites impostos corporativamente pelo accionistas.

Empréstimos Obrigacionistas e de Médio e Longo Prazo

O Banco assenta a sua estrutura de financiamento em operações de mercado monetário, com uma duração média ligeiramente acima dos 2 anos, para adequação à correspondente do Activo. Estas operações são contratadas integralmente junto da Tesouraria do Banco Santander Consumer Finance, em Espanha. O acesso permanente a linhas de liquidez de elevada estabilidade permite ao Banco, dentro de uma gestão de elevado rigor, dirigir parte deste esforço e sinergias para o seu *core business*, auferindo assim uma importante vantagem competitiva em termos de mercado onde se insere, dada a turbulência registada nos mercados financeiros internacionais, nomeadamente pelas restrições à liquidez do sistema financeiro nacional e à volatilidade por estes induzidos na estrutura temporal de taxas de juro de mercado.

Decorrente dos princípios de diversificação das fontes de liquidez enumerados, no exercício de 2011, o Banco obteve um financiamento de 100 milhões de euros junto a investidores privados, colateralizados pela carteira de obrigações titularizadas de Classe A.

Ao longo de 2011, e também devidamente enquadrada na política de liquidez prosseguida pelo Grupo Santander, o Banco continuou a aceder periodicamente às operações de cedência e absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu por via do desconto de activos titularizados e considerados elegíveis para aquele efeito.

Financiamento dos activos de curto prazo

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Banco tem acordos de colaboração, o financiamento desta actividade foi efectuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou em operações de tomada de fundos de curto prazo.

b) Estratégia de Gestão de Riscos Financeiros

No ano de 2011 o Banco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas negociadas para garantir a adequação das maturidades e do perfil de taxa de juro dos activos e

passivos do Banco Santander Consumer Portugal foram implementados, em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão locais.

Risco de Taxa de Juro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. mede, em base mensal (ou pontualmente, quando considerado apropriado), a sensibilidade do valor actualizado do somatório dos cash-flows futuros da carteira de negócio (activos de natureza comercial e financeira), com os cash-flows do respectivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal privilegiou a utilização de instrumentos financeiros derivados – swaps de taxa de juro – por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos cash-flows da carteira de taxa fixa (Activo) a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário. A utilização dos instrumentos derivados permitiu uma optimização da liquidez, uma vez que o financiamento da actividade pode passar a ser feito por prazos mais reduzidos, facto especialmente relevante dadas as condições extraordinárias existentes ao nível do custo dos fundos nos mercados financeiros.

Nesta conformidade, em 31 de Dezembro de 2011, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros factores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 3.571 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios, reflectindo a postura conservadora que o Banco adoptou nesta matéria num ano em que os mercados estiveram bastante instáveis, representando apenas cerca de 3% dos seus fundos próprios elegíveis.

Instrução nº 19/2005
Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária
Exposições por intervalo de maturidade ou refixação da taxa

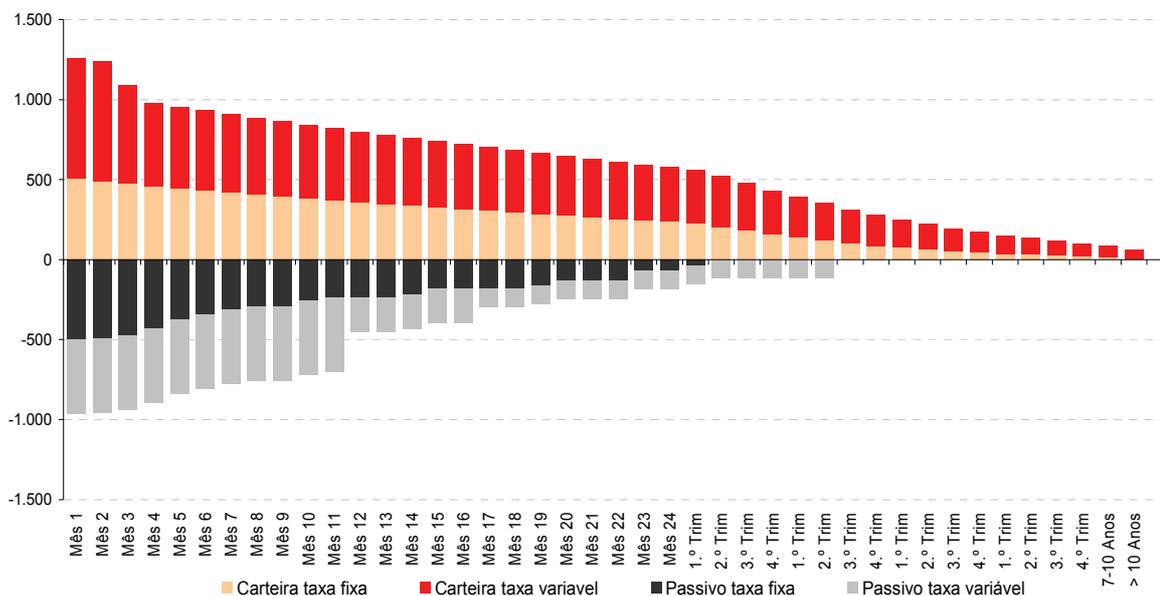
Divisa: Milhares de euros

Banda temporal	Activos	Passivos	Extrapatrimoniais		Posição	Situação Líquida	
	(+)	(-)	(+)	(-)	(+/-)	Factor de ponderação (1)	Posição ponderada (2)
à vista - 1 mês	315.101	625.569	254.000	10.000	-66.468	0,08%	53
1 - 3 meses	403.232	72.905	0	18.000	312.327	0,32%	-999
3 - 6 meses	84.925	131.239	0	27.000	-73.314	0,72%	528
6 - 12 meses	154.642	112.294	0	49.000	-6.651	1,43%	95
1 - 2 anos	119.474	169.570	0	79.000	-129.095	2,77%	3.576
2 - 3 anos	90.455	74.697	0	53.000	-37.242	4,49%	1.672
3 - 4 anos	62.487	5.343	0	18.000	39.144	6,14%	-2.403
4 - 5 anos	37.550	3.301	0	0	34.249	7,71%	-2.641
5 - 7 anos	37.847	3.843	0	0	34.003	10,15%	-3.451
7 - 10 anos	0	0	0	0	0	13,26%	0
10 - 15 anos	0	0	0	0	0	17,84%	0
15 - 20 anos	0	0	0	0	0	22,43%	0
> 20 anos	0	0	0	0	0	26,03%	0
Total							-3.571

Risco de Liquidez

Em virtude da inserção do Banco Santander Consumer Portugal no Grupo Santander, maior grupo financeiro a nível Europeu, e entre os dez primeiros a nível mundial (por capitalização bolsista), o risco de liquidez do Banco encontrava-se completamente mitigado, com linhas de crédito aprovadas de 1.000 milhões de euros, limites perfazem a quase totalidade do valor do activo, assegurando a plenitude da actividade desenvolvida ao longo exercício de 2011.

Perfil de Maturidades a 31 de Dezembro de 2011
(valores em milhões de euros)



Ao longo do ano de 2011 a operação de titularização Silk Finance nº3 continuou a desempenhar um papel de charneira na gestão de liquidez do Banco, nomeadamente como catalisador da diversificação das fontes de liquidez, garantindo as condições como colateral nas operações de cedência de liquidez do Banco Central Europeu ou em operações com investidores privados. Em 31 de Dezembro de 2011 o passivo financeiro registava um saldo de 115 milhões de euros em operações do mercado de intervenção com BCE e 350 milhões de financiamento com investidores privados.

No final de 2011 a operação titularização de créditos passou a totalizava 835 milhões de créditos do segmento automóvel (novos e usados) e cuja estrutura de passivo pode ser analisada da seguinte forma:

Denominação da posição titularizada	Ratings		Original	Actual	Remuneração	
	Classe	Fitch				S&P
A		AAA / A+	AAA / A -	500,0	550,0	Euribor 3M +1,5%
B		-/-	-/-	184,0	288,0	-
C		-/-	-/-	3,9	5,3	-

Em milhões de Euros
Em milhões de Euros

No decurso dos diversos *downgrades* da dívida soberana portuguesa registados no ano de 2011, as agências de notação financeira foram ajustando e alinhando os níveis de *rating* da operação

de titularização. Para ilustrar esta situação, por exemplo, a *Standard & Poors* reviu em 2011 os seus critérios de atribuição das notações de *rating*, onde definiu, entre outros, o condicionamento dos níveis de *rating* da dívida estruturada pelos níveis de *rating* soberano.

Não obstante a corrente notação de *rating* da Classe A das obrigações titularizadas (Fitch A+/S&P A-), a operação continua elegível para efeitos de acesso às operações de intervenção do Banco Central Europeu.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura como uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente ao nível do risco de crédito, estando os créditos objecto da operação de titularização registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, e os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

c) Gestão dos Recursos Próprios

Na sequência do desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e expansão, o Banco, avalia de forma permanente a sua política de adequação de capital de forma a:

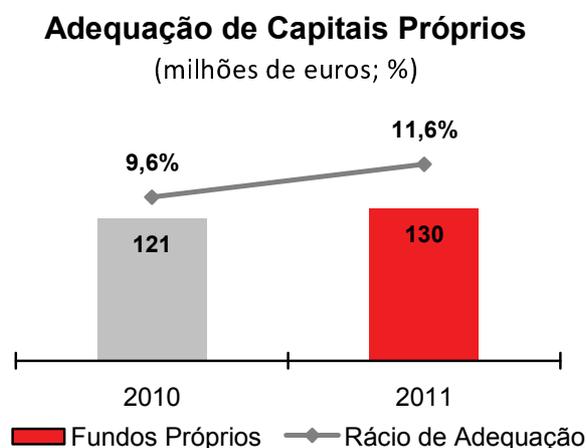
- i) Garantir o crescimento sustentado da actividade creditícia pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;
- ii) Cumprir os requisitos impostos pelas entidades de supervisão;
- iii) Assegurar uma gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas;

Em termos prudenciais e nesta matéria, o Banco encontra-se sujeito à disciplina de supervisão do Banco de Portugal, pelo disposto no Decreto-Lei nº103/2007 e Decreto-Lei nº10/2007, de 3 de Abril e pela aplicação das disposições regulamentares em vigor a 31 de Dezembro de 2011, nomeadamente pelos Avisos nº 5/07 e 6/10 do Banco de Portugal.

No decurso do ano de 2007 deu-se a conclusão do projecto Basileia II, processo transversal a todas as áreas do Banco pelo seu carácter abrangente que culminou numa avaliação global dos custos e benefícios de adequação dos segmentos de riscos mais importantes da actividade do Banco (risco de crédito e risco operacional) para cada uma das metodologias preconizadas pelo Novo Acordo de Basileia.

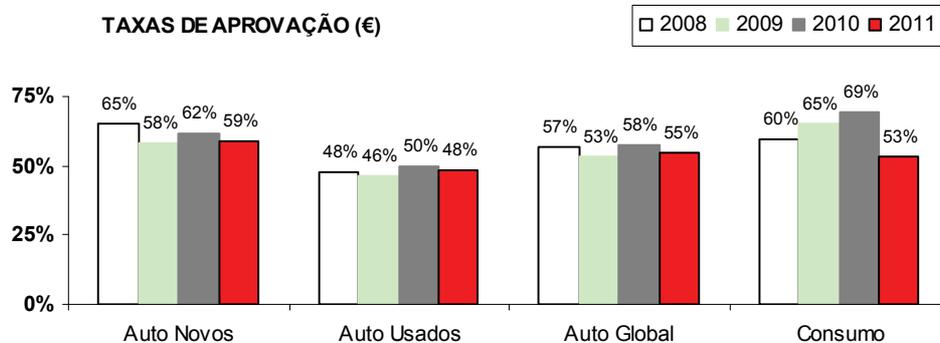
Decorrente deste processo de avaliação o Banco definiu que as abordagens para a determinação do alocação de fundos próprios seguirá, conforme o estipulado pela Instrução nº23/2007 do Banco de Portugal, a metodologia do Método Padrão na componente de Risco de Crédito e na componente de Risco Operacional, guiar-se-á através do Método do Indicador Básico.

No âmbito portanto da regulamentação de Basileia II, no final de 2011, os requisitos de fundos próprios consolidados ascendiam a 89,9 milhões de euros, o que significou uma redução de 10,7% sobre o valor de requisitos com registado no final do ano de 2010 de 100,7 milhões de euros, dada a redução verificada no activo ponderado. Os fundos próprios foram incrementados em cerca de 9 milhões e ascendiam no final de 2011 a 130 milhões de euros, comparando com 121,7 milhões de euros no final de 2010, o que ilustra a política conservadora da solvabilidade do Banco função do enquadramento adverso em que operou.



Em matéria de solvabilidade, no final de 2011, o rácio de adequação de fundos próprios e o rácio de adequação dos fundos próprios de base (core Tier I) calculados em base consolidada, cifravam-se respectivamente em 10,75% e 11,55%, aumentando de 9,60% e 8,65% quando comparados com o não de 2010, reflectindo a estratégica conservadora da gestão do Banco, função do contexto exigente, nomeadamente pelos patamares mínimos impostos pelo PAEF para o rácio de Core Tier I de 9% para 2011 e de 10% para o ano.

GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO



Durante o ano de 2011 não foram efectuadas alterações estruturais significativas, excepto a implementação da área de Risco de Mercado, cuja actividade foi direccionada para o controlo de derivados, seguindo as directivas corporativas do Grupo Santander. Fruto da redução de negócio verificada, houve também necessidade de alguns ajustes no dimensionamento da equipa de análise de retalho.

Globalmente foram mantidas as políticas de admissão dos vários produtos, verificando-se um decréscimo global na taxa de aprovação de novo negócio, com especial incidência nos produtos com maiores níveis de delinquência, fruto da actual conjuntura económica e da manutenção do perfil de risco médio/baixo, seguindo os critérios corporativos do Grupo Santander.

De forma a permitir aferir a adequação das políticas de crédito, foi preocupação constante o permanente acompanhamento do risco de crédito, suportado em metodologias corporativas, das quais se destacam a monitorização dos níveis de delinquência simples (%NPL) e da Variação da Mora de Gestão (VMG), bem como a comparação entre carteiras com igual período de originação (vintages ou safras). Foram também intensificadas as medidas de prevenção e controlo de fraude.

Tendo em vista melhorar a qualidade da admissão de novo negócio no segmento de Auto usados, foi implementado um novo modelo de scoring, com uma capacidade de discriminação superior ao modelo anterior, sendo este monitorizado semestralmente.

Em relação ao negócio de não retalho (risco individual por empresa com valor superior a 150 m€), foram incentivadas as visitas a concessionários, por parte do binómio gestor/analista. Esta actuação permitiu um maior conhecimento e abrangência na informação obtida, gerando uma melhor qualidade na elaboração do rating da empresa. Existindo uma correlação directa entre o rating da empresa e a PD (probabilidade de default), o cálculo da EL (expected loss) tem um nível de confiança superior, implicando um melhor ajuste das provisões (LLR).

Num cenário de contracção económica, com uma quebra no volume de negócio, o rácio de crédito vencido (aviso 3/95 do Banco de Portugal) terminou em 2011 no valor de 3,4%, melhorando em relação ao ano anterior, que foi de 3,9%.

Em consequência, o Banco Santander Consumer continua a apresentar fundamentais sólidos, que nos permitem enfrentar situações adversas de mercado.

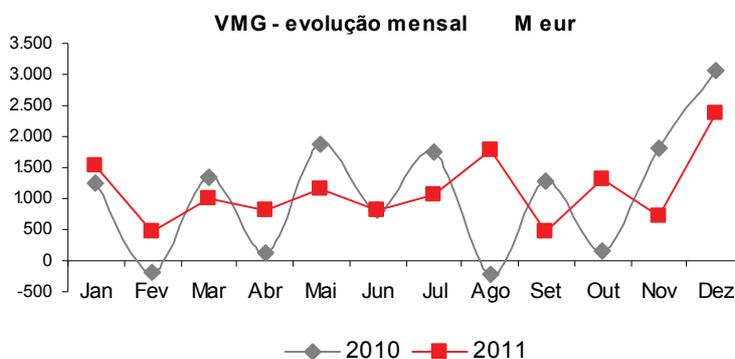
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

O Banco Santander Consumer teve que efectuar algumas alterações estruturais na gestão de recuperação, como consequência do cenário macro económico adverso.

Com o objectivo de agilizar e otimizar o processo de recuperação, foram efectuadas as seguintes alterações: reforço da Unidade de Recuperação Telefónica, eliminação da fase de Pré contencioso, redução em 50% do número de empresas externas de recuperação, bem como idêntica redução do número de escritórios de Advogados. Estas medidas, além de originarem uma redução de custos, tiveram também impacto positivo na eficiência do processo de recuperação.

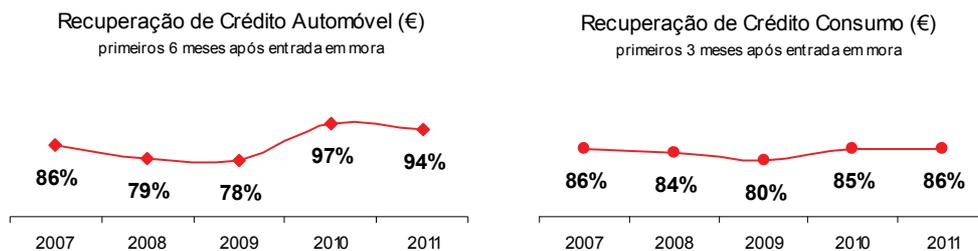
Em termos de Recuperação Telefónica, o rácio global de performance foi de 84,0%, com uma diminuição de apenas 3% em relação ao verificado em 2010.

Na Recuperação Externa, além da eficiência e controlo acrescidos ao processo, foi mantido o foco na gestão da VMG (Variação da Mora sobre Gestão), atingindo uma maior estabilidade e previsibilidade nas entradas, finalizando o ano com um total de 13,4 milhões de euros, melhorando substancialmente em relação ao orçamento do ano.



A fase de Contencioso centrou-se essencialmente na recuperação de write-off, com uma performance que originou valores recuperados no montante de 5,3 milhões de euros, melhorando 14% em relação ao ano anterior.

O conjunto de toda a actividade de recuperação de crédito, recuperação e alienação de viaturas, permitiu que as provisões constituídas em 2011 tenham diminuído 9,3% em relação a 2010, mantendo o rácio de cobertura em 93%.



TECNOLOGIA & OPERAÇÕES

Com a implementação no final de 2010 do modelo de Tecnologia & Operações do Grupo Santander, o ano de 2011 pautou-se precisamente pelo foco nas novas responsabilidades, sem descurar obviamente a manutenção da procura constante da eficiência e da eficácia nos diversos processos à responsabilidade da Direcção.

No âmbito nas novas responsabilidades incluíam-se nomeadamente as seguintes:

- **A Gestão Integrada de Headcount**

Esta nova função, aliada à Gestão Integrada de Custos que já tinha sido implementada em 2009, permitiu ao Banco em 2011, um acompanhamento permanente das duas variáveis mais relevantes do respectivo orçamento, os custos com pessoal e os custos gerais.

Esse acompanhamento proactivo permitiu ainda que à gestão do Banco, reagir e muitas vezes antecipar oportunidades e ameaças, que geridas, permitiram a consecução do orçamento abaixo do previsto, nas duas componentes referidas.

- **A Gestão do Risco Operacional e Tecnológico**

Apesar de já existir um longo trabalho desenvolvido por outras direcções do Banco, esta nova responsabilidade implica para esta direcção, a implementação de um modelo centralizado na direcção de T&O, com a utilização de ferramentas de suporte disponibilizadas pelo Grupo Santander para todas as unidades.

Durante o ano de 2011 foi já levado a efeito um levantamento exaustivo de todos os processos a implementar até ao 2º semestre de 2012.

- **Definição e controlo do Plano de Sistemas do Banco**

Esta direcção e o nosso CIO, responsável pelas actividades de desenvolvimento e suporte do Banco, providenciadas pelas respectivas fábricas, ISBAN e PRODUBAN, definiram os princípios orientadores da execução dos projectos, estabelencendo essencialmente a respectiva priorização, fazendo o respectivo acompanhamento até à sua conclusão, salvaguardando a sua consecução em tempo e com custos controlados.

Com o processo implementado, foi conseguido um aumento da capacidade disponível para desenvolvimento, com a satisfação objectiva das principais prioridades dos diferentes utilizadores, com um controlo dos custos bastante minucioso.

Com este alargamento de perímetro de responsabilidades, a área designada por “Organização, Tecnologia e Controlo”, sofreu obviamente uma alteração estrutural bastante grande, com um incremento reduzido de recursos, apesar de a direcção no seu todo ter tido uma redução do seu quadro de pessoal.

Em 2011 terminou praticamente os respectivos ajustamentos assim como a implementação plena dos novos processos, e apresenta-se com uma equipa tecnicamente forte e com capacidade de resposta a todos os desafios que sejam colocados nos próximos anos.

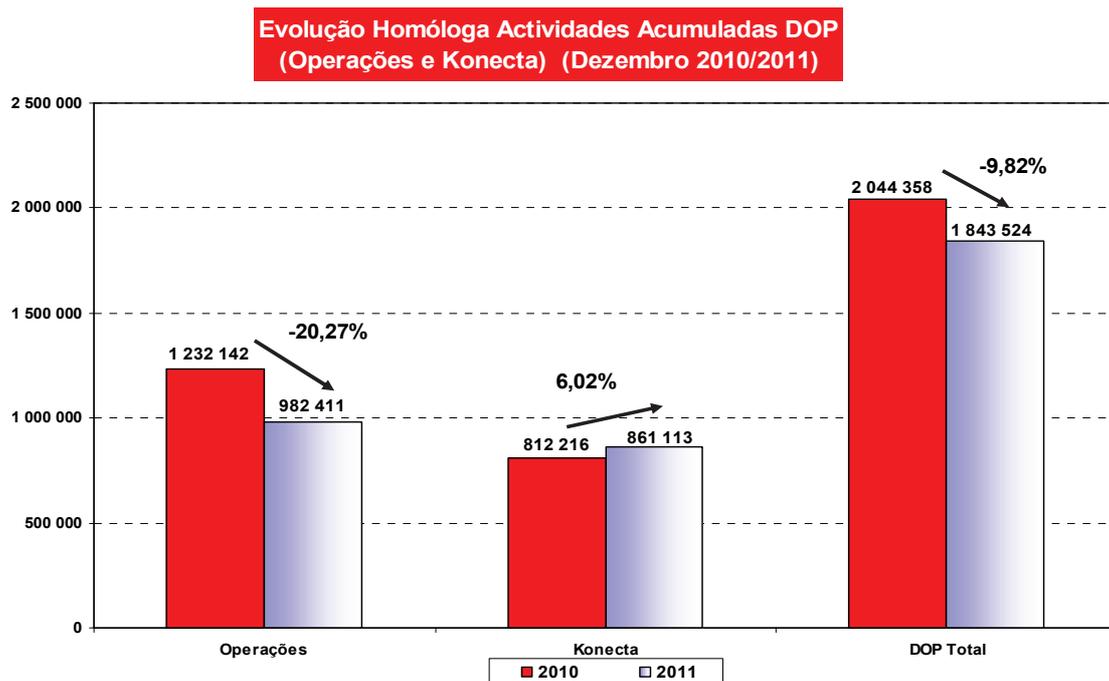
A nova estrutura da direcção ficou com a seguinte configuração:



No que se refere à tradicional área de suporte ao negócio, designada por Operações, manteve-se em 2011, como elemento fulcral da sua acção a procura sistemática da eficiência e da eficácia, tanto na estrutura interna como na estrutura subcontratada em regime de outsourcing a um parceiro do Santander Consumer, a Konecta.

Os princípios de gestão mantêm-se inalterados, pugnando-se pela melhoria contínua, através da observação sistemática a todos os processos de forma recorrente e por parte de todos os colaboradores da direcção.

No que se refere á actividade em concreto pode verificar-se no mapa seguinte o decréscimo de 9,82% no total de actividades (Contratos; Propostas; Cartões; Chamadas; Meios de Pagamento; Operações de BackOffice; etc.), desenvolvidas entre 2010 e 2011, assistindo-se porém, a uma evolução em sentidos opostos dos processos desenvolvidos na estrutura interna (Operações) e na estrutura externa (konecta). Esta evolução divergente ocorre após nova reorganização estrutural, com a transferência de processos da estrutura interna para a Konecta.



- **Optimização de Processos e de Estruturas**

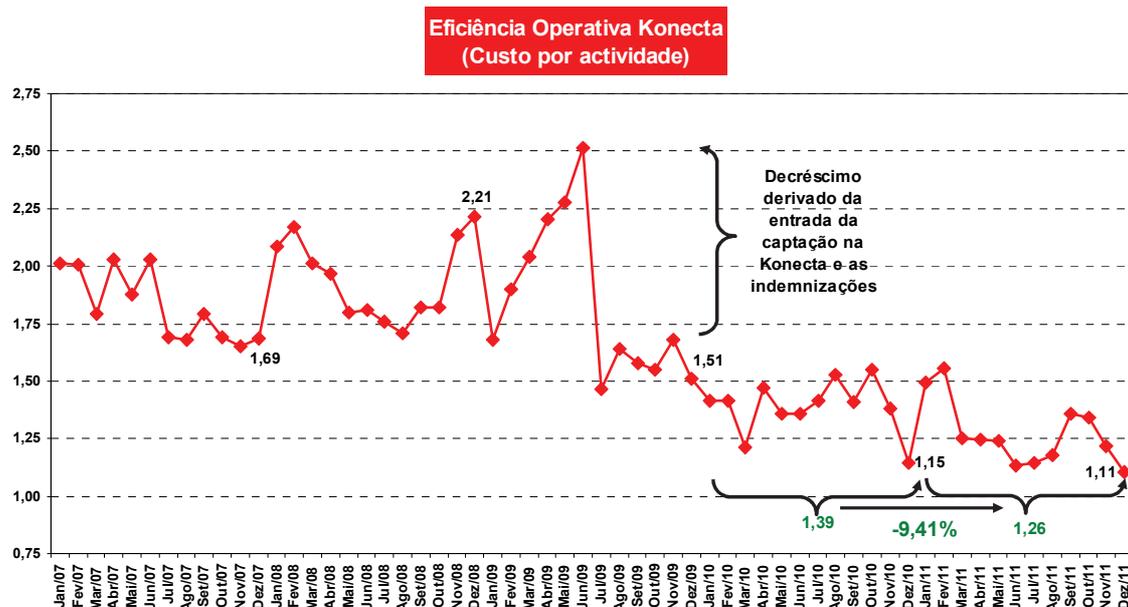
Em 2011, novamente na sequência de um processo de optimização operacional que sistematicamente perseguimos, e cuja premissa essencial passa pela segregação da estrutura e dos processos, de acordo com um *conceito de áreas funcionais críticas*, identificámos mais algumas funções de ciclo funcional curto e facilmente mensuráveis, transferíveis para o regime de outsourcing, através do nosso parceiro Konecta.

Essa acção justifica a diferença de peso nas actividades que se verifica no gráfico anterior (redução de 20% na estrutura interna e aumento de 6% na estrutura externa não justifica directamente a redução de 9% verificada no conjunto das actividades). Esta opção tem-se demonstrado bastante positiva em matéria de optimização dos custos, e sem perda de controlo nem de qualidade nos processos.

Com o enquadramento dado à área de Organização, Tecnologia e Controlo, todas estas acções passaram a ter um acompanhamento muito mais minucioso e sustentado, no qual se inclui, para além de outros processos de medição e controlo, um Modelo de Gestão da Capacidade que mede ao nível de cada função, a necessidade de recursos em cada momento, com a garantia de execução completa e atempada de todas as tarefas.

Este tipo de organização tem-nos permitido antecipar oscilações de volumes, adequando recursos, permitindo a obtenção de sinergias pela concentração de funções similares num mesmo local (interno ou externo), com melhoria dos custos por actividade, melhor resposta aos níveis de serviço contratados e maior qualidade pela concentração de competências similares.

Os ganhos de eficiência são visíveis através da verificação regular de determinadas variáveis, analisadas de forma recorrente sobre os mesmos parâmetros, verificando-se que, relativamente à estrutura externa, se manteve a tendência de melhoria da performance já verificada no ano anterior, a qual neste caso é medida em termos quantitativos pelo custo unitário por actividade. Em 2011 aquele custo foi reduzido em 9,4% face ao período homólogo.



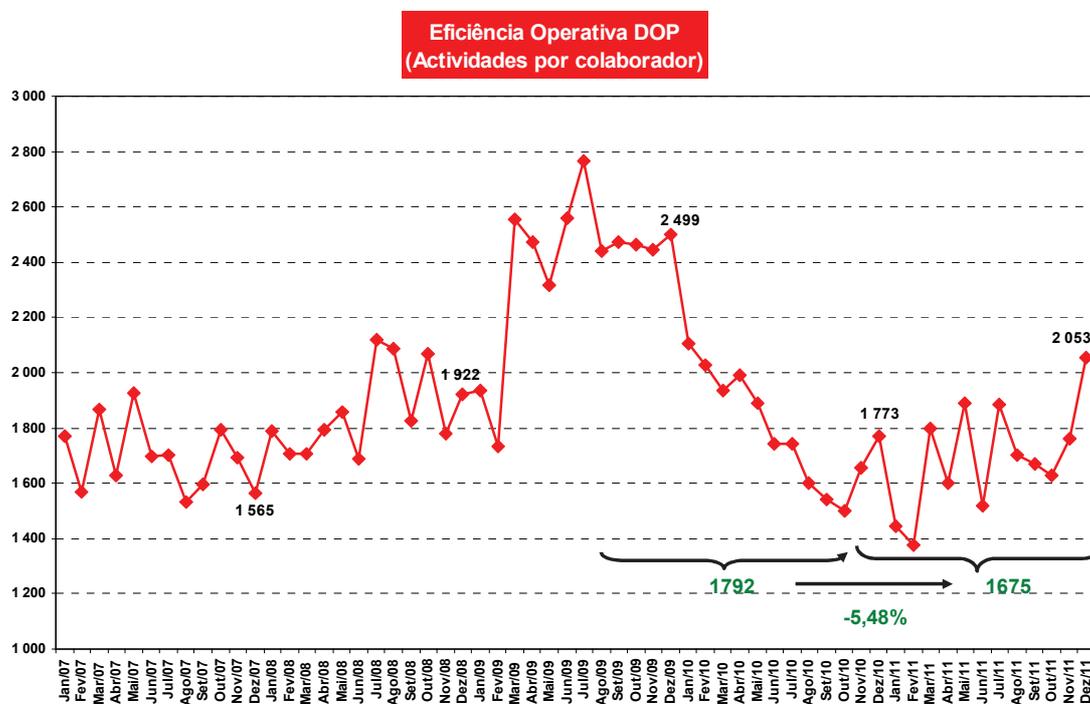
As oscilações verificadas em 2008 e 2009 respeitam precisamente ao período de adaptação do novo modelo de gestão das operações, sendo que a tendência, apesar das referidas oscilações, tem sido sempre de redução do custo unitário por actividade. Em 2011 veio confirmar-se como correcta a nossa opção pelo modelo supracitado face à eficiência que conseguimos atingir.

Apesar de nos aproximarmos de patamares de custo por transacção já bastante optimizados, não descuraremos no futuro a procura de soluções estruturais ou outras que continuem a promover a respectiva redução, sempre sem perda de controlo ou de qualidade nos processos.

Na estrutura interna a implementação do novo modelo visou concentrar aqui as actividades de ciclo funcional mais longo e/ou com exigência técnica mais elevada, dado que também os recursos e respectivas competências estão mais adaptados a esta realidade.

De qualquer forma e apesar da maior complexidade dos processos geridos, também nesta estrutura, a performance manteve-se bastante positiva, pois o número de actividades por colaborador mantém-se superior aos anos anteriores à implementação do modelo.

No quadro seguinte, o gráfico reflete em cada momento o número de actividades por colaborador, verificando-se uma redução de cerca de 5% face ao ano de 2010, o que também se revela natural dado o facto de que, o universo de tarefas que subsistem na estrutura interna possuir cada vez menos tarefas simples de ciclo funcional curto.



A análise da conjugação da performance das duas estruturas é visível na evolução conjugada das actividades globais, da evolução do Head Count e dos respectivos custos.

Quando comparamos a variação ocorrida entre 2008 e 2011, periodo de implementação do processo partilhado entre estrutura interna e estrutura externa, temos que a uma redução de volumes de actividades de 12%, corresponde uma maior redução de head-count, 43% e uma redução dos custos totais com ambas as estruturas de 21%.

ACTIVIDADES / HEAD COUNT E CUSTOS	Varição 2008/2011
Total Volumes de Actividades	-12%
Total Head Count	-43%
Total dos Custos com todas as Actividades	-21%

CONTROLO E COMPLIANCE

O Banco tem vindo a orientar o desenvolvimento da sua actividade numa óptica de contínuo acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas e procedimentos internos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da actividade a médio e longo prazo, em linha com as orientações estratégicas e com os objectivos estabelecidos.

Durante o ano de 2011, foi dada continuidade à estratégia de controlo, até então conduzida, de fortalecer o sistema de controlo interno do Banco, assegurando a sua permanente adequação e eficácia, com o objectivo de garantir o efectivo cumprimento das disposições legais e dos deveres a que a instituição se encontra sujeita, bem como a apropriada gestão dos riscos inerentes às actividades desenvolvidas.

Em articulação com as demais áreas funcionais, a função e *compliance* actuou de forma a assegurar a conformidade das práticas instituídas com as exigências legais e regulamentares aplicáveis à actividade desenvolvida, na óptica do regime prudencial e comportamental em vigor, zelou pela observância das boas práticas em matéria de *Corporate Governance*, acautelando a adopção de regras de conduta e de princípios deontológicos, conforme os princípios e conceitos reconhecidos e aceites internacionalmente e em conformidade com as políticas definidas a nível corporativo.

Para o efeito o Banco orientou a gestão do risco de *compliance* numa óptica cada vez mais preventiva, procurando gerir de forma eficaz as expectativas dos clientes ou futuros clientes, transmitindo a confiança à concretização do negócio e fornecendo indicadores de estabilidade aos colaboradores, accionistas, entidades reguladoras e parceiros de negócio e aperfeiçoando os mecanismos de transmissão de informação ao mercado designadamente, políticas, indicadores de gestão, produtos, serviços comercializados e suas características.

No que concerne à função de controlo de gestão de riscos, tendo presente os desafios inerentes a um contexto de reforço das práticas a adoptar pelo sector financeiro, a linha de actuação privilegiou o aperfeiçoamento dos mecanismos que garantem a prossecução de uma estratégia de negócio sustentável, assegurar a sua robustez e permitindo que se alcance um retorno dos capitais, em linha com expectativas dos seus accionistas, numa óptica de médio e longo prazo.

Assim, no decorrer de 2011, a função de controlo de gestão de riscos conduziu a sua actividade e forma a monitorizar de forma integrada a adequação e eficácia dos processos, políticas e procedimentos, das diferentes componentes do Sistema de Gestão de Riscos, e a assegurar, de

forma autónoma e independente, a sua aderência e efectividade, tendo por referência as boas práticas internacionais e o modelo de governo corporativo.

Para o efeito foi consolidada a utilização dos resultados dos exercícios de avaliação da adequação das metodologias e ferramentas de gestão de riscos, na definição da estratégia, no planeamento de capital e no desenvolvimento de mecanismos que assegurem a sustentabilidade do Banco, numa óptica de médio longo prazo, e efectuados exercícios de *stress test*, simulando cenários com diferentes graus de adversidade, concluindo-se pela adequabilidade dos níveis de solvabilidade e de liquidez.

No início de 2011, o Banco passou a contar com a colaboração do Director de Auditoria Interna do Banco Santander Totta, SA., para efeitos de monitorização independente do Sistema de Controlo Interno, tendo-lhe sido conferidos pela Administração todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções.

A contínua monitorização do sistema de controlo interno, assegurada pela Divisão de Auditoria Interna do Banco Santander Totta, SA., permitiu avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

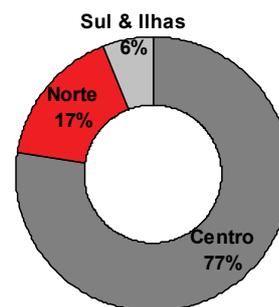
RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco Santander Consumer Portugal contava com um efectivo de 190 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 1. Organização Funcional



Gráfico 2. Distribuição Geográfica

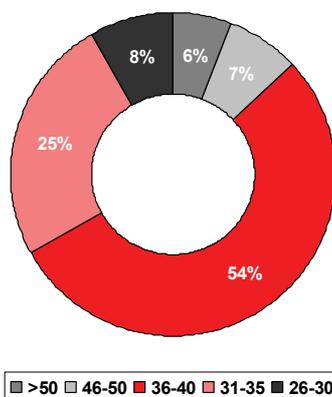


O Quadro de Pessoal encontra-se distribuído pela Administração, Assessoria Jurídica & Secretariado e por seis Direcções distintas. Decorrente do *core business* e modelo de negócio adoptado, 46% das nossas Pessoas desempenham funções na Direcção Comercial, seguido de 22% na Direcção de Tecnologias e Operações e 17% na Direcção de Risco & Recuperação. As áreas de suporte como Direcção Financeira, Controlo & Compliance e Recursos Humanos constituem 13% da estrutura de pessoal.

Previligiando a proximidade junto dos seus Parceiros e Clientes, o Banco faz-se representar em todo o território nacional, com 77% dos seus Colaboradores situados na zona Centro do país, 17% na zona Norte e 6% no Sul & Ilhas, incluindo Madeira e Açores.

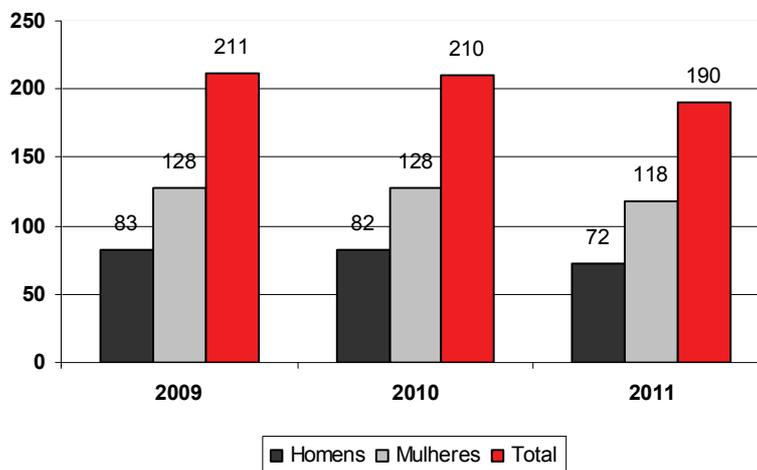
No que se refere à faixa etária média dos Colaboradores, esta situa-se nos 38,7 anos, de acordo com a segmentação que se segue:

Gráfico 3. Faixa Etária



Em comparação com o ano de 2011, verifica-se um decréscimo do Quadro de Pessoal de 210 para 190 Colaboradores, mantendo-se a preponderância de Colaboradores do género feminino representando 62% da estrutura.

Gráfico 4. Evolução do Quadro de Pessoal no último triénio



Assistiu-se assim a 3 novas admissões à saída de 23 Colaboradores do Quadro, esta ultima fortemente motivada pela necessidade do Banco adequar a sua estrutura humana ao actual contexto economico, de mercado e de negocio. Foi neste enquadramento que no ultimo trimestre do ano, foi acordado a cessação do contrato de trabalho com um conjunto de 20 colaboradores. Neste ambito, foi igualmente dada a possibilidade aos Colaboradores de beneficiarem de um

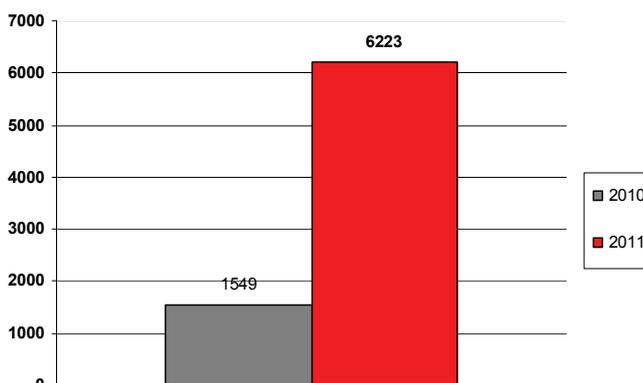
serviço de *Outplacement* com a preocupação social de os apoiar na sua rápida recolocação no mercado de trabalho.

No que se refere às Admissões, estas reflectem a preocupação do Grupo Santander e do Banco em reforçar as áreas de Risco e Controlo, com a criação da área de “Riscos de Mercado” na Direcção de Risco e da Area de Controlo e Gestao de Riscos, no âmbito das responsabilidades da Direcção de Controlo & *Compliance*.

O Banco Santander Consumer reveste-se de uma cultura rigorosa e evolutiva da Gestão de Performance dos seus Profissionais e das suas Equipas, mantendo presente um sistema vivo de Avaliação de Desempenho que em 2011 abrangeu todos os seus Colaboradores. É um processo que visa o alinhamento com a estratégia do Banco e que de forma transversal e transparente, proporciona o envolvimento e proximidade entre avaliadores e avaliados, reconhecendo o mérito e contributo de cada profissional para os objectivos e resultados.

Neste seguimento e no âmbito das políticas de contínuo desenvolvimento dos seus Profissionais, promovendo a melhoria da capacidade de resposta, mais eficaz e eficiente, junto do cliente e também, no sentido de contribuir para a posição de liderança do Banco, 2011 revelou-se um ano de forte aposta no desenvolvimento do Talento. Assistiu-se a um significativo incremento das horas de formação ministradas e Colaboradores abrangidos, com 97 % da estrutura a beneficiar de programas de formação e um número médio de 33 horas de formação por Colaborador.

Gráfico 5. Nº Horas de Formação



No reforço do alinhamento da estratégia do Santander Consumer Portugal com os objectivos dos seus profissionais, destacou-se o desenvolvimento do Programa “UP – Desenvolvimento Integrado das Equipas Comerciais”, alavancando as competências comerciais e de produto, bem como as competências de liderança das suas chefias.

Este Programa tendo igualmente envolvido o desenho e construção de conteúdos internos, conduziu à formação pedagógica da equipa de 11 formadores internos Colaboradores do Banco, enquanto embaixadores da Visão e Valores do Banco e transmissão de conhecimentos *core* das respectivas áreas de actividade.

A análise quantitativa revela-nos que 31% de formação ministrada recaiu sobre as competências de Idiomas, 23% em Direcção e Gestão, 16% em *skills* Comerciais e de Produto, 14% em Jurídicas e Normativas, 13% em Financeiras e de Risco e 4% em competências no âmbito das Tecnologias e Processos.

Deste modo, o Banco é claro no reconhecimento da necessidade de adaptar e reconfigurar os seus recursos tornando o factor Talento cada vez mais estratégico, identificando para isso as competências requeridas para a concretização dos seus objectivos e para o ganho das oportunidades de mercado, garantindo deste modo as Pessoas certas ao sucesso do negocio.

O foco no desenvolvimento das suas Equipas, conduziu também à implementação do projecto “EOS – Enquadramento Organizacional Santander Consumer Portugal”, através do qual se procedeu à identificação, análise e sistematização dos respectivos conteúdos funcionais, principais actividades, responsabilidades e contributos de cada função para os processos de negócio. O projecto visou ainda obter o enquadramento organizacional das funções, de acordo com a metodologia de avaliação de funções definida, bem como um *Benchmark* Retributivo quer em termos de Equidade Interna, quer em termos de Competitividade Externa.

No Santander Consumer estamos certos que são as Nossas Pessoas que nos fazem vencer e criar diferenciação. É por isso que na consolidação da nossa posição de liderança sabemos ser crítico a atrair e reter o melhor Talento. À semelhança dos anos anteriores o Banco promoveu uma semana dedicada ao reconhecimento dos Colaboradores pela sua dedicação e compromisso: “Semana Santander és Tu”, este ano sobre o lema “A Peça-Chave és Tu”. Foram desenvolvidas várias iniciativas onde o Banco contou com a participação de todos na consolidação da nossa marca, do nosso *ADN*.

Reconhecendo, com agrado, que o Bem Estar dos nossos Colaboradores é um dever que temos para com cada uma das Nossas Pessoas, no âmbito das iniciativas da Semana Santander és Tu 2011 foi ainda lançada a Semana Santander és Tu *Junior* dedicada em exclusivo aos Filhos dos nossos Colaboradores. Enquadrado nos objectivos de Conciliação Familiar, foi com grato prazer

que os convidámos, a virem desfrutar de uma semana de ocupação de tempos livres, numa experiência única e inteiramente pensada para estes pequenos grandes participantes. À semelhança do ano passado, foi definido um plano de actividades ocupacionais diárias, diversificado e recheado de diversão, nas áreas de: Desporto, Arte e Cultura, Saúde & Bem Estar, Ambiente, Solidariedade e Cidadania e Fomento do Espírito de Equipa.

Fazer parte do Santander Consumer Portugal é fazer parte de um Banco solidário. O ano de 2011 previligiou algumas iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa em resposta às preocupações de cariz solidário e desenvolvimento social procurando contribuir para Boas Causas, apoiando na redução de assimetrias sociais e interagindo com a comunidade envolvente. Dando seguimento ao projecto com a Associação Crescer Ser, associação que acolhe em diversas casas crianças e jovens que vem sendo apoiada pelo Banco, foi criada a iniciativa “Educação para o Empreendedorismo - que podes ser Tu” onde jovens da Casa da Ameixoeira puderam conhecer o Banco e as suas profissões. Foi ainda doado um montante financeiro, através da comparticipação dos Colaboradores na Semana Santander és Tu Júnior (semana dedicada aos Filhos dos nossos Colaboradores), possibilitando que os jovens pudessem usufruir de um Programa de Ocupação de Tempos Livres no Verão.

Somos parte de uma empresa que aposta no Reconhecimento, Desenvolvimento Profissional, Formação & Conhecimento e Projecção Internacional.

Fazer parte de um dos maiores Grupos do Mundo é fazer parte de grandes projectos e sabemos que o êxito do Banco é o êxito de todos Nós.

Santander és Tu, Santander podes ser Tu!

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho aprovou a seguinte Proposta de Aplicação de Resultados referente ao exercício de 2011, a submeter à próxima Assembleia Geral Anual de Accionistas do Banco Santander Consumer Portugal, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais

“Proposta de Aplicação de Resultados:

O Banco Santander Consumer Portugal encerrou o exercício de 2010 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euros 7 061 468, sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada de Euros 9 776 765.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

Reserva Legal (10% do Resultado líquido individual): Euros 706 147;

Resultados a transitar em base individual: Euros 6 355 321;

Resultados a transitar em base consolidada: Euros 2 715 298

Lisboa, 9 de Abril de 2011

O Conselho de Administração”

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
(19/04/2011)

PROPOSTA RELATIVA AO 2º PONTO

“Proposta de Aplicação de Resultados”

O Banco Santander Consumer Portugal encerrou o exercício de 2011 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euros 7 061 468, sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada de Euros 9 776 766.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

Reserva Legal (10% do Resultado líquido individual): Euros 706 147;

Resultados a transitar em base individual: Euros 6 355 321;

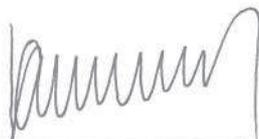
Resultados a transitar em base consolidada: Euros 2 715 298

Lisboa, 13 de Abril de 2012

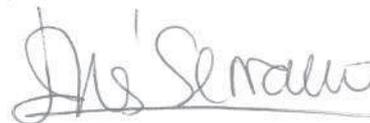
O Conselho de Administração,



Luis Ferreira
Administrador



Henrique Carvalho e Silva
Administrador



Inés Serrano
Presidente do Conselho de Administração

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2011		2010	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2011	2010
		Activo Bruto	Amortizações, provisões e imparidade					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	12.441	-	12.441	Recursos de Bancos Centrais	14	115.031.944	165.041.250
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	32.666.217	-	32.666.217	Recursos de outras instituições de crédito	14	984.969.390	1.016.190.463
Aplicações em instituições de crédito	7	15.043.125	-	15.043.125	Recursos de clientes e outros empréstimos	15	2.442.521	5.864.321
Activos financeiros detidos para negociação	8	734.420	-	734.420	Passivos financeiros detidos para negociação	8	751.547	1.029.548
Crédito a clientes	9	1.315.418.145	(50.534.347)	1.264.883.798	Derivados de cobertura	8	3.415.696	-
Activos não correntes detidos para venda	10	3.202.257	(1.824.919)	1.377.338	Provisões	16	391.929	1.478.369
Outros activos tangíveis	11	11.436.119	(3.689.847)	7.746.272	Passivos por impostos correntes	12	252.190	1.343.172
Activos intangíveis	11	6.113.159	(3.504.152)	2.609.007	Passivos por impostos diferidos	12	2.108.573	1.056.461
Activos por impostos correntes	12	10.930	-	10.930	Outros passivos subordinados	17	15.118.038	15.094.446
Activos por impostos diferidos	12	3.787.433	-	3.787.433	Outros passivos	18	79.668.567	114.439.203
Outros activos	13	12.607.479	(3.975.497)	8.631.982	Total do Passivo		1.204.150.395	1.321.537.233
					Capital	19	66.592.947	66.592.947
					Outras reservas e resultados transitados	20	56.982.855	45.349.643
					Rendimento integral do exercício	21	9.776.766	11.633.212
					Total do Capital Próprio		133.352.568	123.575.802
Total do Activo		1.401.031.725	(63.528.762)	1.337.502.963	Total do Passivo e do Capital Próprio		1.337.502.963	1.445.113.035

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2011	2010
Juros e rendimentos similares	23	85.579.372	92.128.277
Juros e encargos similares	23	(38.439.562)	(42.877.909)
MARGEM FINANCEIRA		47.139.810	49.250.368
Rendimentos de serviços e comissões	24	13.079.569	13.256.243
Encargos com serviços e comissões	24	(4.305.243)	(4.295.663)
Resultados em operações financeiras	25	(279.422)	-
Outros resultados de exploração	26	(2.826.560)	(924.008)
PRODUTO BANCÁRIO		52.808.154	57.286.940
Custos com pessoal	27	(9.360.785)	(8.935.058)
Gastos gerais administrativos	28	(13.816.356)	(15.160.859)
Depreciações e amortizações	11	(1.908.299)	(1.937.972)
Imparidade para crédito, líquida de recuperações	16	(9.271.294)	(10.959.534)
Imparidade para outros activos	16	(2.068.362)	(1.783.995)
Outras provisões	16	(232.695)	(1.478.254)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		16.150.363	17.031.268
Impostos correntes	12	(5.476.565)	(5.156.526)
Impostos diferidos	12	(897.032)	(241.530)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.776.766	11.633.212
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO		-	-
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		9.776.766	11.633.212
Número de acções em circulação no exercício		66.592.947	66.592.947
Resultados por acção		0,15	0,17

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	Outras reservas e resultados transitados					Total	Lucro do exercício	Total
	Capital	Prémio de Emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	66.592.947	12.790.664	10.337.253	21.191.573	(707.040)	43.612.450	10.409.971	120.615.368
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	963.642	773.551	8.672.778	10.409.971	(10.409.971)	-
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	(8.672.778)	(8.672.778)	-	(8.672.778)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	-	11.633.212	11.633.212
Outros	-	-	-	(1)	1	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	66.592.947	12.790.664	11.300.895	21.965.123	(707.039)	45.349.643	11.633.212	123.575.802
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	704.926	-	10.928.286	11.633.212	(11.633.212)	-
Transferência de resultados transitados para outras reservas	-	-	-	5.471	(5.471)	-	-	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	-	9.776.766	9.776.766
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	66.592.947	12.790.664	12.005.821	21.970.594	10.215.776	56.982.855	9.776.766	133.352.568

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	110.923.751	121.681.979
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(68.753.282)	(70.538.634)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	9.913.480	9.157.678
Pagamentos a fornecedores e empregados	(23.450.594)	(23.674.364)
Outros resultados	(1.949.960)	(443.276)
	<u>26.683.395</u>	<u>36.183.383</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	74.466.656	(123.268.154)
Outros activos	(22.410.328)	(6.878.541)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	(76.440.567)	116.150.393
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.421.800)	(228.740)
	<u>(27.806.039)</u>	<u>(14.225.042)</u>
Impostos sobre os lucros	(6.306.091)	(4.723.825)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(7.428.735)</u>	<u>17.234.516</u>
Aumento de aplicações em instituições de crédito	(5.000.000)	10.000.000
Pagamentos relativos a imobilizações	(1.579.219)	(1.725.414)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(6.579.219)</u>	<u>8.274.586</u>
Dividendos pagos	-	(8.672.778)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>-</u>	<u>(8.672.778)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(14.007.954)</u>	<u>16.836.324</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	46.686.613	29.850.289
Caixa e seus equivalentes no fim do período	32.678.658	46.686.613

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por “BSCP” ou “Banco”), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 1996.

O Banco desenvolve as suas actividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a actividade do BSCP encontra-se segmentada, essencialmente, nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e “*Factoring*”.

No exercício de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Silk Finance No.3 e uma entidade de propósito especial denominada Silk Finance No.3 Limited. Estas entidades são consolidadas pelo Banco pelo método integral, uma vez que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios das suas actividades pelo facto de ter contratado uma compra a prazo de parte dos títulos emitidos pelo Silk Finance No.3 Limited, e de deter directamente os restantes títulos.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Abril de 2012.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 estão pendentes de aprovação pela correspondente Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

- IFRS 8 e IAS 24 (Alteração) – “Segmentos operacionais” e “Divulgações de partes relacionadas” – Esta revisão vem simplificar a definição de «parte relacionada», eliminando simultaneamente certas incoerências internas, e prever isenções para entidades ligadas à administração pública no respeitante à quantidade de informação que essas entidades devem prestar em matéria de transacções com partes relacionadas.

- IFRIC 14 (Alteração) – “Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo” - Estas alterações eliminam uma consequência não intencional da IFRIC 14 nos casos em que uma entidade sujeita a um requisito de financiamento mínimo procede ao pagamento antecipado de contribuições quando, em certas circunstâncias, a entidade que procede a esse pré-pagamento seria obrigada a reconhecer um dispêndio. Se um determinado plano de benefícios definidos estiver sujeito a um requisito de financiamento mínimo, a emenda à IFRIC 14 determina que o pagamento seja tratado, como qualquer outro pré-pagamento, como se fosse um activo.
- IFRIC 19 – “Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio - Esta interpretação aborda as seguintes questões:
 - (a) enquadramento dos instrumentos de capital próprio emitidos com vista à extinção total ou parcial de um passivo financeiro são «retribuições pagas» de acordo com o parágrafo 41 da IAS 39;
 - (b) como deve uma entidade mensurar inicialmente os instrumentos de capital próprio emitidos com vista à extinção desse passivo financeiro;
 - (c) como deve uma entidade contabilizar qualquer diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro extinto e a quantia inicial mensurada dos instrumentos de capital próprio emitidos.
- Melhoramentos de várias IFRS: IFRS 1, IFRS 3 e IFRS 7, IAS 1, IAS 32, IAS 34, IAS 39 e IFRIC 13 - Melhoramentos introduzidos nas normas internacionais de relato financeiro, que visa simplificar e clarificar as normas internacionais de contabilidade.
- IAS 32 – “Instrumentos financeiros” - Apresentação é alterada nos termos do anexo ao Regulamento (CE) n.º 1293/2009, o qual transpõe para a legislação comunitária a alteração efectuada em 2009 à normal IAS 32. Esta alteração clarificou a forma como devem ser contabilizados certos direitos quando os instrumentos emitidos são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente.

O efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, decorrente da adopção e aplicação das normas e interpretações, revisões e emendas acima referidas, não foi significativo.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas

A seguinte alteração, com aplicação obrigatória após 1 de Julho de 2011, foi, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovada (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 7 (Alteração) – “Divulgações de instrumentos financeiros” – Esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transacções que envolvam a transferência de activos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando activos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos.

Esta alteração, apesar de aprovada (“endorsed”) pela União Europeia, não foi adoptada pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção da mesma.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – A nova norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. A norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015.
- IFRS 11 – “Empreendimentos conjuntos” - A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como “joint operation”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como “joint venture”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 12 – “Disclosures of Interests in Other Entities” - A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades, nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 13 – “Fair Value Measurement” - A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 27 – “Separate Financial Statements” - A norma estabelece princípios a aplicar na contabilização de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas quando uma entidade opte, ou seja exigido pelos reguladores locais, por apresentar demonstrações financeiras em separado (não-consolidadas). É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 19 (Alteração) - “Benefícios dos Empregados” - As alterações ao texto da norma emitidas em Junho de 2011 são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 12 (Alteração) – “Deferred tax: Recovery of Underlying Assets” – A alteração estabelece que para a determinação dos impostos diferidos relacionados com propriedades de investimentos se possa considerar que a sua recuperação será concretizada através da venda. A alteração ao texto da norma emitida em Dezembro de 2010 é de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012.
- IFRS 1 (Alteração) – “Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First Time Adopters” – As alterações incluem orientações para entidades que, em contexto de hiperinflação severa, adoptem as IFRS pela primeira vez ou que retomem a sua adopção. A alteração ao texto da norma emitida em Dezembro de 2010 é de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.

- IAS 1 (Alteração) - “Presentation of Items of Other Comprehensive Income” - As alterações à norma incluem algumas modificações à forma como o rendimento integrado é apresentado. A alteração ao texto da norma emitida em Junho de 2011 é de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2012.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais e outras entidades de propósitos especiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa directa ou indirectamente e outras entidades de propósitos especiais relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade.

São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerça um controlo efectivo sobre a gestão das suas políticas operacionais e financeiras com o objectivo de obter benefícios da sua actividade. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efectiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras das filiais e das entidades de propósitos especiais são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, são eliminados os saldos e transacções ocorridos no exercício entre as empresas objecto de consolidação. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das entidades consolidadas são ajustadas de forma a reflectir a aplicação das políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco.

O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efectiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verifiquem necessários, nomeadamente os que resultem de transacções realizadas entre as referidas entidades.

Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é reflectido na rubrica “Interesses Minoritários”.

De acordo, com a Norma IAS 27 e a SIC 12, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detêm a totalidade dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

b) Concentração de actividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efectuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos directamente suportados na transacção, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”. A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva (“goodwill”), é registada como um activo intangível. O “goodwill” não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não podem ser revertidas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respectivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

Até 1 de Janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o “goodwill” gerado em operações de concentração de actividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospectivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 e, consequentemente, o “goodwill” gerado nessas operações permaneceu registado em reservas.

A concentração de actividades que envolvam entidades sob controlo comum é registada pelo método da comunhão de interesses, sendo mantido o valor contabilístico dos activos e passivos com referência à data de incorporação.

c) Instrumentos financeiros – Crédito e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes e outros valores a receber registados na rubrica de “Outros activos”. No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

i) Crédito Concedido

Locações

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efectuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efectuadas pelos clientes).

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Operações de “factoring”

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a totalidade das operações de “factoring” respeitam a contratos sem recurso.

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no activo, na rubrica “Crédito a clientes – Factoring”, a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de “Outros passivos – credores por contratos de factoring” (Nota 18), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respectiva data de vencimento da factura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

Operações de crédito ao consumo

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito e em regime de conta corrente, é registado pelo seu valor nominal.

ii) Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis ou quando antiguidade do atraso no pagamento atinge 12 ou 24 meses, em função da tipologia de negócio. Eventuais recuperações posteriores de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica “Recuperações de crédito e juros vencidos”.

iii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à originação de crédito, são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de facturas em operações de “factoring” sem recurso são integralmente reconhecidas quando recebidas. O impacto do diferimento destas comissões não seria significativo para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

iv) Reportes

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

d) Imparidade de activos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a receber

O Banco efectua com uma periodicidade trimestral análises de imparidade das rubricas de “Crédito concedido e outros valores a receber”. Para este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- . Tipo de negócio
 - . Operações de “factoring”
 - . Aluguer de longa duração (ALD)
 - . Crédito ao consumo
 - . Operações de leasing mobiliário
 - . Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
 - . Crédito pessoal
 - . Cartões de crédito
 - . Crédito Intersolução (financiamento automóvel sob a forma de conta corrente, com obrigatoriedade de um pagamento mínimo mensal por parte do devedor)

- . Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente
- . Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)
 - . Aquisição de automóvel em estado novo
 - . Aquisição de automóvel em estado usado
 - . Aquisição de outros bens e serviços
- . Tipo de processo de renegociação, para créditos que tenham sido reestruturados:
 - . Reconduções (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso inferior a 90 dias);
 - . Refinanciamentos (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso entre 90 e 180 dias);
 - . Acordos de pagamento (operações resultantes da renegociação de contratos que apresentavam atraso superior a 180 dias).

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Dadas as características da actual carteira de crédito do Banco, apenas são efectuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring e Crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria, sendo a restante carteira analisada numa base colectiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico da carteira no que se refere a incumprimento e níveis de recuperação.

No que respeita a activos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Adicionalmente, o Banco calcula perdas por imparidade em função da perda esperada em caso de incumprimento e das probabilidades de incumprimento associadas ao rating interno do cliente e, quando este não estiver disponível, ao rating interno do aderente, e regista este montante como perda por imparidade na parte em que exceda o total de perdas de imparidade que resulta da análise descrita no parágrafo anterior.

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efectiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percebido pelo Banco, o qual foi estimado em três meses;

- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento (“default”). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição actual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

Os créditos que sejam objecto de processo de renegociação são registados nas aplicações operacionais como novos créditos, pelo que o Banco introduziu um conjunto de pressupostos relacionados com a classificação destes créditos:

- . “Reconduções” – são classificados no modelo como créditos em situação normal;
- . “Refinanciamentos” – inicialmente são classificados no modelo como créditos “em default”, havendo a possibilidade de transitarem para o segmento “regular” caso não apresentem prestações em atraso durante um período determinado em função do respectivo prazo residual do empréstimo:
 - . 3 meses se o prazo residual for inferior a 24 meses;
 - . 9 meses se o prazo residual for superior ou igual a 24 meses mas inferior a 60 meses;
 - . 12 meses se o prazo residual for igual ou superior a 60 meses;
- . “Acordos de pagamento” – ficam sempre classificados no modelo como “em default”, mesmo que não voltem a apresentar qualquer prestação em atraso.

Tendo em consideração que informação histórica sobre estes segmentos é muito reduzida, em virtude de serem segmentos recentes, o Banco não calcula factores de risco específicos no modelo de imparidade para estes segmentos, utilizando como *proxy* os factores de risco do segmento de “Crédito para aquisição de automóvel usado”.

A variação nos valores de imparidade apurados (diferença entre o valor de balanço do activo e o seu valor estimado de recuperação) é registada em custos do exercício na rubrica “Imparidade de crédito”, líquida do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao activo, ocorridas no período.

e) Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo). Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo) são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

f) Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de Bancos Centrais, de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Banco, os quais são valorizados ao custo amortizado. Inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica “Outros passivos”.

g) Contabilidade de cobertura – derivados de cobertura e instrumentos cobertos

O Banco designa como instrumentos de cobertura os derivados contratados para cobertura de riscos de taxa de juro de conjuntos de operações, nomeadamente de carteiras de crédito – macro-coberturas.

O Banco dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, quando da transacção inicial, a carteira de operações que está a ser coberta, a estratégia de cobertura e tipo de risco coberto, os derivados de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Mensalmente o Banco testa a eficácia retrospectiva e prospectiva das coberturas comparando a variação do justo valor dos elementos cobertos, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor dos derivados de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125%.

Os instrumentos derivados de cobertura são registados ao justo valor no activo ou no passivo, em função de apresentarem valor líquido a receber ou a pagar, respectivamente, e os ganhos e perdas resultantes da sua reavaliação são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação do justo valor de activos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos activos cobertos.

Um activo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberto (risco de taxa de juro, risco de câmbio ou risco de crédito), desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada, separadamente.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, por a variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos atribuível ao risco coberto é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

h) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

i) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

A amortização destes activos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo das vidas úteis estimadas dos bens, as quais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Anos</u>
Imóveis	50
Equipamento e mobiliário	5 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

k) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira encontram-se registados na rubrica “Activos não correntes detidos para venda”, pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

Em 31 de Dezembro 2011 e 2010 esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos. Estes activos são objecto de avaliações periódicas, sendo o seu justo valor de mercado determinado por recurso às tabelas de referência do sector Automóvel (Eurotax) e sujeito a um ajustamento em função da informação histórica sobre o diferencial entre o valor da venda das viaturas e o respectivo valor líquido contabilístico à data da venda, para as vendas ocorridas no trimestre anterior. O Banco reconhece perdas por imparidade sempre que o justo valor de mercado destes activos (deduzido de custos a incorrer na venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados.

Os activos recebidos em dação de crédito não são sujeitos a amortização.

l) Comissões por serviços prestados

As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- . Comissões por prestação de serviços continuados - estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado;
- . Comissões pela realização de um acto significativo – tratam-se de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

m) Especialização de exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

n) Impostos correntes e diferidos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 corresponde a 26,5%. A partir do exercício de 2009, passou a aplicar-se uma taxa de IRC de 12,5% até ao montante de 12.500 Euros da matéria colectável.

Com a publicação da Lei nº 12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, que é paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010 e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2 Milhões de Euros. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no exercício de 2010 no cálculo dos impostos diferidos, com excepção de eventuais prejuízos fiscais reportáveis, e no reconhecimento do imposto sobre lucros do período, fosse de 29%.

Em 30 de Dezembro de 2011, com a publicação da Lei nº 64 – B/2011, relativa ao Orçamento de Estado para 2012, as empresas que apresentem lucros mais elevados são sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual nos exercícios de 2012 e 2013. Com efeito, as empresas com lucros superiores 1,5 Milhões de Euros estarão naqueles exercícios sujeitas a uma taxa adicional de 3% e as empresas com lucros superiores a 10 Milhões de euros estarão sujeitas a uma taxa de 5% sobre a parte do lucro que exceda aquele limite. Esta disposição implica que a taxa fiscal a utilizar nos exercícios de 2012 e 2013 no reconhecimento do imposto sobre lucros será de 26,5% para 1.500 mEuros do lucro tributável, 29,5% para 8.500 mEuros do lucro tributável e 31,5% para o remanescente, caso aplicável. Por este motivo, a taxa de imposto utilizada para o registo de impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2011 correspondeu a:

- 31,5% relativamente a diferenças temporárias tributáveis relativamente às quais o Banco tenha uma elevada expectativa de serem revertidas até ao final do exercício de 2013; e
- 29% para as restantes diferenças temporárias.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores variam entre 0,01% e 0,05%, e 0,00010% e 0,00020%, respectivamente, em função do valor apurado - com a publicação da Portaria nº 121/2011, as taxas em vigor para o exercício de 2011 ascenderam a 0,05% e 0,00015%, respectivamente.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes, os impostos diferidos e a contribuição sobre o sector bancário.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos activos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

O Banco reconhece impostos diferidos passivos para o resultado não distribuído de entidades de propósito especial por ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível.

O Banco, enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, efectua o apuramento do lucro tributável de acordo com as referidas normas.

As autoridades têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (seis anos até ao exercício de 2009, e de quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011) podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2008 a 2011.

Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

o) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências decorrentes da actividade do Banco, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

p) Caixa e seus equivalentes

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa são incluídos no saldo de “Caixa e seus equivalentes” os saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efectuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os impostos sobre lucros foram determinados com base na legislação fiscal em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco e das restantes empresas do perímetro de consolidação, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

Imparidade do crédito e outros valores a receber

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efectuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.d). As estimativas efectuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

Caso o Banco utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos actualmente reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a actual metodologia utilizada é aquela que reflecte de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes activos.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as empresas incluídas no perímetro de consolidação e os principais dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas, são os seguintes:

Entidade	Sede	Sector de actividade	2011 (1)			2010		
			% Participação Efectiva	Situação Líquida	Resultado líquido	% Participação Efectiva	Situação Líquida	Resultado líquido
Fundo Silk Finance No.3	Portugal	Fundo de titularização de crédito	0%	810.078.016	(12.894.281)	0%	822.972.297	(3.423.743)
Silk Finance No.3 Limited	Irlanda	SPE	0%	(16.410.254)	(6.942.615)	0%	(9.467.639)	81.059

(1) Contas provisórias

Nos exercícios de 2011 e 2010, as principais operações ocorridas com empresas incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

Fundo Silk Finance No.3 e Silk Finance No.3 Limited

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito do qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária. Tal como descrito na Nota 33, em 15 de Outubro de 2010 o montante total envolvido nesta operação foi aumentado através de uma venda adicional de créditos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

Tal como referido na Nota 2.3 a) o Banco inclui no perímetro de consolidação, veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre os mesmos um controlo financeiro e operacional efectivo e detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

Assim, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo Silk Finance No.3 e o veículo (SPE) Silk Finance No.3 Limited foram incluídos no perímetro de consolidação, dado que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades (Nota 33). Nesse sentido, os créditos relativos à operação de titularização permanecem registados no balanço consolidado, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, cujos riscos e benefícios associados são detidos integralmente pelo Banco através da subscrição directa ou de operações de venda com acordo de recompra, foram anuladas no processo de consolidação.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	10.208	9.039
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	2.233	8.460
	-----	-----
	12.441	17.499
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% sobre o montante dos depósitos efectuados junto do Banco, acrescido de outros passivos elegíveis.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos à ordem		
· No país	32.368.076	46.233.421
· No estrangeiro	81	81
	-----	-----
	32.368.157	46.233.502
Valores a cobrar	298.060	435.611
	-----	-----
	32.666.217	46.669.113
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Valores a cobrar” respeita essencialmente a cheques sobre clientes de outras instituições de crédito enviados para compensação, os quais foram regularizados nos primeiros dias do exercício seguinte.

7. APLICAÇÕES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo desta rubrica diz respeito à renovação do depósito a prazo no Banco Santander Totta, S.A já existente em 31 de Dezembro de 2010, com reforço de capital no valor de 5.000.000 Euros, remunerado à taxa de 4,5% e com maturidade em 11 de Março de 2012.

O respectivo saldo tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor nominal	15.000.000	10.000.000
Juro a receber	43.125	40.000
	-----	-----
	15.043.125	10.040.000
	=====	=====

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

As rubricas de activos financeiros detidos para negociação e de derivados de cobertura têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>			<u>2010</u>		
	<u>Valor nocional</u>	<u>Valor de balanço</u>		<u>Valor nocional</u>	<u>Valor de balanço</u>	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Contratos sobre taxa de juro						
Swaps de negociação	1.671.073.564	734.420	751.547	1.671.073.564	1.012.105	1.029.548
Swaps de cobertura	254.000.000	-	3.415.696	-	-	-
	<u>1.925.073.564</u>	<u>734.420</u>	<u>4.167.243</u>	<u>1.671.073.564</u>	<u>1.012.105</u>	<u>1.029.548</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo das rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação” correspondem ao justo valor dos swaps de taxa de juro, contratados no âmbito da operação de titularização referida na Nota 33.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco tem registado no seu passivo o justo valor dos swaps contratados no âmbito da cobertura de risco de taxa de juro de posições de natureza estrutural (crédito a clientes a taxa fixa).

A negociação de derivados baseia-se num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre o Banco e a contraparte. As operações em vigor nos exercícios de 2011 e 2010 foram contratadas com o Banco Santander, S.A.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou feitos sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O valor de mercado (*fair value*) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

Na Nota 31 são apresentadas em detalhe as metodologias de determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

A perda potencial de um conjunto de operações derivadas num dado momento é dada pelo seu valor de exposição nesse momento. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações prevêm em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2011, a repartição do valor nominal por maturidades residuais é a seguinte:

	<= 3 meses	>= 3 meses <= 6 meses	>= 6 meses <= 1 ano	>= 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Contratos sobre taxa de juro						
Swaps de negociação	-	-	419.397.617	1.028.980.104	222.695.843	1.671.073.564
Swaps de cobertura	28.000.000	27.000.000	49.000.000	150.000.000	-	254.000.000
	<u>28.000.000</u>	<u>27.000.000</u>	<u>468.397.617</u>	<u>1.178.980.104</u>	<u>222.695.843</u>	<u>1.925.073.564</u>

9. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Crédito Vincendo		
. Vendas a crédito	775.097.891	820.447.353
. Factoring	155.431.850	185.954.590
. Aluguer de longa duração	168.778.282	172.407.992
. Locação financeira mobiliária	111.091.236	133.740.129
. Créditos em conta corrente	17.984.116	17.159.155
. Cartões de crédito	5.088.095	6.205.283
. Outros	39	43
	-----	-----
	1.233.471.509	1.335.914.545
Crédito e juros vencidos	49.182.009	45.322.870
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos	2.729.741	2.733.437
Encargos diferidos com comissões associadas ao custo amortizado, líquidos de receitas diferidas	26.931.984	28.560.076
Correcções de valor de elementos cobertos	3.102.902	-
	-----	-----
	1.315.418.145	1.412.530.928
Imparidade para Crédito (Nota 16)	(50.534.347)	(55.465.364)
	-----	-----
	<u>1.264.883.798</u>	<u>1.357.065.564</u>
	=====	=====

O movimento na Imparidade para Crédito nos exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na Nota 16.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido a clientes por sector de actividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição, tendo por base os Códigos da Actividade Económica do Instituto Nacional de Estatística em vigor em 31 de Dezembro de 2011:

	2011	2010
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	199.557.401	228.199.847
Indústrias transformadoras	12.722.492	12.357.633
Construção	11.733.832	13.777.320
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	10.621.840	11.922.973
Transportes e armazenagem	7.781.559	8.113.526
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6.673.580	6.436.594
Actividades de saúde humana e apoio social	6.312.523	5.563.791
Alojamento, restauração e similares	3.763.538	3.424.401
Actividades de informação e de comunicação	2.359.414	1.694.264
Educação	2.255.028	2.071.529
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.972.650	1.591.539
Actividades imobiliárias	1.969.017	2.061.991
Outras Actividades de Serviço	1.403.339	1.557.377
Actividades financeiras e de seguros	1.071.424	2.108.996
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	676.803	923.217
Indústrias extractivas	259.799	323.653
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	182.489	300.344
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	120.712	78.184
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	46.738	64.816
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições	-	9.367
Outras	45.094.182	112.290.973
Outro Sector de Actividade (Particulares)	916.893.149	921.042.210
	<u>1.233.471.509</u>	<u>1.335.914.545</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

	31-12-2011							
	Vendas a crédito	Factoring	Aluguer de longa duração	Locação financeira mobiliária	Créditos em conta corrente	Cartões de Crédito	Outros créditos	Total
Até 1 ano	31.953.540	155.431.850	15.316.067	8.257.031	17.984.116	5.088.095	39	234.030.738
De 1 a 5 anos	380.323.782	-	118.784.981	82.492.827	-	-	-	581.601.590
A mais de 5 anos	362.820.569	-	34.677.234	20.341.378	-	-	-	417.839.181
	<u>775.097.891</u>	<u>155.431.850</u>	<u>168.778.282</u>	<u>111.091.236</u>	<u>17.984.116</u>	<u>5.088.095</u>	<u>39</u>	<u>1.233.471.509</u>

	31-12-2010							
	Vendas a crédito	Factoring	Aluguer de longa duração	Locação financeira mobiliária	Créditos em conta corrente	Cartões de Crédito	Outros créditos	Total
Até 1 ano	31.634.394	185.954.590	16.525.582	11.135.252	17.159.155	6.205.283	43	268.614.299
De 1 a 5 anos	414.220.405	-	116.524.601	97.644.297	-	-	-	628.389.303
A mais de 5 anos	374.592.554	-	39.357.809	24.960.580	-	-	-	438.910.943
	<u>820.447.353</u>	<u>185.954.590</u>	<u>172.407.992</u>	<u>133.740.129</u>	<u>17.159.155</u>	<u>6.205.283</u>	<u>43</u>	<u>1.335.914.545</u>

Nota: A informação incluída nos quadros acima considera a distribuição do total do crédito vincendo de acordo com a data de reembolso final das operações.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura, por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

	2011						
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de crédito	Outros créditos	Total
De 1 a 3 meses	2.819.411	511.225	2.589.260	541.132	54.988	17.557	6.533.573
De 3 a 6 meses	2.947.876	571.058	640.107	632.737	49.486	16.241	4.857.505
De 6 a 12 meses	8.504.953	940.210	358.886	797.704	176.479	45.155	10.823.387
De 1 a 3 anos	14.831.553	1.371.229	730.611	1.018.643	1.495.777	395.126	19.842.939
Superior a 3 anos	401.029	159.400	688.380	5.381	3.609.164	2.261.251	7.124.606
	<u>29.504.822</u>	<u>3.553.122</u>	<u>5.007.244</u>	<u>2.995.597</u>	<u>5.385.894</u>	<u>2.735.330</u>	<u>49.182.009</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

	2010						Total
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de crédito	Outros créditos	
De 1 a 3 meses	2.959.630	639.159	284.689	334.563	47.012	29.519	4.294.572
De 3 a 6 meses	1.750.050	250.888	297.684	162.939	64.815	42.224	2.568.600
De 6 a 12 meses	5.570.573	558.857	147.938	496.989	276.190	68.993	7.119.540
De 1 a 3 anos	17.588.786	3.828.300	946.700	1.768.606	2.475.585	497.970	27.105.947
Superior a 3 anos	199.768	183.051	72.524	84.608	1.999.538	1.694.722	4.234.211
	<u>28.068.807</u>	<u>5.460.255</u>	<u>1.749.535</u>	<u>2.847.705</u>	<u>4.863.140</u>	<u>2.333.428</u>	<u>45.322.870</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o crédito vincendo associado a crédito vencido com antiguidade superior a 90 dias, ascende a cerca de 11.711.059 Euros e 17.204.900 Euros, respectivamente.

Nos exercícios de 2011 e 2010, o Banco não procedeu a alienações de créditos abatidos ao activo.

10. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os montantes registados nesta rubrica, correspondem essencialmente a veículos recebidos em dação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes activos nestes exercícios, apresenta o seguinte detalhe:

Saldo em 31 de Dezembro de 2009	2.696.619
Recuperações	7.565.414
Alienações	(7.433.068)

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2.828.965
Recuperações	9.362.807
Alienações	(9.099.233)
Outros movimentos	109.718

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.202.257
	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco tinha registado imparidade para estes activos no montante de 1.824.919 Euros e 1.900.191 Euros, respectivamente (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas “Outros activos tangíveis” e “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2011 e 2010 foram os seguintes:

	2011							
	Saldos iniciais		Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates e alienações	Saldos Finais	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações acumuladas
Outros activos tangíveis:								
Imóveis de serviço próprio	8.550.345	(1.570.944)	-	(110.811)	-	-	8.550.345	(1.681.755)
Obras em imóveis arrendados	628.425	(448.215)	-	(122.795)	-	-	628.425	(571.010)
Equipamento:								
Mobiliário e material	97.848	(89.089)	1.017	(3.364)	2.850	-	101.715	(92.453)
Máquinas e ferramentas	49.967	(33.868)	177	(4.514)	1.505	-	51.649	(38.382)
Equipamento informático	999.899	(494.260)	40.930	(282.628)	114.785	-	1.155.614	(776.888)
Instalações interiores	850.375	(359.051)	3.017	(146.201)	16.817	-	870.209	(505.252)
Equipamento de segurança	32.304	(19.645)	-	(4.262)	-	-	32.304	(23.907)
Outros equipamentos	200	(200)	-	-	-	-	200	(200)
Imobilizações em curso	110.497	-	49.666	-	(114.331)	(174)	45.658	-
	<u>11.319.860</u>	<u>(3.015.272)</u>	<u>94.807</u>	<u>(674.575)</u>	<u>21.626</u>	<u>(174)</u>	<u>11.436.119</u>	<u>(3.689.847)</u>
Activos intangíveis:								
Software	3.990.934	(2.270.428)	172.834	(1.233.724)	1.021.142	-	5.184.910	(3.504.152)
Imobilizações em curso	937.533	-	1.311.578	-	(1.220.327)	(100.535)	928.249	-
	<u>4.928.467</u>	<u>(2.270.428)</u>	<u>1.484.412</u>	<u>(1.233.724)</u>	<u>(199.185)</u>	<u>(100.535)</u>	<u>6.113.159</u>	<u>(3.504.152)</u>
	<u>16.248.327</u>	<u>(5.285.700)</u>	<u>1.579.219</u>	<u>(1.908.299)</u>	<u>(177.559)</u>	<u>(100.709)</u>	<u>17.549.278</u>	<u>(7.193.999)</u>
2010								
	Saldos iniciais		Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates e alienações	Saldos Finais	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações acumuladas
Outros activos tangíveis:								
Imóveis de serviço próprio	8.444.484	(1.462.072)	14.055	(108.873)	91.807	-	8.550.345	(1.570.944)
Obras em imóveis arrendados	736.466	(429.010)	-	(127.246)	-	-	628.425	(448.215)
Equipamento:								
Mobiliário e material	835.766	(824.428)	-	(2.966)	-	387	97.848	(89.089)
Máquinas e ferramentas	193.479	(187.317)	13.270	(3.333)	-	-	49.967	(33.868)
Equipamento informático	4.984.849	(4.571.265)	268.694	(232.911)	56.272	-	999.899	(494.260)
Instalações interiores	1.271.347	(711.684)	28.534	(145.702)	48.829	-	850.375	(359.051)
Material de transporte	15.390	(15.390)	-	-	-	-	-	-
Equipamento de segurança	55.334	(38.235)	-	(4.440)	-	-	32.304	(19.645)
Outros equipamentos	4.571	(4.571)	-	-	-	-	200	(200)
Outras imobilizações corpóreas	1.226	(1.226)	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso	106.239	-	213.112	-	(199.235)	(9.619)	110.497	-
	<u>16.649.151</u>	<u>(8.245.198)</u>	<u>537.665</u>	<u>(625.471)</u>	<u>(2.328)</u>	<u>(9.232)</u>	<u>11.319.860</u>	<u>(3.015.272)</u>
Activos intangíveis:								
Software	8.188.340	(6.028.504)	167.855	(1.312.501)	705.316	-	3.990.934	(2.270.428)
Imobilizações em curso	703.463	-	1.019.894	-	(702.655)	(83.169)	937.533	-
	<u>8.891.803</u>	<u>(6.028.504)</u>	<u>1.187.749</u>	<u>(1.312.501)</u>	<u>2.661</u>	<u>(83.168)</u>	<u>4.928.467</u>	<u>(2.270.428)</u>
	<u>25.540.954</u>	<u>(14.273.702)</u>	<u>1.725.414</u>	<u>(1.937.972)</u>	<u>333</u>	<u>(92.401)</u>	<u>16.248.327</u>	<u>(5.285.700)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos das imobilizações em curso de outros activos tangíveis referia-se à instalação de uma sala de formação no edifício-sede, a qual ficou concluída em 2011.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo das imobilizações em curso de activos intangíveis refere-se a projectos em curso de software informático, nomeadamente de desenvolvimento de novo software ou evolução de software já existente, cuja entrada em funcionamento está prevista para 2012 e 2011, respectivamente.

12. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos de activos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Activos por impostos correntes	10.930	272.386
Passivos por impostos correntes		
· Imposto do exercício a pagar	(252.190)	(1.343.172)
	-----	-----
	(241.260)	(1.070.786)
	=====	=====
Activos por impostos diferidos	3.787.433	3.631.982
Passivos por impostos diferidos	(2.108.573)	(1.056.461)
	-----	-----
	1.678.860	2.575.521
	=====	=====

Nos exercícios de 2011 e 2010, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Impostos correntes		
· Do exercício	4.554.519	5.046.446
· Correções a exercícios anteriores	365.263	110.079
· Contribuição para o sector bancário	556.783	-
	-----	-----
	5.476.565	5.156.526
Impostos diferidos – dotações, líquidas de reversões	897.032	241.530
	-----	-----
Total de impostos registados em resultados	6.373.597	5.398.056
	=====	=====
Resultados antes de impostos	16.150.363	17.031.268
	-----	-----
Carga fiscal	39,46%	31,69%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto para os exercícios de 2011 e 2010, pode ser detalhada como se segue:

	2011		2010	
	Taxa de imposto	Imposto	Taxa de imposto	Imposto
Resultado antes de impostos		16.150.363		17.031.268
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	29,00%	4.683.605	29,00%	4.939.068
Diferenças permanentes				
Contribuição para o sector bancário	3,45%	556.783	0,00%	-
Contratos de associação não relevantes para efeitos fiscais	2,19%	353.956	2,36%	401.955
Isenção de Derrama Estadual até 2 milhões de Euros de lucro tributável	-0,31%	(50.000)	-0,29%	(50.000)
Alteração da taxa de imposto diferido	0,42%	67.902	-1,56%	(265.853)
Tributação autónoma	0,64%	103.644	0,65%	110.352
Outras diferenças permanentes	1,81%	292.444	0,90%	152.453
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	37,20%	6.008.334	31,05%	5.287.976
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto de exercícios anteriores				
Imposto corrente	2,26%	365.263	0,65%	110.080
Imposto diferido	0,00%	-	0,00%	-
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores, líquidas de impostos diferidos	2,26%	365.263	0,65%	110.080
Impostos sobre os lucros	39,46%	6.373.597	31,69%	5.398.056

Com o objectivo de adaptação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, o qual procedeu a alterações relevantes a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo ainda procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010. Adicionalmente, o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, veio definir disposições transitórias relativamente à implementação, pela primeira vez, das normas internacionais de contabilidade, no âmbito das quais, para as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal que já aplicavam os novos referenciais contabilísticos, as variações patrimoniais decorrentes da transição entre o Plano de Contas do Sistema Bancário (anterior normativo contabilístico) e as Normas de Contabilidade Ajustadas que sejam fiscalmente relevantes de acordo com as disposições do Código do IRC, concorrem em partes iguais para a formação do lucro tributável no exercício de 2006 e nos quatro exercícios subsequentes.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2011 e 2010, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A base de incidência e taxas aplicáveis relativamente à contribuição sobre o sector bancário encontram-se descritas na Nota 2.3 n).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

O movimento nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011				Saldos em 31-12-2011
	Saldos em 31-12-2010	Reforços	Realizações/ anulações	Outros movimentos	
Activos por impostos diferidos					
Imparidade para crédito concedido	3.545.962	704.987	(701.930)	(1.036.492)	2.512.527
Provisões	86.020	272.899	(120.504)	1.036.491	1.274.906
Total de activos por impostos diferidos	3.631.982	977.886	(822.434)	(1)	3.787.433
Passivos por impostos diferidos					
Resultado não distribuído do Silk Finance no.3 Limited	(1.055.475)	(1.052.484)	-	-	(2.107.959)
Outros	(986)	-	-	372	(614)
Total de passivos por impostos diferidos	(1.056.461)	(1.052.484)	-	372	(2.108.573)
Saldo líquido	2.575.521	(74.598)	(822.434)	371	1.678.860
	2010				Saldos em 31-12-2010
	Saldos em 31-12-2009	Reforços	Realizações/ anulações	Outros movimentos	
Activos por impostos diferidos					
Imparidade para crédito concedido	3.045.757	2.473.027	(1.972.822)	-	3.545.962
Provisões	307.844	-	(221.824)	-	86.020
	3.353.601	2.473.027	(2.194.646)	-	3.631.982
Correcções relacionadas com os ajustamentos de transição para IAS/IFRS:					
Desreconhecimento de activos financeiros	181.595	-	(181.595)	-	-
Total de activos por impostos diferidos	3.535.196	2.473.027	(2.376.241)	-	3.631.982
Passivos por impostos diferidos					
Resultado não distribuído do Silk Finance no.3 Limited	-	(1.055.475)	-	-	(1.055.475)
Outros	-	-	-	(986)	(986)
	-	(1.055.475)	-	(986)	(1.056.461)
Correcções relacionadas com os ajustamentos de transição para IAS/IFRS:					
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(717.159)	-	717.159	-	-
Total de passivos por impostos diferidos	(717.159)	(1.055.475)	717.159	(986)	(1.056.461)
Saldo líquido	2.818.037	1.417.552	(1.659.082)	(986)	2.575.521

Na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais, a partir de 1 de Janeiro de 2007 o apuramento da derrama passou a corresponder no máximo a 1,5% sobre o lucro tributável determinado em cada exercício.

13. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outros activos		
· Imposto a recuperar	6.001.590	9.694.792
· Devedores diversos	2.814.799	2.842.515
	-----	-----
	8.816.389	12.537.307
Rendimentos a receber		
· Comissões e outros valores a receber	922.127	1.263.478
Despesas com encargos diferidos	1.053.319	1.418.227
Valores diversos a regularizar	1.815.644	1.905.346
	-----	-----
	12.607.482	17.124.358
Imparidade (Nota 16)		
Impostos a recuperar	(3.789.357)	(2.611.373)
Outros saldos a receber	(186.140)	-
	-----	-----
	(3.975.497)	(2.611.373)
	-----	-----
	8.631.982	14.512.985
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Imposto a recuperar” corresponde a reembolsos pedidos e reclamações efectuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. Nestas datas, o valor de imparidade constituída para os referidos activos ascende a 3.789.357 Euros e 2.611.373 Euros, respectivamente, e reflecte a expectativa do Banco quanto ao correspondente valor de realização.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros activos – devedores diversos”, inclui 276.564 Euros e 101.424 Euros, respectivamente, relativos a valores a receber dos clientes por alienação de viaturas, os quais não tinham ainda sido reclassificados para rubricas de Crédito vencido.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Despesas com encargos diferidos” inclui 426.217 e 602.902 Euros, respectivamente, relativos à comissão de montagem da operação de titularização.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica “Valores diversos a regularizar”, inclui 824.362 Euros e 1.107.557 Euros, respectivamente, relativos a rendas de cartões de crédito que se encontram para cobrança.

O movimento na imparidade e provisões das rubricas de “Outros activos” nos exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na Nota 16.

14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Recursos de Bancos Centrais</u>		
Capital (Nota 33)	115.000.000	165.000.000
Juros a pagar	31.944	41.250
	-----	-----
	115.031.944	165.041.250
	=====	=====
<u>Recursos de outras instituições de crédito</u>		
Descobertos em depósitos à ordem		
Banco Santander Totta, S.A.	560.119	686
	-----	-----
Depósitos e outros recursos		
Banco Santander Consumer Finance, S.A.	625.000.000	752.000.000
Outras instituições de crédito (Nota 33)	100.000.000	-
Juros a pagar	7.972.660	13.033.319
	-----	-----
	732.972.660	765.033.319
Operações de venda de títulos com acordo de recompra (Nota 33)		
Outras instituições de crédito no estrangeiro	250.000.000	250.000.000
Juros a pagar	1.436.611	1.156.458
	-----	-----
	984.969.390	1.016.190.463
	=====	=====

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos à ordem	32.688	397.367
Cheques e ordens a pagar	2.409.833	5.466.954
	-----	-----
	2.442.521	5.864.321
	=====	=====

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 de 21 de Dezembro, do Banco de Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)16. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE

Nos exercícios de 2011 e 2010 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades foram os seguintes:

	2011						Recuperação de crédito e juros vencidos
	Saldos em 31.12.2010	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31.12.2011	
Imparidade para crédito (Nota 9)	55.465.364	39.521.693	(20.336.919)	(24.117.629)	1.838	50.534.347	(9.913.480)
Imparidade:							
. Impostos a recuperar (Nota 13)	2.611.373	2.611.409	(907.140)	(1.846.153)	1.319.868	3.789.357	-
. Outros Activos (Nota 13)	-	552.846	(352.507)	(14.198)	(1)	186.140	-
. Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	1.900.191	7.873.436	(7.709.682)	(236.458)	(2.568)	1.824.919	-
	4.511.564	11.037.691	(8.969.329)	(2.096.809)	1.317.299	5.800.416	-
Provisões	1.478.369	232.695	-	-	(1.319.135)	391.929	-
	61.455.297	50.792.079	(29.306.248)	(26.214.438)	2	56.726.692	(9.913.480)

	2010						Recuperação de crédito e juros vencidos
	Saldos em 31.12.2009	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31.12.2010	
Imparidade para crédito (Nota 9)	59.643.503	46.693.163	(26.575.951)	(24.160.684)	(134.667)	55.465.364	(9.157.678)
Imparidade:							
. Impostos a recuperar (Nota 13)	1.490.403	3.147.101	(1.814.995)	(211.137)	1	2.611.373	-
. Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	1.179.409	6.111.008	(5.659.119)	-	268.893	1.900.191	-
	2.669.812	9.258.109	(7.474.114)	(211.137)	268.894	4.511.564	-
Provisões	122.267	1.595.666	(117.412)	-	(122.152)	1.478.369	-
	62.435.582	57.546.938	(34.167.477)	(24.371.821)	12.075	61.455.297	(9.157.678)

17. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15"	15.000.000	15.000.000
Juros a pagar	118.038	94.446
	=====	=====
	15.118.038	15.094.446
	=====	=====

As Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15" foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015. Estas obrigações vencem juros à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 1,25%. Os juros são pagos semestral e postecipadamente em 28 de Março e 28 de Setembro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a taxa de juro em vigor ascendia a 2,98% e 2,39%, respectivamente.

18. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valores a pagar ao Estado:		
. Imposto sobre o Valor Acrescentado	931.567	-
. Imposto do Selo	509.114	865.090
. Retenção de impostos na fonte	107.842	134.181
. Contribuições para a Segurança Social	124.090	132.640
	-----	-----
	1.672.613	1.131.911
	-----	-----
Credores:		
. Credores por contratos de factoring	38.191.798	64.949.730
. Cauções recebidas – contratos de ALD	25.021.133	24.215.503
. Fornecedores, conta corrente	4.964.001	8.217.079
. Outros credores	335.820	1.435.433
	-----	-----
	68.512.752	98.817.745
	-----	-----
Operações passivas a regularizar	4.690.135	9.425.118
	-----	-----
Encargos a pagar:		
. Gastos gerais administrativos	1.430.178	1.099.878
. Acordos de participação	927.279	709.621
. Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias	985.788	922.481
. Bónus a distribuir aos colaboradores	792.005	691.171
. Rappel	487.018	1.475.029
. Cancelamento de Seguros	170.799	166.249
	-----	-----
	4.793.067	5.064.429
	-----	-----
	79.668.567	114.439.203
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Credores por contratos de factoring” representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da facturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efectuados e notas de crédito emitidas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Cauções recebidas – contratos de ALD” respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início das operações de aluguer de longa duração e o valor residual dos respectivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se reflectido o valor líquido do financiamento efectivamente concedido pelo Banco aos clientes, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem, deduzido dos pagamentos que efectuaram antecipadamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Fornecedores – conta corrente” inclui 338.129 Euros e 1.154.345 Euros, respectivamente, relativos a valores a pagar a companhias de seguros.

A rubrica “Encargos a pagar – Acordos de participação”, diz respeito à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os resultados obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função das condições previamente acordadas entre as partes.

A rubrica “Cancelamento de Seguros” diz respeito à estimativa de custos que o Banco irá incorrer relacionados com a devolução de comissões de colocação de seguros relativos a contratos de crédito que foram amortizados antecipadamente pelos clientes.

19. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções, cada uma com valor nominal igual a 1 Euro, com a seguinte composição:

	<u>Número de acções</u>	<u>Percentagem de participação</u>
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,086%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,914%
	-----	-----
	66.592.947	100%
	=====	=====

20. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prémio de Emissão	12.790.664	12.790.664
Reserva Legal	12.005.821	11.300.895
Outras Reservas	21.970.594	21.965.123
Resultados Transitados	10.215.776	(707.039)
	-----	-----
	56.982.855	45.349.643
	=====	=====

Os prémios de emissão tiveram origem no aumento de capital social do Banco efectuado em Janeiro de 2007. Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício em base individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em Assembleia Geral realizada em 13 de Dezembro de 2010, foi deliberada a distribuição aos accionistas de resultados transitados no montante de 8.672.778 Euros.

21. RENDIMENTO INTEGRAL E RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2011 e 2010, o resultado consolidado do Grupo foi determinado da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contributo de cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação para o rendimento integral e resultado líquido consolidado:		
. Banco Santander Consumer Portugal	7.061.468	7.049.260
. Silk Finance No.3 Limited	3.395.112	3.639.568
. Fundo Silk Finance No.3	-	-
	-----	-----
	10.456.580	10.688.828
Ajustamentos de consolidação:		
. Imparidade em crédito concedido, líquida de impostos diferidos	372.670	1.999.859
. Imposto diferido sobre o resultado líquido do Silk Finance No.3 Limited	(1.052.484)	(1.055.475)
	-----	-----
	9.776.766	11.633.212
	=====	=====

22. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, os passivos contingentes e compromissos apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Garantias prestadas	75.546	3.757
Compromissos perante terceiros	50.962.809	74.577.473
Activos dados em garantia – valor nominal (Nota 33)	300.000.000	300.000.000

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Compromissos perante terceiros” respeita essencialmente a linhas de crédito associadas a operações de concessão de crédito a clientes através de cartões.

23. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros e proveitos similares		
. Juros de financiamento de vendas a crédito e financiamento em conta corrente	71.172.897	72.216.406
. Juros de crédito em locação	16.495.947	15.807.057
. Comissões associadas ao custo amortizado		
. De intermediação	(11.452.572)	(12.280.980)
. Rappel	(4.680.591)	(4.852.186)
. Apoio Fixo	(1.125.023)	(837.260)
. Juros de swaps de negociação	3.239.384	12.995.932
. Juros de swaps de cobertura	2.011.376	-
. Juros de adiantamentos de "factoring"	4.837.339	3.841.744
. Juros de financiamento através de cartão de crédito	844.591	1.276.527
. Comissões de abertura de contrato	3.546.016	3.898.763
. Outros juros e proveitos		
. De aplicações a prazo	514.583	41.861
. Operações de concessão de crédito	946	394
. Outros	174.479	20.019
	-----	-----
	85.579.372	92.128.277
	-----	-----
Juros e custos similares		
. Juros de recursos de instituições de crédito	31.918.709	29.447.758
. Juros de derivados de negociação	3.321.886	13.066.619
. Juros de derivados de cobertura	2.717.719	-
. Juros de empréstimos subordinados	414.905	288.702
. Juros de depósitos de outros residentes	10	11
. Juros de operações de factoring	50.282	36.818
. Outros juros e encargos	16.051	38.001
	-----	-----
	38.439.562	42.877.909
	-----	-----
Margem Financeira	47.139.810	49.250.368
	=====	=====

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2011 e 2010, os Rendimentos e Encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
. Comissões de colocação de seguros	5.848.019	6.508.508
. Despesas de cobrança de rendas	2.765.993	2.451.534
. Operações de “factoring”	1.467.374	1.804.835
. Comissões por prestação de serviços	1.662.648	869.558
. Garantias prestadas	450	-
. Outros proveitos de comissões	1.335.085	1.621.808
	-----	-----
	13.079.569	13.256.243
	-----	-----
Encargos com serviços e comissões		
. Por serviços bancários de terceiros	1.230.810	1.149.121
. Comissões de colocação de seguros	872.161	1.073.978
. Comissões de Acordos de Participação	1.388.589	1.543.552
. Outros custos com comissões	813.683	529.012
	-----	-----
	4.305.243	4.295.663
	-----	-----
	8.774.326	8.960.580
	=====	=====

Nos exercícios de 2011 e 2010, a rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros” respeita a comissões recebidas pelo Banco de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. Na rubrica “Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros” encontra-se reflectida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respectivo seguro de protecção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respectivas. O Banco considera que se trata de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, na medida em que não retém qualquer envolvimento relacionado com o risco segurado ou com a gestão da apólice de seguro contratada.

25. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2011, os valores registados nesta rubrica apresentam o seguinte detalhe:

Reavaliação dos swaps de cobertura (Nota 31)	(3.765.413)
Reavaliação dos elementos cobertos (Nota 31)	3.485.991

	(279.422)
	=====

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outros proveitos de exploração:		
. Mais-valias em bens de locação financeira	527.768	855.650
. Prestação de serviços	78.079	96.602
. Outros	1.214.836	1.876.098
	-----	-----
	1.820.683	2.828.350
	-----	-----
Outros custos de exploração:		
. Menos-valias em bens de locação financeira	1.404.367	1.336.383
. Outros custos de exploração	1.414.282	432.394
. Outros impostos indirectos	1.828.594	1.983.581
	-----	-----
	4.647.243	3.752.358
	-----	-----
	(2.826.560)	(924.008)
	=====	=====

No exercício de 2011, a rubrica "Outros proveitos de exploração - Outros" inclui essencialmente proveitos de juros indemnizatórios recebidos no âmbito de processos de IVA cauções. Em 2010, o saldo dessa rubrica incluía ainda 830.170 Euros relativos a indemnizações por lucros cessantes e 630.533 Euros relativos a comissões relacionadas com registo notarial. No exercício de 2011, o Banco classificou estes proveitos, nos montantes de 618.921 Euros e 484.089 Euros, em rubricas de "Juros de crédito concedido" (Nota 23) e "Comissões por prestação de serviços" (Nota 24), respectivamente.

27. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2011 e 2010 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários e vencimentos:		
. Remunerações dos órgãos de gestão	243.657	185.724
. Remunerações dos empregados	5.816.772	5.724.258
	-----	-----
	6.060.429	5.909.982
	-----	-----
Encargos sociais:		
. Segurança Social	1.291.209	1.276.767
. Outros encargos	310.633	363.114
	-----	-----
	1.601.842	1.639.881
	-----	-----
Outros custos com o pessoal:		
. Bónus aos colaboradores e Conselho de Administração	647.494	650.000
. Indemnizações contratuais	746.820	426.601
. Participação de juros de crédito à habitação	30.938	51.840
. Outros	273.262	256.754
	-----	-----
	1.698.514	1.385.195
	-----	-----
	9.360.785	8.935.058
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

O Banco não assumiu quaisquer encargos com pensões de reforma, para além das contribuições para a Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de efectivos ao serviço do Banco era o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Direcção	1	1
Quadros superiores	20	21
Quadros técnicos	139	155
Administrativos	30	33
	-----	-----
	190	210
	===	===

28. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2011 e 2010 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Serviços especializados:		
. Subcontratação de pessoal e outros serviços de outsourcing	1.958.211	2.386.899
. Recuperação de valores e viaturas	2.213.082	2.516.933
. Advocacia	1.271.778	1.311.235
. Informática	743.033	1.601.058
. Segurança e vigilância	200.372	195.782
. Assistência e software	255.722	133.050
. Outros serviços especializados	2.234.672	1.132.085
Comunicação	1.124.971	1.234.862
Seguros, serviços judiciais e contencioso	996.036	854.393
Publicidade	596.593	870.365
Rendas e alugueres	544.346	591.240
Avenças e honorários	437.769	974.556
Conservação e reparação	403.535	487.752
Água, energia e combustíveis	418.738	340.862
Deslocações, estadas e representações	210.058	249.420
Material de consumo corrente	106.004	141.791
Encargos com formação	73.232	46.601
Outros fornecimentos e serviços	28.204	80.917
Encargos com emissão de obrigações	-	11.058
	-----	-----
	13.816.356	15.160.859
	=====	=====

No exercício de 2011, as remunerações pagas ao Revisor Oficial de Contas têm a seguinte composição:

Revisão legal das contas	56.580
Outros serviços de garantia de fiabilidade	89.740
Serviços de consultoria fiscal	83.575

	229.895
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)29. RELATO POR SEGMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a actividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Banca de Retalho: Inclui a actividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.
- Banca Comercial: Inclui a actividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria, financiamento à aquisição de stocks e “Factoring”.
- Outros: Compreende todos os segmentos de actividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2011 e 2010, foi a seguinte:

	2011			2010		
	Banca de Retalho	Banca Comercial	Total	Banca de Retalho	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	80.742.033	4.837.339	85.579.372	88.620.224	3.842.571	92.462.795
Juros e encargos similares	(36.186.876)	(2.252.687)	(38.439.563)	(41.781.970)	(1.095.939)	(42.877.909)
Rendimentos de serviços e comissões	11.269.917	1.809.652	13.079.569	10.938.686	2.317.557	13.256.243
Encargos com serviços e comissões	(4.305.243)	-	(4.305.243)	(4.630.181)	-	(4.630.181)
Resultados em operações financeiras	(279.422)	-	(279.422)	-	-	-
Outros resultados de exploração	(2.826.560)	-	(2.826.560)	(924.008)	-	(924.008)
Produto da Actividade Bancária	48.413.849	4.394.304	52.808.154	52.222.751	5.064.189	57.286.940
Outros custos e proveitos			(43.031.388)			(45.653.728)
Resultado Líquido do Exercício			9.776.766			11.633.212
Crédito a clientes (valor líquido)	1.086.117.815	178.765.983	1.264.883.798	1.150.770.331	206.295.233	1.357.065.564
Activo líquido total	1.164.086.997	173.415.967	1.337.502.963	1.241.139.670	203.973.365	1.445.113.035
Recursos de Bancos centrais e outras instituições de crédito	945.953.538	154.047.795	1.100.001.334	1.003.423.808	177.807.905	1.181.231.713
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.442.521	-	2.442.521	5.864.321	-	5.864.321

Nos exercícios de 2011 e 2010, a actividade do Banco foi integralmente desenvolvida em Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)30. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos registados no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados do Banco que têm origem em operações realizadas com partes relacionadas têm a seguinte composição:

Entidades do Grupo Santander:

	2011							
	Banco Santander, S.A.	Santander Consumer Finance	Banco Santander Totta	Totta Seguros	Isban PT - Engenharia e Software Bancário	Produban	Geoban	Total
Balanço								
<i>Activos</i>								
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	59.337	-	-	-	-	59.337
Aplicações em instituições de crédito	-	-	15.043.125	-	-	-	-	15.043.125
Activos financeiros detidos para negociação	734.420	-	-	-	-	-	-	734.420
Activos intangíveis e outros activos tangíveis	-	-	-	-	2.411.669	51.600	28.345	2.491.615
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	6.407	-	-	-	6.407
<i>Passivos</i>								
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	(632.408.571)	(560.119)	-	-	-	-	(632.968.690)
Passivos financeiros detidos para negociação	(751.547)	-	-	-	-	-	-	(751.547)
Derivados de cobertura	(3.415.696)	-	-	-	-	-	-	(3.415.696)
Empréstimos subordinados	-	(15.118.038)	-	-	-	-	-	(15.118.038)
Demonstração dos resultados								
Juros e rendimentos similares	5.250.760	-	550.212	-	-	-	-	5.800.972
Juros e encargos similares	(6.039.605)	(23.288.890)	-	-	-	-	-	(29.328.495)
Rendimentos com comissões	-	330.000	-	85.886	-	-	-	415.886
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	(533.303)	(2.067.975)	(3.353)	(2.604.630)
Resultados em operações financeiras	(3.765.413)	-	-	-	-	-	-	(3.765.413)

	2010								
	Banco Santander, S.A.	Santander Consumer Finance	Banco Santander Totta	Totta Seguros	Isban PT - Engenharia e Software Bancário	Produban	Geoban	Multirent	Total
Balanço									
<i>Activos</i>									
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	7.973.037	-	-	-	-	-	7.973.037
Aplicações em instituições de crédito	-	-	10.040.000	-	-	-	-	-	10.040.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.012.105	-	-	-	-	-	-	-	1.012.105
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Activos intangíveis e outros activos tangíveis	-	-	-	-	842.324	-	37.848	-	880.172
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos a receber	-	-	-	-	-	3.466	-	200.000	203.466
Outros devedores	-	-	257.848	-	-	-	-	82.951	340.799
<i>Passivos</i>									
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	(766.189.777)	(686)	-	-	-	-	-	(766.190.463)
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	-	-	(162.186)	(162.186)
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.029.548)	-	-	-	-	-	-	-	(1.029.548)
Empréstimos subordinados	-	(15.094.446)	-	-	-	-	-	-	(15.094.446)
Demonstração dos resultados									
Juros e rendimentos similares	12.995.932	-	50.230	-	-	-	-	-	13.046.162
Juros e encargos similares	-	(26.751.847)	(76.696)	-	-	-	-	-	(26.828.543)
Rendimentos com comissões	-	-	-	65.053	-	-	-	4.174	69.227
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	-	(236.722)	-	-	(236.722)

Os montantes incluídos nos quadros acima na rubrica Activos intangíveis e outros activos tangíveis correspondem essencialmente a montantes pagos pelo Banco a outras entidades do Grupo durante o ano relativos a projectos de desenvolvimento nas aplicações informáticas.

Membros do Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto das entidades do Banco nem adquiriu títulos representativos do respectivo capital social.

31. GESTÃO DE RISCOPolíticas de gestão de risco

As políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco no âmbito da sua actividade encontram-se descritas em maior detalhe no âmbito da secção “Risco de Crédito” do Relatório do Conselho de Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	2011			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Provisões e imparidade	Valor de balanço líquido
<u>Patrimoniais</u>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.666.217	32.666.217	-	32.666.217
Aplicações em instituições de crédito	15.000.000	15.043.125	-	15.043.125
Activos Financeiros detidos para negociação	-	734.420	-	734.420
Crédito a clientes	1.282.653.518	1.288.486.161	(50.534.347)	1.237.951.814
Outros activos, excluindo encargos diferidos	11.554.163	11.554.163	(3.975.497)	7.578.666
	<u>1.341.873.898</u>	<u>1.348.484.086</u>	<u>(54.509.844)</u>	<u>1.293.974.242</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>				
Garantias prestadas	74.546	74.546	(745)	73.801
Compromissos perante terceiros	50.962.809	50.962.809	-	50.962.809
	<u>51.037.355</u>	<u>51.037.355</u>	<u>(745)</u>	<u>51.036.609</u>
	2010			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Provisões e imparidade	Valor de balanço líquido
<u>Patrimoniais</u>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46.669.113	46.669.113	-	46.669.113
Aplicações em instituições de crédito	10.000.000	10.040.000	-	10.040.000
Activos Financeiros detidos para negociação	-	1.012.105	-	1.012.105
Crédito a clientes	1.381.237.415	1.383.970.852	(55.465.364)	1.328.505.488
Outros activos, excluindo encargos diferidos	15.706.131	15.706.131	(2.611.373)	13.094.758
	<u>1.453.612.659</u>	<u>1.457.398.201</u>	<u>(58.076.737)</u>	<u>1.399.321.464</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>				
Garantias prestadas	3.757	3.757	-	3.757
Compromissos perante terceiros	74.577.473	74.577.473	(115)	74.577.358
	<u>74.581.230</u>	<u>74.581.230</u>	<u>(115)</u>	<u>74.581.115</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

Nos quadros apresentados acima, a linha Crédito a clientes não inclui encargos diferidos, nos montantes de 26.931.984 Euros e 28.560.076 Euros em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente (Nota 9).

Qualidade de crédito dos activos financeiros

O acompanhamento e monitorização dos processos de gestão do risco de crédito do Banco é assegurado por uma estrutura interna com competências atribuídas para o efeito, sendo efectuada ao nível da concessão, acompanhamento e recuperação de operações de crédito a empresas e particulares pela Direcção de Risco e Recuperação. A análise e evolução da actividade da Direcção de Risco e Recuperação é por sua vez avaliada regularmente em Comité de Direcção do Banco.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efectuada pela Direcção de Risco aos dados financeiros e económicos do cliente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a composição das operações de crédito concedido em regime de Vendas a crédito, Locação financeira e Aluguer de longa duração, apresenta o seguinte detalhe:

	2011		
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	724.920.595	48.717	724.969.312
Créditos com incumprimento	43.250.729	2.772.539	46.023.268
Créditos em default	6.926.567	26.683.566	33.610.133
	<u>775.097.891</u>	<u>29.504.822</u>	<u>804.602.713</u>
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	104.657.671	8.216	104.665.887
Créditos com incumprimento	5.980.358	509.689	6.490.047
Créditos em default	453.207	3.035.217	3.488.424
	<u>111.091.236</u>	<u>3.553.122</u>	<u>114.644.358</u>
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	159.251.588	1.891	159.253.479
Créditos com incumprimento	9.035.182	539.426	9.574.608
Créditos em default	491.512	2.454.280	2.945.792
	<u>168.778.282</u>	<u>2.995.597</u>	<u>171.773.879</u>
Total	<u>1.054.967.409</u>	<u>36.053.541</u>	<u>1.091.020.950</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

	2010		
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	758.304.668	98.932	758.403.600
Créditos com incumprimento	47.849.375	2.830.829	50.680.204
Créditos em default	14.293.310	25.139.046	39.432.356
	<u>820.447.353</u>	<u>28.068.807</u>	<u>848.516.160</u>
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	124.095.697	3.910	124.099.607
Créditos com incumprimento	8.538.892	636.415	9.175.307
Créditos em default	1.105.540	4.819.930	5.925.470
	<u>133.740.129</u>	<u>5.460.255</u>	<u>139.200.384</u>
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	163.842.520	2.847	163.845.367
Créditos com incumprimento	7.556.455	332.510	7.888.965
Créditos em default	1.009.017	2.512.348	3.521.365
	<u>172.407.992</u>	<u>2.847.705</u>	<u>175.255.697</u>
Total	<u>1.126.595.474</u>	<u>36.376.767</u>	<u>1.162.972.241</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima, a classificação das operações foi efectuada de acordo com a seguinte metodologia:

- “Créditos sem incumprimento” – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 11 dias;
- “Créditos com incumprimento” – créditos com saldos vencidos entre 11 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

Nos exercícios de 2011 e 2010, as operações de crédito concedidas a clientes pelo Banco encontram-se garantidas, entre outras, pelos seguintes tipos de colaterais:

- (i) Garantias bancárias, usualmente associadas a operações de “factoring” com concessionários;
- (ii) Regime de reserva de propriedade em operações de vendas a crédito para aquisição de viaturas;
- (iii) Garantias pessoais (livrança, aval, outros).

Activos financeiros com incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de créditos concedidos a clientes com vencido associado mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual efectuada pelo Banco, cuja metodologia é descrita na Nota 2.3 d), ascendem a 9.367.501 Euros e 3.632.480 Euros, respectivamente. Os referidos créditos respeitam essencialmente a operações de cessão de facturação de concessionários em regime de “factoring”, no âmbito das quais são prestadas garantias bancárias pelos devedores aos aderentes com uma cláusula a favor do Banco. O montante de garantias bancárias na data de referência das demonstrações financeiras para estas operações ascendia a 9.265.144 Euros e 3.896.435 Euros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco do Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição a risco de liquidez, o respectivo acompanhamento e monitorização é assegurado em sede de Comité de Activos e Passivos (“Asset Liabilities Committee” – ALCO). De acordo com os procedimentos em vigor, o financiamento da actividade é preferencialmente assegurado junto do Grupo Santander, dispondo o Banco de limites de descoberto autorizado negociados para este efeito.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os “cash flows” contratuais não descontados relativos aos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição por intervalos de maturidade:

	2011						
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	12.441	-	-	-	-	-	12.441
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.666.217	-	-	-	-	-	32.666.217
Aplicações em instituições de crédito	15.043.125	-	-	-	-	-	15.043.125
Crédito a clientes (Saldos brutos)	48.711.519	133.401.905	324.515.150	503.832.391	277.965.886	168.432.710	1.456.859.560
	96.433.302	133.401.905	324.515.150	503.832.391	277.965.886	168.432.710	1.504.581.343
Passivo							
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	(118.622.500)	-	(118.622.500)
Recursos de outras instituições de Crédito	(560.119)	(139.085.093)	(527.320.696)	(347.536.787)	-	-	(1.014.502.695)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.442.521)	-	-	-	-	-	(2.442.521)
Passivos subordinados	-	-	(458.220)	(1.029.086)	(15.514.543)	-	(17.001.849)
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Credores por contratos de factoring	-	(38.191.798)	-	-	-	-	(38.191.798)
Cauções recebidas - contratos de ALD	-	(335.867)	(3.399.023)	(9.096.533)	(8.938.121)	(3.251.589)	(25.021.133)
	(3.002.640)	(177.612.758)	(531.177.939)	(357.662.406)	(143.075.164)	(3.251.589)	(1.215.782.496)
Diferencial	93.430.661	(44.210.853)	(206.662.789)	146.169.985	134.890.722	165.181.121	288.798.847
2010							
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	17.499	-	-	-	-	-	17.499
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46.669.113	-	-	-	-	-	46.669.113
Aplicações em instituições de crédito	-	10.116.250	-	-	-	-	10.116.250
Crédito a clientes (Saldos brutos)	24.364.479	197.559.310	334.832.355	535.172.150	299.778.234	174.784.381	1.566.490.909
	71.051.091	207.675.560	334.832.355	535.172.150	299.778.234	174.784.381	1.623.293.771
Passivo							
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	(369.652.222)	(166.769.474)	(646.712.200)	(41.038.283)	-	(1.224.172.180)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.864.321)	-	-	-	-	-	(5.864.321)
Passivos subordinados	-	(179.944)	(184.000)	(895.479)	(15.881.491)	-	(17.140.914)
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Credores por contratos de factoring	-	(64.949.730)	-	-	-	-	(64.949.730)
Cauções recebidas - contratos de ALD	-	(455.934)	(2.888.758)	(9.636.258)	(8.297.865)	(2.936.688)	(24.215.503)
	(5.864.321)	(435.237.830)	(169.842.232)	(657.243.937)	(65.217.639)	(2.936.688)	(1.336.342.648)
Diferencial	65.186.770	(227.562.270)	164.990.123	(122.071.787)	234.560.595	171.847.693	286.951.123

Na preparação dos quadros acima foram considerados fluxos de caixa projectados de capital e juros, pelo que os valores apresentados não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos nessas datas.

Adicionalmente, na elaboração da informação apresentada acima, foram igualmente utilizados os seguintes pressupostos:

- Os descobertos em depósitos à ordem de clientes e o crédito concedido através de cartão de crédito, registados na rubrica “Crédito a clientes”, foram classificados no intervalo temporal “À vista”;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

- Os fluxos de capital projectados relativos à rubrica de “Crédito a clientes” não incluem o crédito vencido;
- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” foram classificados no intervalo temporal “À vista”.
- Relativamente a operações cuja remuneração se encontra indexada à Euribor, os fluxos financeiros apresentados foram estimados com base nas taxas de referência em vigor em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente.
- Não foram considerados os “cash flows” contratuais de swaps de taxa de juro, uma vez que esta informação não é considerada na gestão de liquidez do Banco.

Risco de taxa de juroRisco de taxa de Juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

	2011				
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	10.208	2.233	12.441	-	12.441
Disponibilidades em outras instituições de crédito	298.060	32.368.157	32.666.217	-	32.666.217
Aplicações em instituições de crédito	15.000.000	-	15.000.000	43.125	15.043.125
Crédito a clientes (saldos brutos)	525.706.828	707.764.681	1.233.471.509	81.946.636	1.315.418.145
	<u>541.015.096</u>	<u>740.135.071</u>	<u>1.281.150.167</u>	<u>81.989.761</u>	<u>1.363.139.928</u>
<u>Passivos</u>					
Recursos de outras Instituições de Crédito	(625.560.119)	(465.000.000)	(1.090.560.119)	(9.441.215)	(1.100.001.334)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(2.442.521)	(2.442.521)	-	(2.442.521)
Passivos subordinados	-	(15.000.000)	(15.000.000)	(118.038)	(15.118.038)
Outros passivos financeiros	(25.021.133)	(38.191.798)	(63.212.931)	-	(63.212.931)
	<u>(650.581.252)</u>	<u>(520.634.319)</u>	<u>(1.171.215.571)</u>	<u>(9.559.253)</u>	<u>(1.180.774.824)</u>
Derivados de cobertura (valor notional)	(254.000.000)	254.000.000	-	-	-
Exposição Líquida	<u>(363.566.156)</u>	<u>473.500.752</u>	<u>109.934.596</u>	<u>72.430.508</u>	<u>182.365.104</u>
2010					
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	9.039	8.460	17.499	-	17.499
Disponibilidades em outras instituições de crédito	435.611	46.233.502	46.669.113	-	46.669.113
Aplicações em instituições de crédito	10.000.000	-	10.000.000	40.000	10.040.000
Crédito a clientes (saldos brutos)	624.584.780	711.329.765	1.335.914.545	76.616.383	1.412.530.928
	<u>635.029.430</u>	<u>757.571.727</u>	<u>1.392.601.157</u>	<u>76.656.383</u>	<u>1.469.257.540</u>
<u>Passivos</u>					
Recursos de outras Instituições de Crédito	(917.000.686)	(250.000.000)	(1.167.000.686)	(14.231.027)	(1.181.231.713)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(5.864.321)	(5.864.321)	-	(5.864.321)
Passivos subordinados	-	(15.000.000)	(15.000.000)	(94.446)	(15.094.446)
Outros passivos financeiros	(24.215.503)	(64.949.730)	(89.165.233)	-	(89.165.233)
	<u>(941.216.189)</u>	<u>(335.814.051)</u>	<u>(1.277.030.240)</u>	<u>(14.325.473)</u>	<u>(1.291.355.713)</u>
Exposição Líquida	<u>(306.186.759)</u>	<u>421.757.676</u>	<u>115.570.917</u>	<u>62.330.910</u>	<u>177.901.827</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Os recursos de clientes não remunerados foram classificados na coluna de “taxa variável”.
- A coluna “Outros” inclui os seguintes saldos:
 - . Saldos vencidos de crédito concedido a clientes;
 - . Outros valores recebidos ou pagos que se encontram a ser diferidos;
 - . Juros a receber ou a pagar.
- Não foram considerados saldos de swaps de taxa de juro uma vez que se tratam de posições back-to-back (simétricas).

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o impacto na margem financeira projectada do Banco de uma deslocação paralela das curvas de taxa de juro de 100 e 200 bps (*basis point value*) que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro cujo *repricing* ocorra em 2012 e 2011, respectivamente, é o seguinte:

	2011			
	- 100 bp	- 200 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Juros e rendimentos similares	(9.646.373)	(10.590.695)	9.776.697	19.553.394
Juros e encargos similares	8.180.073	8.686.789	(8.325.618)	(16.651.237)
Margem financeira	<u>(1.466.300)</u>	<u>(1.903.906)</u>	<u>1.451.079</u>	<u>2.902.157</u>

	2010			
	-100 bp	- 200 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Juros e rendimentos similares	(10.580.356)	(10.598.466)	15.672.056	31.344.112
Juros e encargos similares	9.861.499	9.875.745	(15.708.038)	(31.416.076)
Margem financeira	<u>(718.857)</u>	<u>(722.721)</u>	<u>(35.982)</u>	<u>(71.964)</u>

Relativamente aos instrumentos financeiros de taxa fixa cujo vencimento ocorra em 2011 e 2010, os valores acima apresentados consideram a sua substituição por instrumentos semelhantes, cuja remuneração é calculada de acordo com a curva de taxas de juro projectadas para cada exercício.

Justo Valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado activo. Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efectuam transacções de forma regular.

A valorização de instrumentos financeiros para os quais não existam cotações em mercado activo é descrita nos pontos seguintes:

- a) Instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor (instrumentos financeiros derivados):

As transacções de derivados financeiros, sob a forma de contratos sobre taxas de juro são efectuadas em mercados de balcão (*OTC – Over-The-Counter*). Para as operações de derivados *OTC (swaps)* a respectiva avaliação é calculada com base em métodos geralmente aceites, nomeadamente, a partir do valor actual dos fluxos futuros (*cash flows*), com base na curva de taxa de juro relevante, vigente no momento do cálculo.

As técnicas de valorização utilizam como *inputs* variáveis representativas das condições de mercado à data das demonstrações financeiras.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros (ex: Bloomberg, Reuters), e ajustadas em função da liquidez e do risco de crédito.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 7:

- Nível 1: Cotações em mercado activo

Esta categoria, para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (bids executáveis) divulgados através de plataformas de negociação e os activos e passivos exigíveis à vista.

- Nível 2: Técnicas de valorização em que todos os *inputs* relevantes são baseados em dados de mercado.

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pelo Banco ou em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (bids indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

- Nível 3: Técnicas de valorização utilizando inputs relevantes não baseados em dados observáveis em mercado.

O Banco valoriza os seus instrumentos financeiros derivados de acordo com o Nível 2.

b) Instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco apura o respectivo justo valor com recurso a técnicas de valorização. Nesta nota, estes instrumentos financeiros são apresentados no Nível, na medida em que se considera que o seu justo valor depende de dados relevantes não observáveis em mercado. Os instrumentos exigíveis à vista são apresentados no Nível 1.

Refira-se que o justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos instrumentos financeiros, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

Valor de balanço	2011					Diferença
	Metodologia de apuramento de justo valor					
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização		Justo valor		
	Dados de mercado (Nível 2)	Modelos (Nível 3)				
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	12.441	12.441	-	-	12.441	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.666.217	32.666.217	-	-	32.666.217	-
Aplicações em instituições de crédito	15.043.125	-	-	14.949.345	14.949.345	(93.780)
Crédito a clientes	1.264.883.798	-	-	1.226.697.577	1.226.697.577	(38.186.221)
Derivados de negociação	734.420	-	734.420	-	734.420	-
1.313.340.001	32.678.658	734.420	1.241.646.922	1.275.060.000	(38.280.001)	
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	1.100.001.334	-	-	1.076.215.106	1.076.215.106	23.786.228
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.442.521	2.442.521	-	-	2.442.521	-
Passivos financeiros detidos para negociação	751.547	-	751.547	-	751.547	-
Outros passivos subordinados	15.118.038	-	-	14.160.105	14.160.105	957.933
Derivados de cobertura	3.415.696	-	3.415.696	-	3.415.696	-
1.121.729.136	2.442.521	4.167.243	1.090.375.210	1.096.984.974	24.744.162	
2010						
Valor de balanço	Metodologia de apuramento de justo valor					Diferença
	Cotações em mercado activo (Nível 1)					
	Técnicas de valorização		Dados de mercado (Nível 2)		Modelos (Nível 3)	
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	17.499	17.499	-	-	17.499	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46.669.113	46.669.113	-	-	46.669.113	-
Aplicações em instituições de crédito	10.040.000	-	-	10.092.533	10.092.533	52.533
Crédito a clientes	1.357.065.564	-	-	1.407.256.025	1.407.256.025	50.190.461
Derivados de negociação	1.012.105	-	1.012.105	-	1.012.105	-
1.414.804.281	46.686.612	1.012.105	1.417.348.558	1.465.047.275	50.242.994	
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	1.181.231.713	-	-	1.205.512.082	1.205.512.082	(24.280.369)
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.864.321	5.864.321	-	-	5.864.321	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.029.548	-	1.029.548	-	1.029.548	-
Outros passivos subordinados	15.094.446	-	-	15.455.182	15.455.182	(360.736)
1.203.220.028	5.864.321	1.029.548	1.220.967.264	1.227.861.133	(24.641.105)	

As técnicas de valorização utilizadas têm por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respectivos cash flows descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas, ou seja:

- Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação fiável do seu justo valor;
- Nas restantes operações com clientes, foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco no último trimestre de 2011 e 2010, respectivamente, para operações com características semelhantes;
- O justo valor do Crédito a clientes encontra-se ajustado pelo montante de perdas por imparidade acumuladas, calculadas de acordo com o modelo de imparidade do Banco.

Contabilidade de Cobertura

O Banco aplica Contabilidade de Cobertura de justo valor para carteiras de crédito a clientes a taxa fixa. Os instrumentos utilizados para o efeito são swaps de taxa de juro. A aplicação de Contabilidade de Cobertura permite eliminar o “*accounting mismatch*” que resultaria do reconhecimento ao custo amortizado dos elementos cobertos, enquanto os instrumentos de cobertura (instrumentos financeiros derivados) teriam de ser obrigatoriamente registados ao justo valor através de resultados. O valor dos instrumentos financeiros cobertos é a parcela de cash-flows das operações que iguala os cash-flows dos swaps contratados.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de balanço dos elementos cobertos e o justo valor dos instrumentos de cobertura associados têm a seguinte composição:

Tipo de cobertura de justo valor	Elementos Cobertos			Instrumentos de cobertura			
	Montante nominal	Correcções de valor	Total	Montante nocial	Juros e prémios	Reavaliação	Justo valor
Crédito a Clientes	509.120.012	3.102.902	512.222.914	254.000.000	349.717	(3.765.413)	3.415.696

No exercício de 2011, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos instrumentos financeiros derivados de cobertura e nos elementos cobertos foram os seguintes (Nota 25):

Elementos cobertos – crédito a clientes	3.485.991
Instrumentos de cobertura – swaps de taxa de juro	(3.765.413)

	(279.422)
	=====

32. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital realizada pelo Banco no âmbito da sua actividade consolidada encontra-se sujeita à disciplina e disposições do Banco de Portugal, enquanto entidade de supervisão do sistema financeiro nacional.

Nesta matéria, as exigências regulamentares em vigor respeitam, entre outros, aos requisitos previstos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, assim como pelos Avisos do Banco de Portugal n.º 12/92, de 22 de Dezembro e n.º 5/2007, de 27 de Abril, e respectivas alterações posteriores. Encontram-se regulados em sede das referidas disposições legais os requisitos e rácios prudenciais a que o Banco deverá atender na definição da sua política de gestão dos elementos patrimoniais, nomeadamente no que respeita à definição de Fundos Próprios (capital regulamentar) e respectiva ponderação face ao valor dos activos e elementos extrapatrimoniais da instituição ponderados por factores de risco (rácio de solvabilidade), o qual não deverá ser inferior a 8%.

No âmbito da revisão do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, o Banco de Portugal veio através do Aviso n.º 3/2011 estabelecer a obrigatoriedade de os bancos sujeitos à sua supervisão reforçarem o rácio Core Tier 1 para um valor mínimo de 9% até 31 de Dezembro de 2011, e de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o apuramento do rácio de solvabilidade do Banco apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Capital realizado	66.592.947	66.592.947
Prémios de emissão	12.790.664	12.790.664
Reservas legais, estatutárias e outras	33.976.415	33.266.018
Resultados transitados	10.001.940	(920.875)
Outras deduções líquidas aos Fundos Próprios de Base	(2.609.007)	(2.658.040)
Fundo próprios de Base elegíveis (1)	<u>120.752.959</u>	<u>109.070.714</u>
Empréstimos subordinados	9.000.000	12.000.000
Investimentos em filiais	-	-
Fundo próprios complementares elegíveis (2)	<u>9.000.000</u>	<u>12.000.000</u>
Fundos próprios elegíveis (1+2)	<u>129.752.959</u>	<u>121.070.714</u>
Requisitos de Fundos próprios	<u>89.890.894</u>	<u>100.874.214</u>
Rácio de solvabilidade	11,55%	9,60%
Rácio "Tier I"	10,75%	8,65%

33. OPERAÇÃO DE TITULARIZAÇÃO

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 Euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 681.723.353 Euros, na medida em que foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 Euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A.

Em 15 de Outubro de 2010, o Banco procedeu a uma venda de créditos adicionais ao Fundo, no âmbito da referida operação de titularização. Naquela data, o valor vincendo dos créditos alienados ascendia a 177.190.627 Euros. Pelos mesmos motivos referidos no parágrafo anterior, deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 154.000.000 Euros. Estas operações foram alienadas ao Fundo por 154.000.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor nominal vincendo dos créditos titularizados ascendia a 832.206.346 Euros e 831.829.572 Euros, respectivamente.

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Fundo, sendo os serviços do Banco remunerados por esta entidade, através de uma comissão calculada com uma periodicidade trimestral sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 1%.

O financiamento do Silk Finance No. 3 Limited foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2011 a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

Obrigações	Valor nominal	Data de maturidade	Rating Fitch / S&P	Remuneração
Classe A	550.000.000	Julho de 2025	A + / A -	Eur 3M + 1,5%
Classe B	288.000.000	Julho de 2025	<i>Not rated</i>	<i>Residual</i>
Classe C	5.300.000	Julho de 2025	<i>Not rated</i>	<i>Residual</i>
	<u>843.300.000</u>			

O pagamento de juros das obrigações da classe A e a distribuição do montante residual das classes B e C ao Banco são efectuados pelo Silk Finance No.3 Limited, trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

Para cobertura do risco da taxa de juro, o veículo de titularização Silk Finance No.3 Limited, celebrou com o Banco Santander, S.A., um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap, o veículo de titularização entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado com referência à taxa de juro média da carteira de crédito, e recebe um montante calculado com referência à Euribor a 3 meses, acrescida de 4%. Por sua vez, o Banco Santander, S.A., cobriu a sua posição através da contratação de um swap simétrico com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Nota 8).

O Banco mantém a sua qualidade de gestor dos créditos e, conseqüentemente, a relação comercial com os seus clientes, efectuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que venham a ocorrer. O produto da cobrança das prestações é diariamente depositado numa conta do Fundo Silk Finance No.3 junto do Banco.

O produto das cobranças de capital entregues é utilizado pelo Fundo para, trimestralmente, proceder à aquisição de novos créditos ao Banco. Este procedimento será seguido até Agosto de 2012, altura em que esse produto das cobranças de capital entregues passará a ser utilizado pelo Fundo para, trimestralmente proceder ao reembolso, por redução ao valor nominal, das Unidades de Titularização.

As obrigações emitidas foram, no momento inicial, totalmente adquiridas pelo Banco.

Na sequência da operação de venda adicional de créditos no âmbito da operação de titularização, o Banco alienou parte destas obrigações a uma instituição de crédito estrangeira pelo valor nominal, o qual ascendeu a 250.000.000 Euros. Simultaneamente, o Banco contratou com essa instituição uma opção de compra e uma opção de venda, as quais garantem que o Banco irá readquirir os títulos numa data futura pelo seu valor nominal acrescido de juros corridos. Desta forma, o Banco manteve parte substancial dos riscos e benefícios associados à detenção dos títulos. Por este motivo, e tal como requerido pela norma IAS 39, o Banco não desreconheceu os títulos, tendo registado o contravalor da alienação como um passivo em "Recursos de outras instituições de crédito" (Nota 14). Durante o prazo da operação, a contraparte irá receber os fluxos de juros relativos às obrigações adquiridas e pagará ao Banco em cada data de liquidação de fluxos um prémio de 0,0875%. Assim, em termos líquidos, a remuneração que o Banco irá suportar com esta operação corresponde à taxa Euribor a 3 meses adicionada de um spread de 1,15%. Os juros a pagar referentes a esta remuneração líquida encontram-se registados na rubrica "Recursos de outras instituições de crédito" (Nota 14).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco tinha entregue obrigações da Classe A com valor nominal de 167.000.000 Euros e 300.000.000 Euros, respectivamente, como colateral ao Banco Central Europeu, no âmbito de operações de financiamento (Notas 14 e 22).

Adicionalmente, no exercício de 2011, foram entregues obrigações da Classe A com valor nominal de 133.000.000 Euros ao CitiBank como colateral para uma operação de financiamento com valor nominal de 100.000.000 Euros (Notas 14 e 22).

Tal como referido na Nota 2.3 a), o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas, as entidades de propósito especial (SPE), criadas no âmbito da operação de titularização acima descrita, dado que exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade (Nota 4).

Os créditos relativos à operação de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, que são totalmente detidas pelo Banco, foram anuladas no processo de consolidação.

34. OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAISSeguros

O Banco, para além da sua actividade principal de concessão de crédito, exerce também a actividade de Mediação de Seguros, estando registada no Instituto de Seguros de Portugal (“ISP”) na categoria de Mediador de Seguros com o número 408262671.

Conforme requerido pela Norma Regulamentar nº. 15/2009-R de 30 de Dezembro, do ISP, artigo 4º nº1, apresenta-se em seguida a informação aplicável ao Banco:

Alínea a) - Reconhecimento dos proveitos

As comissões de seguros recebidas pelo Banco de companhias de seguros respeitam a comissões relativas a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. O Banco reconhece estas comissões na demonstração de resultados na data de vencimento dos prémios de seguro. Em caso de rescisão antecipada do crédito associado ou caso o cliente decida renunciar à apólice de seguro, a parte remanescente do prémio é devolvida ao cliente e o Banco reconhece na demonstração de resultados a anulação da comissão correspondente. De referir que o Banco regista anualmente uma estimativa dos custos a incorrer com estas situações.

Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de qualidade sobre a totalidade da carteira, caso a sinistralidade da carteira seja menor do que a sinistralidade esperada. A comissão de qualidade é calculada, produto a produto, em função da respectiva contribuição no resultado global. No caso de o resultado ser negativo, este valor acumula para exercícios posteriores.

Alínea b) - Total das remunerações recebidas, desagregadas por natureza e por tipo:

No exercício de 2011, a totalidade das remunerações recebidas pelo Banco relacionadas com a actividade de mediação de seguros corresponderam a comissões, e foram integralmente liquidadas em numerário.

Alíneas c) e d) - Total de comissões desagregadas por ramos e por seguradoras

No exercício de 2011, as remunerações do Banco relativas a comissões de colocação de seguros apresentam a seguinte composição:

Código ISP	Companhia de seguros	2011			2010		
		Ramo			Ramo		
		Vida	Não vida	Total	Vida	Não vida	Total
1138	Cardiff Assurances Vie	5.448.841	-	5.448.841	5.133.180	-	5.133.180
1145	Mapfre Seguros Gerais, S.A.	-	-	-	-	889.669	889.669
	Outros	-	399.178	399.178	-	485.660	485.660
		<u>5.448.841</u>	<u>399.178</u>	<u>5.848.019</u>	<u>5.133.180</u>	<u>1.375.328</u>	<u>6.508.508</u>

Alínea e) – Valores das contas “clientes” e volume movimentado no ano

O volume movimentado no ano de 2011 e 2010 relativo a prémios de seguros pagos por clientes e entregues a Seguradoras ascendeu a 9.359.709 Euros e 12.234.601 Euros, respectivamente. Dado ser uma instituição financeira, o Banco entende não ser necessária a utilização de contas “clientes” segregadas para o registo de prémios de seguros movimentados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)Alínea f) – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas contas apresentam a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contas a receber		
· Clientes – prémios vencidos	2.390.698	1.986.003
· Outros activos – rendas em cobrança	10.443	21.112
	-----	-----
	2.401.141	2.007.114
	=====	=====
Contas a pagar		
· Companhias de seguros (Nota 18)	(338.129)	(1.154.345)
	=====	=====

Alínea g) – Segregação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

As contas a receber e as contas a pagar referidas na alínea anterior apresentam a seguinte composição:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>
i) Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro;	-	(1.900.727)	-	(1.934.509)
ii) Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro;	2.401.141	-	2.007.114	-
iii) Fundos que foram confiados ao Banco pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários;	-	-	-	-
iv) Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar;	-	1.562.597	-	780.163
v) Outras quantias com indicação da sua natureza;	-	-	-	-
	<u>2.401.141</u>	<u>(338.129)</u>	<u>2.007.114</u>	<u>(1.154.346)</u>

Alínea h) - Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os montantes de prémios de seguros vencidos encontravam-se classificados na rubrica “Crédito e juros vencidos” (Nota 9) e apresentam a antiguidade que se evidencia no quadro abaixo. Nessas datas, a imparidade registada pelo Banco para estes saldos ascendia a 2.342.588 Euros e 1.896.786 Euros, respectivamente.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Até 30 dias	1.700	508
Entre 30 e 90 dias	15.857	29.010
Entre 90 e 180 dias	16.110	40.325
Entre 180 dias e 2 anos	228.915	220.071
Acima de 2 anos	2.128.116	1.696.089
	<u>2.390.698</u>	<u>1.986.003</u>
Provisões para crédito vencido	(2.342.588)	(1.896.786)
	<u>48.110</u>	<u>89.217</u>

Alíneas i), j), k) e l)

Não se aplicam ao Banco.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

**Demonstrações Financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2011
acompanhadas da Certificação Legal das
Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de 1.337.502.963 Euros e capital próprio de 133.352.568 Euros, incluindo um resultado líquido de 9.776.766 Euros, as Demonstrações do rendimento integral consolidado, de alterações nos capitais próprios consolidados e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo I acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (Nota 2).

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2011.

Lisboa, 10 de Abril de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre de Sá Fernandes

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do

Banco Santander Consumer Portugal, SA

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Parecer sobre o relatório de gestão, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S. A. e a certificação legal de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, os primeiros da responsabilidade do Conselho de Administração.

Somos de opinião que as contas consolidadas, o Relatório de Gestão e a certificação legal de contas, bem como a proposta naquele expressa, estão de acordo com as disposições aplicáveis pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Manifestamos ainda ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, treze de Abril de 2012

Diogo Leite do Carmo
Francisco
Sandra Almeida



DISCIPLINA DE MERCADO

Exercício de 2011

Para ser consultado em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório e Contas de 2011

Lisboa, 31 de Dezembro de 2011

ÍNDICE

Introdução

Anexo I – Declaração de responsabilidade

Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco

Anexo III – Adequação de Capitais

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo IV – Risco de crédito de contraparte

Anexo V-A – Risco de Crédito – Aspectos gerais

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo V-B – Risco de Crédito – Método Padrão

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Anexo VII – Operações de Titularização

Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Anexo IX - Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Anexo X - Posições em Risco sobre Acções da Carteira

Anexo XI - Risco Operacional

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo XII - Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Introdução

Em cumprimento do estabelecido no Aviso 10/2007 do Banco de Portugal sobre “Divulgação de Informação Detalhada sobre Solvabilidade”, regulado pelo artº 29 do Decreto-Lei nº 104/2007, de 3 de Abril, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A., apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os riscos incorridos atendendo aos objectivos estratégicos e aos processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos no final do exercício do ano civil de 2011, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma óptica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

Anexo I – Declaração de responsabilidade

O Conselho de Administração do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. declara, nos termos e para os efeitos presentes do Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal, o seguinte:

- Foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- A qualidade de toda a informação constante neste texto é adequada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento “Disciplina de Mercado” se refere;
- Entre o final do ano de 2011 e a data de publicação do presente documento não existiram factos relevantes que alterem ou condicionem a informação nele contida.

Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco

1. Âmbito de aplicação

1.1 Designação da instituição e perímetro de consolidação para fins prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., com sede social sita na Rua Castilho, n.º 2, em Lisboa, pessoa colectiva e registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único número 503.811.483, com o capital social integralmente realizado de € 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete euros), é uma sociedade que tem por objecto exclusivo a actividade bancária atribuída às instituições de crédito, nos termos da alínea a) do artigo 3.º e do artigo 4.º, ambos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa actividade e permitidas por lei.

1.2 Diferenças a nível da base de consolidação para efeitos contabilísticos e prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. consolida integralmente para efeitos contabilísticos o património da empresa Silk Finance nº3, Ltd, com sede na Irlanda, constituída no âmbito da operação de titularização de créditos iniciada em 4 de Agosto de 2009, e cujo objecto social é o de Entidade de Finalidade Especial (SPE), No cumprimento da regulação emitida pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelos Avisos nº12/92, 4/07, 5/07 e 7/07, a empresa Silk Finance nº 3 , Ltd integra a base de consolidação para efeitos prudenciais, não existindo diferenças na base de consolidação entre o relato contabilístico e prudencial..

1.3 Transferência de fundos próprios ou reembolso de passivos entre a empresa-mãe e as suas filiais

Não existem impedimentos com excepção dos decorrentes da lei.

2. Integração em conglomerado financeiro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., integra o Grupo Santander, e tem como únicos accionistas o Santander Consumer Finance, S.A., titular de 53.331.647 acções representativas de 80,09 % do capital social e o Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., titular de 13.261.300 acções representativas de 19,91 % do capital social, sendo todas as operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo.

3. Objectivos e políticas em matérias de gestão de risco

A actividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. centra-se na realização de operações de financiamento, sendo uma das principais características deste tipo de operações possuírem um significativo grau de standardização, pelo que a natureza de riscos gerada pela actividade das diferentes áreas de negócio é comum. Adicionalmente o elevado conhecimento e experiência, por parte do Órgão de Administração e dos Órgãos de Direcção, do mercado em que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. actua permitem avaliar a relevância dos riscos e a sua capacidade para influenciar os resultados da actividade da instituição.

O ciclo de gestão do capital interno e dos riscos tem por pressupostos base a definição do perfil de risco da instituição e dos limites que possibilitam, com o devido acompanhamento e adequada gestão de capital, o cumprimento do planeamento efectuado de acordo com a estratégia definida, gradualmente transposta para os processos de gestão e no limite consolidada no orçamento anual. A alocação do capital interno por segmento de negócio em função do perfil de risco a assumir, permite efectuar um contínuo acompanhamento da sua adequação, bem como da compatibilidade dos processos de gestão por categoria de risco.

O orçamento anual constitui uma ferramenta essencial no ciclo de gestão no sentido que permite quantificar por linha de negócio e de forma estruturada, a evolução da margem financeira, do produto bancário, dos custos operacionais, e da imparidade. Por outro lado, apresenta a evolução do comportamento de indicadores de rendibilidade, de eficiência operacional, de risco, de liquidez, de solvabilidade, de cobertura, entre outros. Em Comité de Direcção é efectuado o acompanhamento das demonstrações financeiras e dos rácios de gestão, permitindo uma avaliação quantitativa e qualitativa, da robustez da estrutura e dos processos de gestão e acompanhamento de risco, no sentido de garantir a adequabilidade do capital interno do Banco e, a respectiva alocação por linha de negócio face aos riscos materialmente relevantes.

A plena consciência dos riscos materialmente relevantes é o pressuposto base do ciclo de gestão enunciado, pelo que a maior ou menor complexidade dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo das diferentes categorias de risco é função do grau de exposição, dos dispositivos de governo interno e mecanismos de controlo implementados.

Para cada uma das categorias de risco e de acordo com o grau de complexidade acima mencionado, o Banco tem vindo a desenvolver e a aperfeiçoar mecanismos de gestão e acompanhamento. Estes processos contribuem de forma decisiva para a avaliação e o cumprimento dos pressupostos adoptados no planeamento e gestão de capital.

Risco de Crédito

Por risco de crédito o Banco Santander Consumer Portugal S.A. entende a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros.

O Banco desenvolve a sua actividade na vertente da concessão de crédito, em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito, nomeadamente o Crédito ao Consumo, a

Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e “Factoring”, bem como na prestação de serviços conexos a essas actividades.

A sua actividade tem-se vindo a centrar no financiamento automóvel, mais concretamente no financiamento de viaturas novas, no financiamento de viaturas usadas, no crédito ao consumo, no crédito pessoal, através de cross-selling à carteira de clientes (concessão de empréstimos directamente ao cliente final) e nos cartões de crédito.

A definição do apetite, grau de tolerância e respectivos limites de aceitação de risco traduzem-se na política de crédito, nomeadamente ao nível da concessão de financiamento e seguimento de risco das carteiras, por produto e por angariador, que é da responsabilidade do Conselho de Administração e encontra-se devidamente documentada no Regulamento de Crédito, revisto e aprovado em função das alterações à política em vigor. O controlo do bom cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento constitui a principal ferramenta para assegurar a eficácia da gestão de risco de crédito.

No que respeita ao processo de análise de financiamento importa salientar que este se encontra centralizado na Direcção de Risco e Recuperação, e suportado em modelos de avaliação de crédito designadamente, em modelos de “rating” e de “scoring”. O conhecimento completo do cliente é ainda consubstanciado pela consulta a bases de dados externas, como a do Banco de Portugal, Credinformações e Dun & Bradstreet que permite identificar, entre outros, as responsabilidades junto do sistema financeiro e a capacidade de endividamento.

O Banco adopta procedimentos adicionais de pré-verificação telefónica das condições contratuais, através de contacto directo com o cliente final., nomeadamente no financiamento de automóveis usados, segmento de prescritores a actuar unicamente nesse mercado, e no financiamento ao consumo. Pretende-se com este processo mitigar a exposição ao risco de crédito, inerente a este segmento, e identificar potenciais situações de fraude, em momento anterior à confirmação e pagamento do contrato.

Mensalmente, em Comité de Fraude, são identificadas e avaliadas as acções para prevenção de ocorrência de fraudes e decididas as medidas de acompanhamento a tomar para os casos identificados, nomeadamente a estratégia de recuperação e a aceleração da aplicação da política de provisionamento.

No processo de avaliação da exposição ao risco de crédito são tidos em linha de conta os seguintes factores: probabilidades de incumprimento, concentração e correlação das posições em risco, perda dado o incumprimento, grau de exposição e grau de cobertura das técnicas de redução de risco.

O acompanhamento da qualidade das carteiras, efectuado com base em análises *vintage* e na variação da mora de gestão (VMG), é apresentado e analisado mensalmente em Comité de Direcção e Comité de Risco e Recuperação.

Com recurso ao sistema de informação de gestão são comparadas as carteiras com igual período de originação (*vintages*), permitindo aferir a adequação da política de crédito e a evolução dos níveis de delinquência da carteira sob gestão para diferentes estágios de maturidade de crédito vencido, produto, tipo de financiamento e campanha/programa.

Com vista à referida adequação, o Banco monitoriza ainda a VMG de forma diária, indicador utilizado pelo Grupo Santander para medir o incremento do risco de crédito líquido em balanço.

A VMG consiste na variação do crédito vencido por classes de risco superiores a 90 dias acrescida pelo capital vincendo associado, e pelo crédito abatido ao activo (writte-offs) deduzido das recuperações de writte-offs.

Tendo por base as VMG mensais, são construídas matrizes de transição que quantificam a evolução do crédito concedido, capital vencido e capital vincendo associado, entre o mês N e o mês N+1, tendo como referência a classe de antiguidade do mês N (anterior) e a classe de antiguidade verificada no mês N+1 (seguinte).

Pela observação histórica das matrizes de transição mensais ponderadas ao volume de crédito mensal em balanço estima-se, com base estatística e de acordo com o comportamento observado do crédito concedido para cada uma das classes de antiguidade, as VMG expectáveis para os três meses seguintes.

A avaliação de risco dos prescritores, é efectuada com base na evolução dos rácios de incumprimento das carteiras geradas, e analisada e revista semanalmente em Comité de Risco Carterizado, que entre outras atribuições, monitoriza e acompanha a carteira de clientes carterizados, bem como avalia e decide, dentro da sua esfera de competência as operações que lhe são submetidas.

Ainda dentro do processo de avaliação do risco de crédito, para monitorização, avaliação e decisão, o Comité de Risco Estandarizado, tem a responsabilidade de acompanhar a evolução do crédito concedido aos diferentes segmentos de retalho (financiamento de Automóveis Novos, Usados, Consumo e Cartões de Crédito).

O Banco dispõe de um departamento dedicado à recuperação de valores referentes a contratos que se encontram em situação irregular, através do qual são contactados imediatamente todos os clientes cuja qualidade de crédito se deteriora, actuando no sentido de evitar que esta situação assuma maior gravidade.

De forma a aferir a eficácia do processo de recuperação, o Banco desenvolveu um processo de seguimento da performance de recuperação de crédito. Este é efectuado mensalmente através do acompanhamento de indicadores de gestão, nas diversas fases de recuperação e para os distintos produtos, assim como indicadores de controlo de processo, sendo os resultados apresentados em Comité de Risco e Recuperação.

O seguimento da performance dos scorecards é realizado, pela área de Sistemas Decisionais da Direcção de Risco e Recuperação, com base em análises mensais, através das quais é monitorizada a adequação da nova população aos perfis de risco previamente estabelecidos, e trimestrais, através da análise do comportamento dos scorecards face ao inicialmente previsto.

Da avaliação regular destes índices e do risco dos prescritores, resulta, caso necessário, a revisão trimestral dos níveis de decisão (cut-offs, variáveis ponderadas e regras de decisão) no sentido de uma melhor adequação da política de concessão de crédito, face aos níveis de tolerância ao risco previamente definidos e às perspectivas económicas futuras.

No processo de auto-avaliação do grau de exposição do Banco ao risco de crédito, são adoptados stress tests que permitem estimar potenciais impactos de alterações excepcionais dos factores de risco, nas condições financeiras do Banco, nomeadamente a nível dos resultados e dos capitais próprios.

Estes são realizados através da simulação de um contexto de negócio que potencie um incremento significativo dos factores de risco utilizados pelo modelo definido para cálculo de perdas por imparidade, como a probabilidade de incumprimento (PI), probabilidade de default (PD) e/ou a perda dado o incumprimento (LGD).

Os *stress tests* são efectuados pela Direcção de Controlo e Compliance, recorrendo ao modelo de avaliação de de perdas por imparidade, através da agregação das carteiras de crédito sob gestão, por áreas de negócio, sendo que a magnitude dos impactos simulados decorre da percepção histórica do risco intrínseco a cada segmento.

Semestralmente, são ainda efectuadas análises de sensibilidade, nas quais são avaliados os efeitos potenciais nas condições financeiras da instituição, resultantes de alterações hipotéticas das VMG's constantes das matrizes de transição.

Semestralmente são ainda realizados *back-tests* aos resultados obtidos pelo modelo de perdas por imparidade para avaliar a adequação dos resultados obtidos com os resultados estimados para cada um dos segmentos objecto de avaliação colectiva.

O acompanhamento dos resultados obtidos através destes processos de auto-avaliação, a adequabilidade das medidas correctivas propostas e respectiva implementação, são posteriormente analisados pela Administração, de modo a serem integrados de forma activa na gestão de risco da instituição, nomeadamente no que respeita à eficiente alocação do capital interno.

O sistema de gestão de risco de crédito é revisto anual e autonomamente pela equipa de auditoria corporativa. No âmbito deste trabalho é aferido o grau de cumprimento dos procedimentos definidos e identificadas oportunidades de melhoria. O follow-up relativo à implementação das medidas recomendadas é reportado regularmente, pela Direcção de Controlo e Compliance, à Administração e à equipa de auditoria corporativa.

Risco de Mercado

Uma vez que a instituição não tem carteira de negociação, o risco de mercado coloca-se ao nível da liquidez. A sua gestão é efectuada internamente pela Direcção Financeira, área funcional Controlo de Gestão, e preferencialmente junto da Tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura todas as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno (estes ratings são aprovados pela Deloitte, a um nível corporativo), spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transacções. Face ao exposto e dada a existência de um montante substancial de activos de curto prazo, a exposição do Banco ao risco de liquidez é reduzida.

Os controlos específicos à magnitude de exposição a este risco são efectuados em duas vertentes: numa óptica interna e numa óptica regulamentar.

Internamente existem medidas consideradas satisfatórias para acompanhar, por um lado, a evolução da liquidez numa base diária e, por outro, a evolução da liquidez a médio/longo prazo, analisada trimestralmente nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direcção e

aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno.

O controlo e o seguimento dos níveis de exposição a riscos de mercado encontram-se segregados e são executados pela área de riscos de mercado, que se insere dentro da estrutura da Direcção de Risco de Recuperação, de acordo com o modelo corporativo do Grupo Santander.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto na Situação Líquida ou na Margem Financeira de uma variação desfavorável das taxas de juro de mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gap's existentes entre a duração/maturidade média do activo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Anualmente são revistos e definidos pela Administração os limites de tolerância ao risco de taxa de juro, tendo como guideline os requisitos corporativos. Para o efeito, são tidos em consideração os testes de esforço efectuados com o objectivo de simular impactos, resultantes de uma variação nas taxas de juro de mercados, nos resultados e no valor patrimonial do Banco que, resulta no cálculo do valor mínimo de capital interno adequado ao perfil de risco de taxa de juro.

O acompanhamento deste risco é efectuado bimensalmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos), ou directamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direcção Financeira propõe as operações que permitam a mitigação do valor em risco, na data de reporte.

Para a avaliação do risco de taxa de juro, o Banco recorre à adopção de dois processos paralelos e autónomos: indicadores internos e indicadores regulamentares, através dos quais são analisadas as posições em risco e mitigados eventuais *mismatch* que possam existir. Na avaliação deste risco, são tidas em consideração as características financeiras dos contratos, com base nas quais é efectuada a respectiva projecção dos cash flows esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e de indexante. A sua agregação por intervalos de tempo, permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de refixação de taxa e de indexante.

Numa óptica de contínuo melhoramento do processo de gestão do risco de taxa de juro, o Banco encontra-se a analisar, o custo benefício, do desenvolvimento de testes de *Duration Gap* por área de negócio, na sequência do aperfeiçoamento do processo de avaliação do risco de taxa de juro.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco cambial não assume qualquer expressão no contexto global dos riscos inerentes à actividade, uma vez o Banco não tem qualquer operação cambial, sendo o negócio comercial desenvolvido e o passivo, ambos denominados em euros, pelo que não é alocado capital próprio para fazer face a esta categoria de risco.

Risco Operacional

O conceito de risco operacional adoptado pelo Banco consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

A actividade do Banco é caracterizada por um significativo grau de standardização das operações desenvolvidas, encontrando-se os processos bastante automatizados e as intervenções manuais padronizadas. As principais políticas e orientações definidas e revistas periodicamente pela Administração encontram-se transpostas para regulamentos e normativos internos, tendo em consideração o perfil de risco a assumir pela instituição. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar, ainda que, de forma não segmentada, o grau de adequação do capital ao risco operacional, por linha de negócio.

Tendo por base a estratégia de gestão, e respectivas linhas orientadoras, foram desenvolvidos e implementados nas diversas áreas funcionais mecanismos de controlo que permitem identificar eventuais incidentes resultantes da operativa de negócio. Os referidos controlos foram desenvolvidos com base nos processos identificados como críticos, sendo monitorizados de forma a mitigar os eventos historicamente ocorridos e antecipar novas ocorrências.

As áreas de negócio definiram ainda, em função das suas responsabilidades, níveis de serviço que permitem a identificação de desvios face aos objectivos previamente definidos. Mensalmente, em Comité de Direcção, é efectuada a avaliação e acompanhamento dos mesmos, nomeadamente a nível quantitativo com recurso a indicadores de gestão.

Adicionalmente, e no âmbito do trabalho de revisão e actualização da documentação referente aos processos internos, foram ainda sistematizados os eventos de risco, por categoria e potencial impacto na actividade, bem como as metodologias de controlo implementadas nos respectivos processos de negócio, de forma a mitigá-los.

Encontra-se em fase desenvolvimento um modelo integrado de gestão de risco operacional, pretendendo-se com este projecto centralizar o processo de registo dos eventos identificados e desenvolver a avaliação, acompanhamento e monitorização dos mesmos.

Para este efeito, irão ser desenvolvidas acções de comunicação internas para garantir o envolvimento e participação dos colaboradores de forma a promover a adopção de comportamentos e atitudes que favoreçam a adequada apropriação, por parte das áreas funcionais, das suas necessidades de intervenção no processo de gestão de risco operacional. Este envolvimento possibilitará incrementar a valoração de eventuais perdas incorridas e a quantificação do contributo dos controlos implementados para a sua mitigação. Apesar dos eventos considerados de maior criticidade serem sistematizados, analisados e monitorizados, o Banco antecipa que, a conclusão deste projecto permitirá a utilização de uma metodologia mais avançada de avaliação deste risco que se espera, mais precisa e exacta para efeitos da adopção de um processo de stress tests ao risco operacional, permitindo ultrapassar as limitações actuais relativas à gestão deste risco à luz da inexistência de uma base de dados de eventos de perda.

A sistematização de eventos que, apesar de apresentarem maior frequência se traduzem em perdas não materiais apenas será possível após conclusão e implementação do modelo de gestão integrada de risco operacional.

Adicionalmente, no que respeita especificamente às infra-estruturas tecnológicas o Banco efectuou uma série de investimentos para usufruir da infra-estrutura de comunicações do Grupo Santander, beneficiando assim de maior redundância e estabilidade, deixando de estar num perímetro “stand alone” e reduzindo assim o risco operacional inerente à infra-estrutura tecnológica.

Risco de Sistemas de Informação

A actividade do Banco é fortemente sustentada pelos sistemas de informação utilizados e pela sua customização ao desenvolvimento do negócio. A estratégia do Banco tem vindo a ser de contínuo aperfeiçoamento dos aplicativos utilizados na gestão do negócio, bem como na minimização de impactos negativos por via destes na actividade.

O modelo corporativo do Grupo Santander prevê que a gestão dos sistemas de informação das diversas unidades seja atribuída a entidades especializadas. Essas entidades, com reporte funcional às respectivas unidades, concentram competências e prestam serviços exclusivamente a unidades do Grupo, nomeadamente na gestão de infra-estruturas e no desenvolvimento de sistemas informáticos.

A estratégia para os sistemas de informação do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é definida pela Administração, em função das necessidades actuais e previsíveis do negócio, implementada pela ISBAN e sua execução directamente acompanhada pela Administração e Direcção do Banco.

Neste sentido, o Banco estabeleceu mecanismos de acompanhamento e controlo do risco de sistemas de informação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, inadaptabilidade dos sistemas a novas necessidades, da incapacidade dos sistemas de informação em impedir acessos não autorizados, em garantir a integridade dos dados ou em assegurar a continuidade do negócio em caso de falha.

De acordo com a estratégia previamente definida, é definido, e revisto anualmente, o grau de tolerância ao risco decorrente dos sistemas de informação. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar, ainda que não segmentada, o grau de adequação do capital para cobertura deste risco, por linha de negócio.

A monitorização da adequação do capital interno para cobertura deste risco é efectuada através do acompanhamento de indicadores de performance e dos níveis de serviço, nomeadamente no sentido de assegurar que estes se mantêm nos standards previamente contratualizados.

Esta monitorização foi complementada com informação recolhida junto das áreas funcionais aquando da elaboração dos questionários de self-assessment, permitindo aferir sobre a qualidade dos seus resultados.

A ISBAN, por intermédio da divisão da Produban, tem a seu cargo a gestão de infra-estruturas, sendo responsável por uma eficiente manutenção de toda a infra-estrutura física dos sistemas de informação, por negociar com fornecedores a aquisição de equipamentos e aplicações

informáticas, por apoiar os utilizadores na utilização das mesmas, por garantir a utilização de programas devidamente licenciados, por assegurar a execução sistemática de cópias de segurança e de trabalhos informáticos periódicos.

Para a eficiência da gestão de risco de sistemas de informação, contribui a existência de procedimentos específicos a nível de segurança ambiente, segurança lógica e segurança de dados, nomeadamente estipulando as regras de acesso aos pólos informáticos cujos registos são mantidos para posterior monitorização, de gestão de perfis de acesso, manutenção e extracção de informação das bases de dados.

A gestão de utilizadores é um processo partilhado entre a ISBAN/Produban e as respectivas Direcções do Banco, coordenadas pela Direcção de Recursos Humanos, de acordo com as normas definidas para a criação, atribuição e gestão de passwords de acesso, à rede e aos sistemas aplicativos. Regularmente são efectuados controlos no sentido de garantir a alteração das passwords e a desactivação dos utilizadores inactivos.

As regras que garantem a segurança da informação constante em base de dados encontram-se devidamente estipuladas. Os níveis de acesso são definidos, em função das responsabilidades atribuídas, e o risco de intrusão nos sistemas informáticos controlado através de firewalls devidamente certificadas, de softwares antivírus, e de políticas de backups que asseguram a existência de cópias de segurança, permitindo a reposição da informação por ordem cronológica. Adicionalmente, o Banco dispõe de procedimentos que permitem impedir alterações não previstas nos ficheiros de configurações, sistemas operativos, ficheiros de aplicações e demais recursos nas estações de trabalho.

A gestão e controlo da rede informática e da generalidade dos sistemas instalados, é efectuada através de uma plataforma de monitorização que permite a detecção atempada de eventuais problemas de disponibilidade e performance.

A aplicação Remedy permite registar os incidentes nos sistemas de informação do Banco identificados pelos utilizadores. Estes encontram-se sistematizados por tipologia, de forma a permitir a sua priorização em função do grau de exposição ao risco, controlando e monitorizando as acções a desenvolver. Os incidentes detectados, acções e respectivas recomendações são posteriormente reportados à Administração.

Na área de desenvolvimento, o Banco recorre à ISBAN para o desenvolvimento de aplicações informáticas, de acordo com as especificações acordadas. Esta garante o cumprimento dos standards corporativos e assegura a revisão pós-implementação.

A estratégia de desenvolvimento aplicativo é definida e aprovada anualmente pela Administração e revista trimestralmente em Comité Tecnológico. O desenvolvimento destas actividades é monitorizado semanalmente pelos diferentes órgãos de gestão, em Comité de Direcção.

A gestão de projectos informáticos é realizada, tendo em consideração a tipologia de desenvolvimento definida, designadamente, correctiva, evolutiva e de compliance. O seu registo em módulo específico permite sistematizar as análises custo/benefício em função das quais os projectos informáticos são priorizados.

Em momento prévio à entrada em produção, as aplicações são testadas pelas áreas funcionais de forma a garantir que os requisitos previamente estabelecidos foram devidamente incorporados.

No sentido de minimizar a probabilidade de ocorrência de perdas em caso de desastre, encontra-se definido um plano de recuperação das infra-estruturas tecnológicas (Disaster Recovery Plan – DRP), cuja performance é testada com uma regularidade mínima anual, e na sequência do qual são identificadas e estabelecidas as oportunidades de melhoria.

Risco de Compliance

As políticas definidas para a gestão do risco de compliance têm como objectivo assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e todos os colaboradores do Banco Santander Consumer Portugal cumprem a legislação, regras e normativos, internos e externos, de forma a evitar prejuízos de ordem financeira ou que a reputação da instituição seja afectada negativamente.

Por sua vez são incorporados nas políticas, normas e procedimentos a adoptar internamente o grau de tolerância ao risco e as formas de conduzir a actividade num mercado concorrencial em consonância com as obrigações regulamentares.

O Banco constitui capital interno para cobertura deste risco por três vias: não cumprimento da legislação em vigor, emanação de nova legislação para a qual existe dificuldade de adaptação dos processos internos ou sistemas e pela introdução de novos produtos ou entrada em novos mercados.

O processo de identificação deste risco ocorre de diversas formas. Por um lado, através da recolha de informação legislativa e normativa e da sua apreciação, de forma a aferir eventuais impactos ao nível da actividade e operativa interna. Por outro, através da análise de impactos decorrentes da introdução de novos produtos ou desenvolvimento de novas actividades. Na realização destes trabalhos a Direcção de Controlo e Compliance conta com a colaboração da Assessoria Jurídica do Banco.

A identificação de novos factores de exposição ao risco decorre ainda da interacção com as áreas funcionais que, sensibilizadas para a temática, reportam indícios de violação das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, de normas e regulamentos internos, orientações dos órgãos sociais, do código de conduta e das práticas profissionais e deontológicas relevantes para a instituição.

Ao nível da operativa interna, do processo de apreciação de reclamações e da realização de trabalhos transversais como, levantamentos de processos, auditorias internas, relacionamento institucional com as entidades de supervisão, entre outros, poderá adicionalmente decorrer a identificação de eventuais debilidades que contribuam para a exposição a este risco.

Tendo por suporte esta informação, e de forma a assegurar a contínua adequação das operações realizadas às disposições legais e regulamentares, é efectuada uma primeira análise pela Direcção de Controlo e Compliance dos factores de exposição ao risco, sendo as principais conclusões apresentadas em Comité de Direcção de forma a avaliar e acompanhar o inerente grau de exposição ao risco. Este acompanhamento visa a atestar a correcta adequação do

capital interno relativo a este risco, e a possibilitar a articulação e a coordenação transversal no sentido de adequar as práticas, procedimentos, normas e regulamentos internos às disposições legais aplicáveis.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco compliance encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, Consumer Report Protection, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes. O processo de monitorização da adequação e eficácia do sistema de controlo implementado para a gestão deste risco é particularmente assegurado através de auditorias.

No que respeita especificamente aos procedimentos de controlo implementados em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma ferramenta de identificação de operações que possam evidenciar indícios de suspeita, de acordo com parâmetros pré-definidos. A sua avaliação é da responsabilidade da Direcção de Controlo e Compliance, sendo posteriormente incorporada na referida aplicação. O acompanhamento da evolução das operações analisadas bem como da adequação das medidas e procedimentos implementados na gestão deste factor de risco é efectuado, trimestralmente, em Comité de Análise e Resolução.

A exposição do Banco ao risco de compliance é ainda mitigada pela existência de uma cultura de disciplina, incorporada na estratégia e políticas da empresa, e formalizada num código de conduta, que assegura que no cumprimento das suas funções, os colaboradores adoptam elevados padrões de ética, integridade e profissionalismo.

A sensibilização das áreas funcionais para este tema, viabiliza que, através de questionários de self-assessment o Banco tenha possibilidade de aferir de forma fidedigna o grau de exposição ao risco de compliance, a razoabilidade das medidas de controlo adoptadas, e respectivo efeito mitigador, para efeitos da contínua monitorização da adequabilidade do capital interno.

Risco de Reputação

A identificação do risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, é efectuada com base na recolha e análise de informação, interna e externa, destinada a compreender e acompanhar a percepção do mercado sobre a imagem do Banco.

Para a manutenção de um elevado padrão reputacional, o Banco desenvolveu mecanismos que lhe permitem incorporar na política de comunicação com o mercado, os devidos limites de tolerância. Estes constituem em si, mecanismos de monitorização e alerta, que permitem detectar a ocorrência um incremento significativo ao grau de exposição ao risco de compliance, e antecipar eventuais impactos. Tais limites viabilizam o pressuposto da devida alocação do capital interno até à ocorrência de eventos fora dos standards considerados como razoáveis.

O sistema de gestão de risco reputacional implementado pelo Banco permite assim a identificação de factores que possam vir a afectar a sua capacidade para desenvolver a actividade de acordo com os objectivos previamente estabelecidos. Para o acompanhamento deste risco, os órgãos de gestão procedem casuisticamente à monitorização de websites, blogues e de notícias de imprensa relacionadas com o seu negócio, permanecendo atentos a eventuais mensagens cujo conteúdo possa vir a ser lesivo para a empresa.

Decorre da relação de proximidade com o mercado, nomeadamente da estreita relação mantida com os parceiros de negócio, a auscultação da percepção da imagem do Banco. Semestralmente, é ainda recolhida informação sobre a instituição junto do mercado em que esta opera, através da elaboração de inquéritos de qualidade, apelidados de voice of customer, efectuados aos parceiros comerciais responsáveis pela angariação de operações de financiamento automóvel, crédito ao consumo e cartões de crédito. Os resultados obtidos são posteriormente alvo de análise e acompanhamento em Comité de Direcção e verificação do alinhamento dos requisitos de cliente com a estratégia do Banco.

A percepção da exposição ao risco reputacional, que advém da relação mantida com o cliente final, resulta da análise aos contactos com este ocorridos, designadamente dos contactos presenciais nas lojas e através do serviço de apoio ao cliente.

Por sua vez, o processo de gestão de reclamações adoptado pela empresa permite uma análise sistematizada dos motivos de insatisfação demonstrados e a verificação da adequação e cumprimento dos procedimentos internos. Mensalmente, em Comité de Direcção é efectuado o acompanhamento da evolução e motivos das reclamações recebidas, sendo estabelecidas acções correctivas e de melhoria aos processos instituídos.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco reputacional encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, Consumer Report Protection, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes.

Para a mitigação deste risco contribui a cultura organizacional, sustentada em fortes pilares éticos, transcritos no código de conduta, que se encontra disponível para consulta interna e externa e que institui os princípios e regras a observar.

Risco de Estratégia

O risco de estratégia consiste na probabilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de decisões estratégicas inadequadas ou deficitariamente implementadas, e da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente.

A exposição a este risco é função de factores exógenos, nomeadamente do contexto dinâmico do mercado em que a instituição opera, e de factores endógenos como a existência de uma estrutura de governo interno robusta que favoreça a objectividade do processo de planeamento estratégico, a consistência da atitude face ao risco, respectiva consonância do capital interno, e a eficácia e adequação do processo de tomada de decisão.

O Banco desenvolve a sua actividade num mercado que historicamente tem revelado um clima político estável, pelo que a probabilidade de alterações económicas, legislativas e regulamentares, com fortes repercussões no negócio, revela-se algo diminuta tendo em consideração a capacidade de antecipação das mesmas. Ainda assim, o Banco instituiu uma política de gestão de risco de estratégia, que consiste no acompanhamento contínuo e tempestivo da conjuntura económica, regulamentar e da evolução do mercado em que opera.

Para o desenvolvimento da estratégia do Banco são anualmente delineados objectivos concretos para cada área de negócio. Estes são definidos com base em propostas efectuadas pelos órgãos de gestão, que são consolidadas pela Direcção Financeira, analisadas e revistas pela Administração e sujeitas a aprovação da casa-mãe.

Para que toda a estrutura organizativa desenvolva a sua actividade alinhada com a estratégia definida é essencial um eficiente sistema de informação e comunicação, que assegure a transmissão dos objectivos definidos, bem como as responsabilidades e deveres de cada colaborador, e que garanta a existência de processos de captação e tratamento de informação, que favoreçam uma comunicação eficaz e que suportem uma tomada de decisão consistente.

Para o efeito, os objectivos estabelecidos são comunicados anualmente em reunião de quadros, de forma a orientar as diferentes equipas para a prossecução de medidas compatíveis com a estratégia definida.

A avaliação desta estratégia, materializada nos respectivos objectivos, encontra-se suportada por análises, qualitativas e quantitativas, tendo em consideração as condições económicas actuais e cenários adversos, de forma a garantir que a tomada de decisão se encontra suficientemente apoiada por recursos de capital, de gestão e de sistemas.

O seu acompanhamento é posteriormente efectuado recorrendo a diferentes comités constituídos transversalmente, em função do seu âmbito e com periodicidades previamente definidas, com especial ênfase no Comité de Direcção e na Comissão Executiva.

Por sua vez, o controlo orçamental ao nível da evolução das rubricas das demonstrações financeiras e de rácios de gestão, como o rácio de solvabilidade, de cobertura, de eficiência, entre outros, é efectuado mensalmente em Comité de Direcção e na Comissão Executiva, sendo devidamente justificados e documentados os desvios face os objectivos pré-estabelecidos por forma a garantir a permanente adequabilidade do capital interno.

Anexo III – Adequação de Capitais

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Síntese das principais características das diferentes rubricas e componentes dos fundos próprios, em particular sobre capital realizado, interesses minoritários elegíveis, outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base e, se aplicável, passivos subordinados:

O capital regulamentar do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é calculado tendo por base as regras definidas pelo Banco de Portugal através dos Avisos 6/10, que define o conceito de capital regulamentar, do Aviso 5/07, que estabelece a ponderação de risco dos elementos activos e extrapatrimoniais, e do Aviso 9/07, que estabelece a ponderação do risco operacional.

Adicionalmente o Aviso nº 3/2011, de 10 de Maio, na sequência da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal - com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional – vem estabelecer e determinar que as instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, devem observar valores mínimos dos seus rácios “core tier 1”, em base consolidada, em um valor não inferior a 9%, até 31 de Dezembro de 2011, e de 10%, até 31 de Dezembro de 2012.

Durante o exercício de 2011 o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. utilizou, no âmbito do Pilar 1 de Basileia II o Método Padrão para efeitos de cálculo dos requisitos de risco de crédito e o Método do Indicador Básico para cálculo dos requisitos de risco operacional.

a) Capital realizado: Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções de valor nominal de 1 Euro cada, com a seguinte composição:

	2011	
	Número de acções	% de participação
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,09%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,91%
	-----	-----
	66.592.947	100,00%
	=====	=====

b) Prémios de emissão: Em 31 de Dezembro de 2011, os fundos próprios do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. contam ainda com um prémio de emissão global de 12.790.664 Euros, na sequência da deliberação unânime dos accionistas em Assembleia Geral de 2 de Janeiro de 2007, onde foi decidida a realização de um aumento do capital social mediante a emissão de 29.092.947 novas acções com um valor nominal de 1 Euro, passando este de 37.500.000 Euros para os actuais 66.592.947 Euros.

c) Outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base: Em 31 de Dezembro de 2011, os montantes entre reservas e resultados elegíveis a adicionar aos fundos próprios de

totalizavam 43.978.355. Entre os elementos dedutíveis aos fundos próprios de base, há a referir as imobilizações incorpóreas no montante de 2.609.007Euros.

d) Passivos subordinados: – Em 31 de Dezembro de 2011 os passivos subordinados elegíveis para o rácio de adequação de fundos próprios incluem 60% dos 15.000.000 Euros de passivos subordinados (elegíveis em Lower Tier 2). As Obrigações de Caixa subordinadas “Interbanco 05/15” foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015.

1.2 Síntese do método utilizado pela instituição para a auto-avaliação da adequação do capital interno, face à estratégia de desenvolvimento da actividade e descrição da forma como a instituição afecta o capital interno aos diferentes segmentos de actividade.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. dispõe de um processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (adiante designado de ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process), com vista a que o capital de que dispõe é adequado face ao perfil de risco da instituição. O ICAAP é definido e acompanhado directamente pelo Órgão de Administração.

No processo de auto-avaliação da adequação do capital interno do Banco estão envolvidos, a Direcção de Controlo e Compliance, a Direcção de Financeira, a Direcção de Risco e Recuperação e os membros do Órgão de Direcção.

A Direcção Financeira é responsável pela elaboração anual do orçamento nomeadamente, a definição do capital necessário à cobertura dos riscos e ao planeamento da gestão de liquidez, em função do perfil de risco, da rentabilidade exigida, dos objectivos de solvabilidade e da estratégia para o desenvolvimento da actividade, previamente definidos pela Administração. Por sua vez, assegura também o regular acompanhamento do cumprimento orçamental, analisando desvios face ao previamente definido.

A Direcção de Risco e Recuperação é responsável pelo desenvolvimento dos modelos de avaliação e monitorização de risco de crédito, o risco materialmente mais relevante para a instituição, atendendo às particularidades de cada área de negócio.

Os restantes Órgãos de Gestão asseguram a correcta prossecução dos sistemas, processos e procedimentos que suportam a integridade do sistema de controlo interno no seu todo e como tal a adequada operacionalização da estratégia definida pelo órgão de Administração.

Compete à Direcção de Controlo e Compliance coordenar o estabelecimento dos mecanismos de identificação, avaliação, controlo e monitorização de processos e inerentes riscos, com o intuito de assegurar o cumprimento dos standards de risco estabelecidos e a sua adequação face ao capital interno da instituição, em consonância com os deveres regulamentares e práticas internacionalmente aceites.

Deste modo, a responsabilidade da prossecução do ICAAP, nomeadamente garantindo que todos os riscos decorrentes do exercício da actividade são devidamente identificados, avaliados, acompanhados e controlados e que a instituição possui os meios necessários para avaliar se o capital interno de que dispõe assegura a efectiva cobertura dos riscos a que se encontra exposta, é da Direcção de Controlo e Compliance com o contributo directo da Direcção Financeira, Direcção Risco e Recuperação e dos restantes membros do Órgão de Direcção. Por

fim, a aprovação do processo de auto-avaliação do capital interno do Banco é da responsabilidade directa do Órgão de Administração.

De salientar igualmente que sendo o ICAAP parte integrante do Sistema de Controlo Interno do Banco, a instituição beneficia da colaboração das Equipas de Auditoria Interna Corporativas e dos Auditores Externos na medida que estas contribuem directamente para assegurar a eficácia dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição se encontra sujeita.

A avaliação quantitativa e qualitativa da adequação do capital interno é efectuada de acordo com a magnitude dos riscos incorridos no desenvolvimento da actividade do Banco e a eficácia das respectivas técnicas de controlo implementadas.

De acordo com o Modelo de Avaliação de Riscos (MAR), a definição da relevância ou materialidade dos riscos inerentes a cada uma das áreas funcionais tem por base a probabilidade de ocorrência dos eventos, que afectem significativamente a condição financeira da empresa, e a qualidade e adequabilidade dos processos de controlo instituídos. Neste sentido, para efeitos de avaliação quantitativa da adequação do capital interno, o Banco considera individualmente a exposição ao risco de crédito, ao risco operacional e ao risco de taxa de juro.

No que respeita aos riscos não contemplados nas categorias acima mencionadas, considera-se que uma avaliação individual é algo desajustada face à sua diminuta materialidade e representatividade pelo que, para efeitos de avaliação do capital interno estes foram considerados de forma agregada. O processo de avaliação dos riscos considerados como materialmente relevantes, encontra-se sistematizado no diagrama infra.

Métricas de Quantificação			
Risco de Crédito	Risco Operacional	Risco de Taxa de Juro	Risco de Estratégia
Modelos de Stress Test	Capital Regulamentar	Modelos de Stress Test	% dos Custos Gerais

O processo de auto-avaliação da adequação do capital interno é considerado uma ferramenta estratégica, no sentido de ser um elemento essencial na gestão de capital porque:

- Permite uma gestão do capital ao incorporar uma análise dos impactos na sua base
- Permite uma melhoria da eficiência no uso de capital
- Antecipa os potenciais cenários de faltas/excesso de capital
- Apoia a formulação da estratégia de gestão de capital do grupo
- Identifica as áreas de melhoria

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., no processo de auto-avaliação do valor agregado do capital interno considera a soma simples dos valores de capital determinados individualmente, para cada categoria de risco, deduzidos dos efeitos de diversificação entre riscos.

Estes, por sua vez, foram calculados através da aplicação dos factores de correlação / diversificação constantes da matriz de correlações entre riscos do Grupo Santander, permitindo que o efeito da diversificação dos riscos tenha sido contemplado de uma forma mais ajustada à realidade do Banco.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2.1 Para efeitos de fundos próprios:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 1		
	Dezembro 11	Dezembro 10
1. Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (=Σ(1.1 a 1.5))	129.752.959	121.070.715
1.1. Fundos próprios de base (=Σ(1.1.1 a 1.1.5))	120.752.959	109.070.715
1.1.1. Capital elegível (=Σ(1.1.1.1 a 1.1.1.4))	79.383.611	79.383.612
1.1.1.1. Capital realizado	66.592.947	66.592.948
1.1.1.2. (-) Acções próprias		
1.1.1.3. Prémios de emissão	12.790.664	12.790.664
1.1.1.4. Outros instrumentos equiparáveis a capital		
1.1.2. Reservas e resultados elegíveis (=Σ(1.1.2.1 a 1.1.2.6))	43.978.355	32.345.143
1.1.2.1. Reservas	44.899.229	33.266.018
1.1.2.2. Interesses minoritários elegíveis		
1.1.2.3. Resultados do último exercício e resultados provisórios do exercício em curso		
1.1.2.4. (-) Lucros líquidos resultantes da capitalização de receitas futuras provenientes de activos titularizados		
1.1.2.5. Diferenças de reavaliação elegíveis para fundos próprios de base	-920.875	-920.875
1.1.3. Fundo para riscos bancários gerais		0
1.1.4. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base (=1.1.4.1+1.1.4.2)		0
1.1.4.1. Impacto na transição para as NIC/NCA (impacto negativo)		
1.1.4.2. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base		
1.1.5. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (=Σ(1.1.5.1 a 1.1.5.3))	-2.609.007	-2.658.040
1.1.5.1. (-) Imobilizações incorpóreas/Activos intangíveis	-2.609.007	-2.658.040
1.1.5.2. (-) Excedente em relação aos limites de elegibilidade de instrumentos incluídos nos fundos próprios de base		
1.1.5.3. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base		0
1.2. Fundos próprios complementares (=Σ(1.2.1 a 1.2.3))	9.000.000	12.000.000
1.2.1. Fundos próprios complementares - <i>Upper Tier 2</i>		
1.2.2. Fundos próprios complementares - <i>Lower Tier 2</i>	9.000.000	12.000.000
1.2.3. (-) Deduções aos fundos próprios complementares		
1.3. (-) Deduções aos fundos próprios de base e complementares		
1.3a. Das quais: (-) aos fundos próprios de base		
1.3b. Das quais: (-) aos fundos próprios complementares		
1.5. Deduções aos fundos próprios totais		
1.4. Fundos próprios suplementares totais disponíveis para cobertura de riscos de mercado		
1.6. Por memória		
1.6.1. (+) Excesso / (-) Insuficiência de provisões nas posições ponderadas pelo risco através do método das Notações Internas		
1.6.1.1. Montante de provisões no método das Notações Internas		
1.6.1.2. (-) Perdas esperadas determinadas no método das Notações Internas		
1.6.2. Valor nominal dos empréstimos subordinados reconhecidos como elemento positivo dos fundos próprios	15.000.000	15.000.000
1.6.3. Requisito mínimo de capital social		
1.6.4. Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos	129.752.959	121.070.715

Unidade:

Euros

2.2 Para efeitos de requisitos de fundos próprios:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 2		
	Dezembro 11	Dezembro 10
2. Requisitos de fundos próprios (=Σ(2.1 a 2.6))	89.890.894	100.874.214
2.1. Para risco de crédito, risco de crédito de contraparte, risco de redução dos valores a receber e risco de entrega (=2.1.1+2.1.2)	81.445.109	91.880.488
2.1.1. Método Padrão (=2.1.1.1+2.1.1.2)	81.445.109	91.880.488
2.1.1.1. Classes de risco no método Padrão, excluindo posições de titularização	81.445.109	91.880.488
2.1.1.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	381.184
2.1.1.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações regionais ou autoridades locais	0	0
2.1.1.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0	0
2.1.1.1.4. Créditos ou créditos condicionais sobre bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0
2.1.1.1.5. Créditos ou créditos condicionais sobre organizações internacionais	0	0
2.1.1.1.6. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	1.790.919	907.346
2.1.1.1.7. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	13.584.576	16.337.652
2.1.1.1.8. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	63.056.115	73.241.657
2.1.1.1.9. Créditos ou créditos condicionais com garantia de bens imóveis	0	0
2.1.1.1.10. Elementos vencidos	2.095.730	335.010
2.1.1.1.11. Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	0	0
2.1.1.1.12. Créditos sob a forma de obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0	0
2.1.1.1.13. Créditos sob a forma de organismos de investimento colectivo (OIC)	917.769	677.639
2.1.1.1.14. Outros elementos	0	0
2.1.1.2. Posições de titularização no método Padrão	0	0
2.1.2. Método das Notações Internas (=Σ(2.1.2.1 a 2.1.2.5))	0	0
2.1.2.1. Quando não são utilizadas estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	0	0
2.1.2.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
2.1.2.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
2.1.2.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
2.1.2.2. Quando são utilizadas as estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	0	0
2.1.2.2.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
2.1.2.2.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
2.1.2.2.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
2.1.2.2.4. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	0	0
2.1.2.3. Créditos sobre acções	0	0
2.1.2.4. Posições de titularização	0	0
2.1.2.5. Outros activos que não sejam obrigações de crédito	0	0
2.2. Risco de liquidação	0	0
2.3. Requisitos de fundos próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos sobre mercadorias (=2.3.1+2.3.2)	0	0
2.3.1. Método Padrão (=Σ(2.3.1.1 a 2.3.1.4))	0	0
2.3.1.1. Instrumentos de dívida	0	0
2.3.1.2. Títulos de capital	0	0
2.3.1.3. Riscos cambiais	0	0
2.3.1.4. Riscos sobre mercadorias	0	0
2.3.2. Método dos Modelos Internos	0	0
2.4. Requisitos de fundos próprios para risco operacional (=Σ(2.4.1 a 2.4.3))	8.445.784	8.993.726
2.4.1. Método do Indicador Básico	8.445.784	8.993.726
2.4.2. Método <i>Standard</i>	0	0
2.4.3. Métodos de Medição Avançada	0	0
2.5. Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas	0	0
2.6. Requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios	0	0

Unidade: Euros

2.3 Para efeitos de adequação de capitais:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 3		
	Dezembro 11	Dezembro 10
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios	39.862.065	20.196.501
Rácio de Solvabilidade (%)	11,5%	9,6%
Adequação de fundos próprios ao nível do conglomerado financeiro		

Unidade: Euros

Anexo IV – Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte assume relevância apenas nas operações de tesouraria, visto que, em termos de crédito concedido, dada a sua natureza, a carteira é bastante atomizada, constituindo, assim, um elemento natural de diversificação de risco. Com a transferência da tesouraria do Banco para o accionista financeiro, o controlo de risco de contraparte passou a ser efectuado por esta entidade. No entanto, atendendo à natural posição tomadora de fundos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., este risco não assume relevância material.

Anexo V-A – Risco de Crédito – Aspectos gerais

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Definições, para efeitos contabilísticos, de “crédito vencido”, de “crédito objecto de imparidade” e de “crédito em incumprimento”:

A carteira de crédito concedido do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso do Banco de Portugal, n.º 3/95, de 30 de Junho, com a particularidade de que nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. desenvolveu um modelo de apuramento de perdas por imparidade da sua carteira de crédito concedido, tendo em conta os requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que respeita aos princípios previstos no âmbito do IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Mensalmente avalia a existência de imparidade, encontrando-se um crédito em imparidade quando exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e quando esse acontecimento tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição de “crédito em incumprimento” utilizada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é aquela que consta da Instrução n.º 16/2004 subordinada ao tema “qualidade de crédito”.

1.2 Descrição das abordagens e métodos adoptados para a determinação das correcções de valor e das provisões:

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. prevê numa primeira fase a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Para este efeito, a carteira de crédito do Banco encontra-se segmentada de acordo com os seguintes critérios:

Tipo de negócio

- Operações de “factoring”
- Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
- Aluguer de longa duração (ALD)
- Crédito ao consumo
- Operações de leasing mobiliário
- Cartões de Crédito
- Crédito Pessoal

Natureza do bem financiado (ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)

- Aquisição de automóvel em estado Novo
- Aquisição de automóvel em estado Usado
- Aquisição de outros bens e serviços
- Empréstimos pessoais
- Créditos reestruturados

Origem

- Ex-Interbanco
- Ex-Sucursais (carteiras de crédito provenientes das anteriores Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, E.F.C., S.A., as quais foram integradas no Banco com referência a 1 de Janeiro de 2007).

De referir que as novas operações de crédito para aquisição de automóvel angariadas após a concentração de actividades das Sucursais do Santander Consumer no Banco, são classificadas para efeitos de modelo de imparidade na categoria “Ex-Interbanco”, e as operações de crédito para aquisição de bens e serviços são classificadas na categoria “Ex-Sucursais”.

No âmbito da aplicação desta metodologia, são objecto de análise individual pelo Banco os devedores por operações de factoring e crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks, sendo os restantes créditos analisados numa base colectiva.

No que respeita a activos analisados individualmente para os quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. O valor da imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade. Conforme segue:

- Sem Indícios: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 15 dias;
- Com Indícios: créditos com saldos vencidos entre 16 dias e 90 dias;
- Default: créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

O valor da imparidade estimada resulta assim da diferença entre o valor de balanço e o valor actual dos cash flows futuros estimados, descontados à taxa de juro das operações na data de referência da análise.

Em 31 de Dezembro de 2011, as perdas por imparidade foram calculadas através da metodologia atrás referida. Para créditos concedidos através de cartão de crédito o Banco têm em desenvolvimento um modelo de determinação de perdas por imparidade, utilizando actualmente para o efeito os resultados obtidos para segmentos semelhantes, nomeadamente os obtidos pelos segmentos de empréstimos pessoais e crédito ao consumo para financiamento de outros bens e serviços.

1.3 Descrição do tipo de correcções de valor e de provisões associadas a posições em risco objecto de imparidade:

As correcções de valor são as definidas na metodologia de cálculo de perdas por imparidade resumida nos pontos anteriores.

1.4 Indicação das correcções de valor e dos montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativa ao exercício de referência e ao exercício anterior:

A Nota 16 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 indica as correcções de valor e os montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativos a 2011 e 2010.

1.5 Descrição geral da política de gestão do risco de concentração e abordagens adoptadas na sua avaliação e factores de risco considerados para a análise de correlações entre as contrapartes:

A actividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. leva a uma elevada granularidade da carteira de crédito. Ainda assim, dada a natureza do negócio automóvel em que o Banco apoia o financiamento de stocks de viaturas nas parecerias que estabelece, existem valores de exposição a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas que se enquadram como grandes risco de acordo com o definido no Aviso nº 6/2007 do Banco de Portugal. Este montante totaliza 44% dos Fundos Próprios a 31 de Dezembro de 2011. Para mitigar este risco o Banco recorre a garantias adicionais.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2 Modelo “Posições em Risco”

POSIÇÕES EM RISCO		
Classes de Risco	Posição em risco original	Posição em risco original (média ao longo do período)
	Dezembro 11	Dezembro 11
CL I - Administrações centrais ou bancos centra	11.087.223	12.783.102
CL VI - Instituições	49.618.435	133.163.774
CL VII - Empresas	171.661.924	188.408.998
CL VIII - Carteira de retalho	1.142.081.243	1.219.649.892
CL X - Elementos vencidos	56.708.666	48.724.683
CL XIII - Outros elementos	14.340.738	11.410.134
TOTAL	1.445.498.229	1.614.140.584

Unidade: Euros

3 Modelo “Distribuição Geográfica das Posições em Risco”

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS POSIÇÕES EM RISCO				
(em % da posição em risco original)				
Classes de Risco	Portugal / Norte	Portugal / Centro	Portugal / Sul	Portugal / Ilhas
	Dezembro 11	Dezembro 11	Dezembro 11	Dezembro 11
CL I - Administrações centrais ou bancos centra	0,00%	0,77%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	0,00%	3,43%	0,00%	0,00%
CL VII - Empresas	4,92%	5,20%	1,14%	0,62%
CL VIII - Carteira de retalho	30,07%	38,18%	7,00%	3,76%
CL X - Elementos vencidos	0,87%	2,59%	0,28%	0,19%
CL XIII - Outros elementos	0,00%	0,99%	0,00%	0,00%
% do total da posição em risco original	35,85%	51,16%	8,42%	4,56%

4 Modelo “Distribuição Sectorial das Posições em Risco”

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS POSIÇÕES EM RISCO			
(em % da posição em risco original)			
Classes de Risco	Sector Público	Particulares	Empresas
	Dezembro 11	Dezembro 11	Dezembro 11
CL I - Administrações centrais ou bancos centra	0,77%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	0,00%	0,00%	3,43%
CL VII - Empresas	0,00%	0,00%	11,88%
CL VIII - Carteira de retalho	0,00%	68,31%	10,70%
CL X - Elementos vencidos	0,00%	3,32%	0,60%
CL XIII - Outros elementos	0,00%	0,00%	0,99%
% do total da posição em risco original	0,77%	71,63%	27,60%

5 Modelo “Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objecto de Imparidade”

REPARTIÇÃO DAS POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS E OBJECTO DE IMPARIDADE				
		Posições em risco vencidas	Posições em risco objecto de imparidade	Correcções de valor e Provisões
		Dezembro 11	Dezembro 11	Dezembro 11
Total das posições:		56.708.666	54.323.423	50.534.346
Decomposição pelos principais Sectores Económicos:	Sector Público	0	0	0
	Particulares	48.056.296	44.258.323	43.391.119
Decomposição pelas principais Zonas Geográficas:	Empresas	8.652.370	10.065.100	7.143.226
	Portugal / Norte	12.507.337	11.575.772	14.714.956
	Portugal / Centro	37.458.067	36.535.657	27.772.132
	Portugal / Sul	4.068.324	3.724.439	4.687.330
	Portugal / Ilhas	2.674.938	2.487.555	3.359.929
Posições em risco vencidas e objecto de imparidade: posições em risco originais.		Unidade:		Euros

6 Modelo “Correcções de Valor e Provisões”

CORRECÇÕES DE VALOR E PROVISÕES		
Correcções de Valor e Provisões	Dezembro 11	Dezembro 10
Saldo inicial	55.465.364	59.643.504
Dotações	39.521.693	44.512.710
Utilizações	-24.117.629	-24.160.685
Reposições/Anulações	-20.336.919	-24.390.873
Outros ajustamentos:	1.838	-139.292
- Ajustamentos por diferenças cambiais		
- Transferências de provisões		
- Combinações de actividades		
- Aquisições e alienações de filiais		12.188
- Outros	1.838	-151.480
Saldo final	50.534.347	55.465.364
Unidade:		Euros

7 Modelo “Prazo de Vencimento Residual”

PRAZO DE VENCIMENTO RESIDUAL (em % da posição em risco original)				
Classes de Risco	VR < 1 ano	1 ano < VR < 5 anos	5 anos < VR < 10 anos	VR > 10 anos
	Dezembro 11	Dezembro 11	Dezembro 11	Dezembro 11
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	0,77%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	3,43%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VII - Empresas	11,88%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VIII - Carteira de retalho	10,24%	40,00%	28,77%	0,00%
CL X - Elementos vencidos	3,92%	0,00%	0,00%	0,00%
CL XIII - Outros elementos	0,99%	0,00%	0,00%	0,00%
em % do total da posição em risco original	31,23%	40,00%	28,77%	0,00%
VR: Vencimento residual.				

Anexo V-B – Risco de Crédito – Método Padrão

Secção A – Informação Qualitativa

O risco de crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. no âmbito da sua actividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a actividade do Banco.

Desde 2008 que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. utiliza o Método Padrão para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito. Para o efeito, as posições em risco originais são segmentadas de acordo com as classes de risco identificadas no número 1 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 104/2007. Cada posição em risco é ponderada de acordo com os ponderadores definidos na Parte 2 do Anexo III do Aviso do banco de Portugal 5/2007.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

MÉTODO PADRÃO							
		Ponderadores de Risco					TOTAL
		0%	20%	75%	100%	150%	
1. Posição em risco original por classe de risco:	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	11.087.223					11.087.223
	CL VI - Instituições	34.039.927			15.578.508		49.618.435
	CL VII - Empresas				171.661.924		171.661.924
	CL VIII - Carteira de retalho			1.142.081.243			1.142.081.243
	CL X - Elementos vencidos				48.814.221	7.894.445	56.708.666
	CL XIII - Outros elementos	10.207	1.291.877		13.038.654		14.340.738
TOTAL posições em risco original:		45.137.356	1.291.877	1.142.081.243	249.093.308	7.894.445	1.445.498.229
2. Posição em risco por classe de risco (base de incidência dos ponderadores):	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	11.087.223					11.087.223
	CL VI - Instituições	34.039.927			15.578.508		49.618.435
	CL VII - Empresas				169.807.203		169.807.203
	CL VIII - Carteira de retalho				1.050.935.244		1.050.935.244
	CL X - Elementos vencidos				14.780.661	7.610.643	22.391.304
	CL XIII - Outros elementos	9.039			8.470.491		8.479.530
TOTAL posições em risco:		45.136.188	0	0	1.259.572.107	7.610.643	1.312.318.938
3. TOTAL posições ponderadas pelo risco (a):		0	0	0	1.259.572.107	11.415.965	1.270.988.072
Posição em risco deduzida aos fundos próprios por classe de risco:	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais						
	CL VI - Instituições						
	CL VII - Empresas						
	CL VIII - Carteira de retalho						
	CL X - Elementos vencidos						
	CL XIII - Outros elementos						
TOTAL posições em risco deduzidas aos fundos próprios:							

(a) Produto de "Total das posições em risco" por "ponderadores de risco".

Euros
31-12-2011

Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A., conforme o disposto na alínea s) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril.

Anexo VII – Operações de Titularização

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. efectuou, em 4 de Agosto de 2009, uma operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco actua como cedente e gestor dos créditos cedidos e ainda como contraparte do *'back-to-back swap'* de taxa de juro. Decorrente desta operação foi constituída uma de Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance nº3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção.

Em 15 de Outubro de 2010 a operação de titularização foi reestruturada com o objectivo primordial de preencher os novos requisitos de activos elegíveis para operações de cedência de liquidez por parte do Banco Central Europeu. Concretamente neste processo os valores titularizados foram incrementados em cerca de 150 milhões e a operação obteve uma segunda notação de *rating*.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito dado que o Banco Santander Consumer S.A. não transferiu as posições em riscos e tendo adquirido a totalidade da estrutura de capital resultante da transacção.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital do SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

<u>Obrigações</u>	<u>Montante emitido</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Rating (Fitch)</u>	<u>Remuneração</u>
Classe A	500 000 000	Julho de 2025	AAA	Eur 3M + 1,5%
Classe B	184 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual

A 31 de Dezembro de 2011 e após a reestruturação da operação, a estrutura de capital SPE Silk Finance nº3 era a seguinte (em euros):

<u>Obrigações</u>	<u>Montante emitido</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Rating (Fitch e S&P)</u>	<u>Remuneração</u>
Classe A	550 000 000	Julho de 2025	A + / A -	Eur 3M + 1,5%
Classe B	288 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual

Ao longo do ano de 2011 e dado o enquadramento particular da economia portuguesa e da dívida soberana, os *ratings* das obrigações emitidas de Classe A viram as suas notações reduzidas de AAA para A + pelas agências *Fitch* e para A - pela *Standard and Poors*. De

salientar que o nível *rating* de A- é o patamar mínimo de elegibilidade para operações monetárias de intervenção junto do Banco Central Europeu.

Para efeitos de relevação contabilística o Banco nas suas contas individuais não desreconheceu do activo os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos;
- (iv) detém a totalidade da dívida emitida por parte do SPE Silk Finance nº3;

Para efeitos das contas individuais créditos objecto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização. As obrigações emitidas no âmbito da operação de titularização estão registadas como Activos Detidos até à Maturidade pelo seu custo amortizado.

Nas contas individuais, cumprindo o disposto das Normas Internacionais de Contabilidade, o Banco Santander Consumer S.A. consolida integralmente o SPE Silk Finance nº3, ajustando e anulando as posições contabilísticas comuns, resultando na eliminação completa da transacção nas demonstrações financeiras.

Conforme anteriormente referido, o Banco Santander Consumer S.A. não desreconhece os activos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº3, pelo para efeitos de determinação de requisitos de capital os activos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Secção A – Informação Qualitativa

OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO	
Titularização tradicional	SILK FINANCE N°3
Instituição(ões) Cedente(s)	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
Instituição(ões) Patrocinadora(s)	Sociedade Gestora do Fundo (Navegador SGFTC, S.A.)
Informação sobre as operações:	
Data de início:	4 de Agosto de 2009
Maturidade legal	15 de Julho de 2025
Cláusula de <i>step-up</i> (data)	Não aplicável
<i>Revolving</i> (anos)	3 anos
Activos titularizados (em milhões de euros)	836
Valor em dívida (em milhões de euros)	834
Informação sobre o envolvimento da(s) instituição(ões) cedente(s):	
Existência de situações de "apoio implícito"	Não aplicável
Activos cedidos (por Instituição)/Activos titularizados (total) (%)	100%
Mais-valia/Valor das posições de primeira perda readquiridas	Não aplicável
Observações	

As posições de créditos titularizados, na óptica do cedente e as posições de dívida emitida no âmbito da operação de titularização podem ser analisada da seguinte forma nas seguintes datas de referência:

Em euros		
Data	Saldo de Créditos Titularizados	Saldo da Dívida Emitida
31-12-2010	833.997.982	843.300.000
31-12-2011	835.031.573	843.300.000

Secção B – Informação Quantitativa

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em conformidade com o anteriormente referido, dado que o Banco não desreconheceu os activos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº3, pelo que para efeitos de determinação de requisitos de capital os activos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo IX - Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo X - Posições em Risco sobre Acções da Carteira

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo XI - Risco Operacional

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios:

Por Risco Operacional entende-se o risco definido na alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril. O método de cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional é o do Indicador Básico previsto nos artigos 25.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e regulamentado através do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007.

1.2 Indicação dos elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante, no caso de utilização do método do Indicador Básico:

Os elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante são os definidos no quadro 1 do ponto 4 da Parte 1 do Anexo I do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007. Adicionalmente são tidas em consideração as condições expressas no ponto 5.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

RISCO OPERACIONAL						
Actividades	Indicador relevante			Por memória: método de Medição Avançada - Redução de requisitos de fundos próprios (Ano o)		
	2009	2010	2011	Perdas esperadas consideradas no quadro das práticas internas	Mecanismos de transferência de risco	
1. Método do Indicador Básico	58.820.596	57.286.939	52.808.154			
2. Método Standard:						
- Financiamento das empresas - <i>corporate finance</i>						
- Negociação e vendas						
- Intermediação relativa à carteira de retalho						
- Banca comercial						
- Banca de retalho						
- Pagamento e liquidação						
- Serviços de agência						
- Gestão de activos						
Método de Medição Avançada (a)						

(a) Base de incidência, em termos de indicador relevante, das actividades sujeitas ao método de Medição Avançada.

Unidade: Euros
31-12-2011

Anexo XII - Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

Secção A – Informação Qualitativa

A exposição do Banco ao risco de taxa de juro decorre da probabilidade de impacto, nos resultados ou no valor patrimonial, resultante de variações das taxas de juro do mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gap's existentes entre a duração/maturidade média do activo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Encontra-se instituída uma política de gestão do risco de taxa de juro, definida em regulamento, revista e aprovada periodicamente pela Administração, que visa garantir o acompanhamento da sua exposição e assegurar que esta se mantém dentro de níveis consistentes com os limites de aceitação ao risco previamente definidos, a nível interno e acompanhados corporativamente.

Para a avaliação do risco de taxa de juro, o Banco recorre à adopção de dois processos paralelos e autónomos: indicadores internos e indicadores regulamentares, através dos quais são analisadas as posições em risco e mitigados eventuais mismatch que possam existir. Na avaliação deste risco, são tidas em consideração as características financeiras dos contratos, com base nas quais é efectuada a respectiva projecção dos cash flows esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e de indexante. A sua agregação por intervalos de tempo, permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de refixação de taxa e de indexante.

- Indicadores Internos: A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos cash flows simulando um deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de taxas de juro de mercado. Os limites de tolerância ao risco considerados e aprovados actualmente são de EUR 4 MM e EUR 6 MM, sobre a margem financeira e sobre a situação líquida, respectivamente. A avaliação dos potenciais impactos, nos resultados e nos capitais próprios, resultante da alteração das taxas de juros é efectuada trimestralmente pela Direcção Financeira, área funcional Controlo de Gestão. Esta, caso considere necessário, sugere a adopção de medidas correctivas para eventuais insuficiências. O controlo e acompanhamento dos limites ao risco de taxa, é efectuado pela área de riscos de mercado, inserida dentro da estrutura orgânica da Direcção de Risco e recuperação.
- Indicadores Regulamentares: Adicionalmente, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do BIS (Bank of International Settlements) classificando todas as rubricas do activo, passivos e extrapatrimoniais (carteira bancária) por escalões de refixação de taxa e de indexante, no seguimento das recomendações de Basileia II e demais regulamentação. O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo Duration Gap e consiste num cenário de stress testing correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos em 2 pontos percentuais em todos os escalões de taxas de juro.

O acompanhamento deste risco é efectuado bimensalmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos), ou directamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direcção Financeira propõe as operações que permitam a mitigação do valor

em risco, na data de reporte. A área de riscos de mercado tem por missão a monitorização dos níveis de exposição a riscos de taxa de juro e liquidez, bem como a validação das operações para mitigação dos respectivos riscos.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

RISCO DE TAXA DE JURO (CARTEIRA BANCÁRIA)				
			Impacto	
			Dezembro 11	Dezembro 10
Efeito na Situação Líquida de um choque de 200 p.b. na taxa de juro:	Valor	+ ¹	-3.570.530	-7.285.855
		- ²	3.570.530	7.285.855
	% da Situação Líquida	+ ¹	-2,8%	-5,9%
		- ²	2,8%	5,9%

¹ "+" = Choque na taxa de juro, no sentido ascendente
² "-" = Choque na taxa de juro, no sentido descendente

Unidade: Euros



Adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF)
e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS)
relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

Para ser consultado em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório e Contas de 2011

Lisboa, 31 de Dezembro de 2011

ÍNDICE

Introdução

I – Modelo de Negócio

II – Riscos e Gestão de Riscos

III – Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

IV- Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

Introdução

Em cumprimento do estabelecido pelas Cartas Circulares nº 46/2008/DSB, nº 97/2008/DSB e nº 58/2009/DSB emitidas pelo Banco de Portugal relativas a "Transparência da Informação e à Valorização de Activos" no âmbito das actividades e produtos afectados pelo período de turbulência nos mercados financeiros, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco" ou "BSCP"), apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os eventuais impactos na sua actividade daí decorrentes.

Importa desde já salientar que, no decurso do exercício do ano 2011, ou presentemente, o Banco não mantinha, sob alguma forma, em balanço ou fora de balanço, operações de alto risco associadas a mercados de "sub-prime"/activos tóxicos, pelo que não registou qualquer impacto patrimonial com esta tipologia de operações.

Este anexo pode ser consultado em conjunto com o Relatório e Contas do ano de 2011, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma óptica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

I – Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);

O Banco desenvolve a sua actividade assente na concessão de crédito ao consumo a cliente final através do ponto de venda, nomeadamente crédito automóvel e bens duradouros, e de forma directa através de cartões de crédito ou crédito pessoal. Resultado da oferta de valor e da posição de relevância no mercado de financiamento automóvel, o Banco financia igualmente os interlocutores do ciclo de valor acrescentado desta actividade (importadores e concessionários) através de produtos de Factoring e financiamento de stocks.

Decorrente do enquadramento macro económico e da turbulência registada nos mercados financeiros, o Banco procedeu a diversas acções de ajustamento pontual na sua política de admissão e concessão de crédito, como resultado da deterioração das condições socioeconómicas das famílias portuguesas e de alguns sectores de actividade.

O financiamento da actividade por capitais alheios é maioritariamente suportado pela casa-mãe (Banco Santander S.A.), sendo as necessidades de liquidez monitorizadas de forma tempestiva e de acordo com os regulamentos corporativos existentes para o efeito. Do ponto de vista dos capitais próprios, a estratégia é alicerçada em níveis confortáveis de solvabilidade decorrentes do perfil de risco de cada linha de negócio, com o rácio de solvabilidade a cifrar-se no final do ano 2011 em 11,55%.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. efectuou, em 4 de Agosto de 2009, uma operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco actua como cedente e gestor dos créditos cedidos e ainda como contraparte do *'back-to-back swap'* de taxa de juro. Decorrente desta operação foi constituída uma de Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance nº3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito.

Para efeitos de relevação contabilística o Banco não desreconheceu do activo os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos objecto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);

A operação de titularização realizada em 2009 – Silk Finance nº3 – permitiu ao Banco alargar o leque e diversificar das suas fontes de financiamento da actividade do banco. No decurso do ano de 2010 a operação de titularização foi reestruturada com o objectivo de obedecer aos requisitos de activos elegíveis para as operações de financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE). Esta transacção permitiu eleger 550 milhões de euros, correspondentes a rating AAA (notação atribuída pela agências de rating Fitch e Standard & Poors) para operações de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE). A 31 de Dezembro de 2011, o Banco tinha contratado 115 milhões de euros de passivo financeiro junto BCE em operações de venda com acordo de recompra (*Repos*) e 350 milhões de euros junto de investidores institucionais.

Ao longo do Relatório e Contas do exercício de 2011, com especial ênfase nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as actividades desenvolvidas nas diversas áreas de negócio, bem como a sua respectiva evolução e desempenho.

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;

Conforme anteriormente referido e na sequência da operação de titularização Silk Finance No.3, Banco cedeu os créditos a uma Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance No.3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção

A operação de titularização implicou a cedência ao SPE de conjuntos de contratos representativos da carteira de crédito do Banco a cada momento, tendo a SPE financiado a aquisição destes créditos emitindo dívida, tendo esta sido adquirida pelo Banco, incluindo os títulos *first lost position*.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital do SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

Obrigações	Montante emitido	Data de reembolso	Rating (Fitch)	Remuneração
Classe A	500 000 000	Julho de 2025	AAA	Eur 3M + 1,5%
Classe B	184 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual

A 31 de Dezembro de 2011, a estrutura de capital SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

Obrigações	Montante Emitido	Data de Reembolso	Rating (Fitch e S&P)	Remuneração
Classe A	550.000.000	Julho de 2025	A + / A -	Euribor 3M +1,5%
Classe B	288.000.000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Classe C	3.900.000	Julho de 2025	N.A.	Residual

No âmbito da operação, alienou inicialmente uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 Euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 681.723.353 Euros, na medida em que foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 Euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. Posteriormente, e na data de reestruturação o Banco alienou adicionalmente mais 150 milhões de euros de créditos, perfazendo um total de 830.731.708,00 de unidades de participação emitidas em 31 de Dezembro de 2011.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;

Tal como salientado, além do referido no ponto anterior, o objectivo do Banco ao realizar a operação de titularização na condição de Originador foi o de obter financiamento para o desenvolvimento da sua actividade. Para além da posição de Originador, o Banco assume ainda a função de Gestor dos créditos e de contraparte do *'back-to-back'* swap de taxa de juro.

II – Riscos e Gestão de Riscos

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;

No âmbito da operação de titularização, o Banco incorre em risco de crédito dado que os activos cedidos na operação não foram desreconhecidos uma vez que o Banco possui parte substancial dos riscos e benefícios envolvidos, uma vez que detem a titularidade da dívida emitida, incluindo as classes representativas da *first lost position*,

Uma vez que os créditos cedidos na operação representam uma amostra representativa da carteira de crédito do Banco, o risco de crédito inerente aos activos cedidos é avaliado e representado de acordo com a metodologia dos restantes activos de características semelhantes, nomeadamente através da determinação da sua imparidade.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;

No âmbito das recomendações do FSF e CEBS sobre o impacto e dimensão dos riscos incorridos derivados do actual enquadramento de turbulência dos mercados financeiros, a política de gestão do risco de liquidez nos princípios da prudência e do Banco é definida e revista periodicamente pela Administração. Esta encontra-se definida no regulamento de risco de liquidez e reflecte a estratégia de gestão, que permite ao Banco garantir que dispõe de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que estas se vencem, em função do grau de risco passível de ser assumido.

A gestão de liquidez é efectuada de acordo as necessidades de tesouraria constantes do orçamento anual e preferencialmente junto da tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura todas as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno, aprovado pela Deloitte a nível corporativo, spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transacções.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direcção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respectivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direcção Financeira, avaliada mensalmente, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

O processo de acompanhamento da exposição a este risco é efectuado a 2 níveis.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direcção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respectivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direcção Financeira, com periodicidade mínima trimestral nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direcção e aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, são ainda elaborados relatórios a partir da aplicação ALM 2 Torken que permitem não só identificar os mismatches negativos para diversas maturidades e para diversos horizontes temporais, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Face ao grau de exposição ao risco de liquidez, é elaborada pela Direcção Financeira, uma proposta à Administração com as operações de financiamento, não só adequadas às necessidades de tesouraria, mas que permitam também mitigar o grau de exposição a este risco. Estas têm ainda em linha de conta o limite mínimo de 70% imposto a nível corporativo pelo Santander Consumer.

III – Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados;

Não aplicável.

9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);

Não aplicável. O Banco não sofreu quaisquer perdas/“write-downs” por via da operação de titularização Silk Finance nº3.

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;

Não aplicável.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;

Não aplicável.

12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados

Não aplicável.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;

O prolongamento do período de turbulência nos mercados financeiros que se sente com particular relevância em Portugal, poderá afectar a situação patrimonial do Banco por forma indirecta, através do:

- Aumento da sinistralidade da carteira de crédito, por força da diminuição da capacidade de cumprimento do serviço da dívida por parte dos clientes, que está fortemente correlacionada com o comportamento das taxas de juro;
- Aumento ou diminuição do custo de financiamento dos capitais alheios.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;

O ano 2011 foi caracterizado pela subida custo generalizado do financiamento, função do enquadramento financeiro da economia portuguesa, que foram agravados pela redução dos níveis de notação de *rating* da dívida soberana.. O impacto da valorização das responsabilidades pode ser consultado nas Notas Anexas às Demonstrações Financeira, no ponto do Justo Valor.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos ‘tóxicos’ no período de referência de 31 de Dezembro de 2011.

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) eo respectivo efeito nas exposições existentes;

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições;

Não aplicável.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write-downs”, compras, etc.)

Não aplicável.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;

Como anteriormente referido o SPE Silk Finance nº 3 Limited é integralmente consolidado no património do Banco.

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados:

Não aplicável.

V. Políticas contábilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contábilísticos e o respectivo tratamento contábilístico;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2011.

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;

Não aplicável. Vide pontos os 2, 3, 4 e 5 deste documento.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros;

Consultar o ponto de Justo Valor das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras de 2011.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros;

Não aplicável.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação Documento

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander Consumer S.A. foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n°1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras encontram-se publicadas no sítio da internet do Banco (www.santanderconsumer.pt), dando cumprimento ao Aviso n°6/2006 do Banco de Portugal, podendo ser consultadas por qualquer entidade interessada, pessoa individual ou colectiva.



**RELATÓRIO DE ESTRUTURA
E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO**

2011

ÍNDICE

1.	ASSEMBLEIA GERAL	4
2.	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
3.	COMISSÃO EXECUTIVA	12
4.	CONSELHO FISCAL	13
5.	CONTROLO INTERNO	15
6.	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL	17
6.1.	Remuneração Atribuída aos Órgãos de Administração e Fiscalização em 2011	25
7.	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES COM FUNÇÕES DE CONTROLO OU COM RESPONSABILIDADE NA ASSUNÇÃO DE RISCOS ...	28
7.1.	Remuneração atribuída aos Dirigentes em 2011	34

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.
RELATÓRIO DE ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário foi preparado nos termos e para os efeitos do disposto no Art. 70.º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (de ora em diante, o “**CSC**”).

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (de ora em diante, o “**Banco**”) dispõe de órgãos sociais estruturados de acordo com o modelo latino reforçado: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade Revisora Oficial de Contas (Cfr. Art. 278.º, n.º 1 alínea a) do CSC).

O Conselho de Administração tem competência para gerir o Banco e é composto por um Presidente e dois a seis Vogais, eleitos por mandatos a determinar pela Assembleia Geral (Art. 19.º e seguintes dos Estatutos).

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral, de acordo com o n.º 1 do Art. 19 do Estatutos e com o n.º 1 do Art. 391.º do CSC.

A gestão corrente do Banco encontra-se delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 3 do Art. 407.º do CSC.

Na Assembleia Geral, os accionistas deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei e pelos Estatutos e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições do Conselho de Administração, designadamente:

- Aprovação do relatório de gestão e restantes documentos de prestação do Banco;
- Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Apreciação geral da administração e fiscalização do Banco;
- Alterações aos Estatutos.

A fiscalização do Banco encontra-se confiada ao Conselho Fiscal (Art. 24.º e seguintes dos Estatutos), constituído por um mínimo de três membros efectivos e um suplente, eleitos por mandatos a determinar pela Assembleia Geral, e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do Art. 413.º do CSC.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral, em conformidade com o n.º 1 do Art. 415.º do CSC.

O revisor oficial de contas é igualmente designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, de acordo com o n.º 5 do Art. 24.º do Estatutos e com n.º 1 do Art. 446.º do CSC.

1. Assembleia Geral

1.1 Membros da mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o Art. 16.º, n.º 1 do Estatutos, por um Presidente e um Secretário.

Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam:

Presidente: Dr. Henrique Trocado

Secretária: Dra. Sara Larcher

1.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral será objecto de deliberação na Assembleia Geral para o quadriénio 2012/2015, o qual terminará em 31 de Dezembro de 2015.

1.3 Antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral

De acordo com o disposto no Art. 15.º, n.º 1 do Estatutos, só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral do Banco os accionistas que tiverem averbadas em seu nome no livro de registo do Banco, ou comprovem ter depositadas em instituições de crédito, até 10 (dez) dias antes da data marcada para a reunião, o número mínimo de acções necessário para conferir voto.

De acordo com o Art. 15, n.º 2 do Estatutos, os accionistas devem manter as acções de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

1.4 Número de acções a que corresponde um voto

Nos termos do disposto no n.º 3 do Art. 15.º do Estatutos, a cada 5.000 (cinco) mil euros de capital corresponde um voto sendo todavia aplicáveis, enquanto vigorarem de forma imperativa, os limites inferiores que forem fixados em lei.

Não obstante, de acordo com o n.º 4 do Art. 15.º do Estatutos, os accionistas titulares de acções em número inferior ao exigido para conferir um voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

1.5 Accionistas titulares de direitos especiais

O capital social do Banco está integralmente realizado e está representado por 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete) acções ordinárias com o valor nominal de 1 (um) euro cada uma.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

1.6 Regras estatutárias especiais ou outras restrições em matéria de direitos de voto

Para além do *supra* referido, não existem regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados, nem outras regras que possam ser consideradas como restringindo os direitos de voto dos accionistas do Banco.

1.7 Regras estatutárias sobre o quorums constitutivos e deliberativos

Quorum constitutivo

De acordo com o Art. 17.º, n.º 1 do Estatutos, em primeira convocação, a Assembleia Geral só pode funcionar quando estiverem presentes ou representados titulares de mais de metade das acções correspondentes ao capital social. De acordo com o Art. 17.º, n.º 2, em segunda convocação a Assembleia pode deliberar validamente, qualquer que seja o número de accionistas presentes e o capital representado.

Quorum deliberativo

De acordo com o Art. 17.º, n.º 3 do Estatutos, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada. De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos, as deliberações sobre a alteração do

Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, sendo que, nos termos do n.º 5, se, porém em Assembleia reunida em segunda convocação estiverem presentes ou representados accionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social a deliberação sobre os assuntos referidos no anterior pode ser tomada pela maioria dos votos emitidos.

É aplicável subsidiariamente o regime legal em matéria de quorum constitutivo e deliberativo, *maxime* o Art. 383.º e o Art. 386.º do CSC.

1.8 Regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Não existem regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

1.9 Exercício do direito de voto por correspondência ou por meios electrónicos

De acordo com o Art. 18.º, n.º 4 do Estatutos, não é permitido o voto por correspondência. Os Estatutos não prevêm o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

1.10 Intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração do Banco

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações composta por accionistas, cujos membros são eleitos directamente pela Assembleia Geral, nos termos do Art. 12.º do Estatutos e do Art. 399.º, n.º 2 do CSC. Nos termos do mesmo preceito, compete à Comissão de Remunerações dispor sobre o regime de previdência aplicável aos administradores executivos.

A Assembleia Geral poderá anualmente fixar uma percentagem de lucros a serem distribuídos pelos empregados e membros dos corpos sociais, definindo previamente os critérios dessa atribuição (Art. 27.º, n.º 2 do Estatutos).

Em conformidade com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), a Comissão de Remunerações e o Conselho de Administração submetem anualmente à apreciação da Assembleia Geral, a declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização e dos colaboradores, respectivamente.

1.11 Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos e o Art. 386.º, n.º 3 do CSC, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos.

1.12 Participações Qualificadas no capital do Banco

O Santander Consumer Finance, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 53.331.647 acções ordinárias representativas de 80,09% do capital social do Banco.

O Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 13.261.300 acções ordinárias representativas dos restantes 19,91% do capital social do Banco.

2. Conselho de Administração

2.1 Membros do Conselho de Administração

Presidente: Dra. Inês Serrano Gonzalez

Vogal: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal: Dr. David Turiel Lopez

Vogal: Dr. Borja Anduiza Rubio

Vogal: Eng. Pedro César Pereira Alves Saraiva

Vogal: Dr. Luís Filipe Pires Ferreira

2.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho de Administração será objecto de deliberação na Assembleia Geral para o quadriénio de 2012– 2015, com termo em 31 de Dezembro de 2015.

2.3 Poderes do Conselho de Administração

As competências do Conselho de Administração encontram-se previstas no Art. 20.º do Estatutos.

De acordo com este preceito estatutário, compete ao Conselho de Administração gerir e representar o Banco com os mais amplos poderes que a lei lhe confere, e designadamente:

- Elaborar as propostas relativas à definição das políticas gerais do Banco e dos planos e orçamentos anuais plurianuais;
- Estabelecer a organização interna do Banco e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- Conduzir as actividades do Banco, praticando todos os actos que a lei ou estes estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- Representar o Banco em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia Geral nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens móveis ou imóveis, incluindo participações em sociedades com qualquer objecto, em agrupamentos complementares de empresas e outras sociedades reguladas por leis especiais, devendo, porém, quanto aos imóveis e às participações estáveis, obter o parecer favorável do Conselho Fiscal;
- Contratar e rescindir contratos com empregados e outros prestadores de serviços.

De acordo com o Art. 5.º, n.º 2 do Estatutos, o Conselho de Administração pode ainda aumentar o capital social até EUR 80.000.000 (oitenta milhões de euros), mediante entradas em numerário, na época e modalidades que considerar mais conformes aos interesses sociais.

2.4 Designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com o Art. 19.º, n.º 1 e 2 do Estatutos, o Conselho de Administração é formado por um Presidente e dois a seis vogais, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser ainda eleito um administrador suplente.

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato com o período a ser determinado na deliberação, sem prejuízo da sua reeleição.

De acordo com o Art. 19.º, n.º 4 do Estatutos, se um administrador faltar 3 (três) vezes a reuniões do Conselho de Administração, seja de forma seguida ou interpolada, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, tal equivalerá a uma falta definitiva desse administrador.

A substituição de administradores processa-se nos termos do disposto no Art. 393.º do CSC.

2.5 Funções que os membros do Conselho de Administração exercem em outras sociedades

<u>Dra. Inês Serrano Gonzalez</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Santander Consumer Finance, S.A.	Conselheira directora geral
Santander Consumer, EE.F.C., S.A.	Presidente
Transolver Finance, E.F.C., S.A.	Representante do Presidente do Conselho, Santander Consumer Finance, S.A.
Reintegra, S.A.	Representante do Presidente do Conselho, Santander Consumer, E.F.C., S.A.
Santander Consumer Bank S.P.A. (Itália)	Presidente
Unifin, S.P.A. (Itália)	Conselheira
Santander Consumer Bank AG (Alemanha)	Membro do órgão de supervisão

<u>Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Casais Firminos – Sociedade de Desenvolvimento Turístico e Cinegético, S.A.	Secretário da Assembleia Geral
Sociedade Agrícola do Setil, SA.	

<u>Dr. David Turiel Lopez</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>

Santander Consumer Finance, S.A. Santander Consumer, E.F.C., S.A. AIG Bank Polska, S.A. Santander Consumer Bank SpA	Membro do Conselho de Administração
Santander Consumer Bank, S.A. (Polónia) Polskie Towarzystwo Finansowe, S.A.	Membro do Conselho de Vigilância

<u>Dr. Borja Anduiza</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Santander Consumer Finance, a.s. (República Checa)	Membro do Conselho de Vigilância

<u>Eng. Pedro César Pereira Alves Saraiva</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Santander Consumer Bank S.p.A Santander Consumer Iber-Rent, SL	Administrador Delegado e Director Geral Membro do Conselho de Administração
Santander Consumer Finanzia Srl Santander Consumer Finance Media Srl Unifin S.p.A	Presidente do Conselho de Administração
Quales - Qualidade e Segurança Alimentar, Lda	Gerente

3. Comissão Executiva

3.1 Membros da Comissão Executiva

Presidente: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal Dra. Inês Serrano Gonzalez

Vogal: Dr. Luís Filipe Pires Ferreira

A Comissão Executiva será constituída por deliberação do Conselho de Administração.

Para o quadriénio 2012/2015, serão designados os seguintes membros da Comissão Executiva:

Presidente: Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal: Inês Serrano Gonzalez

Vogal: Luís Filipe Pires Ferreira

3.2 Poderes da Comissão Executiva

A Comissão Executiva do Conselho de Administração exerce competências delegadas deste órgão, nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada em reunião do Conselho de Administração.

Na Comissão Executiva são delegados os seguintes poderes:

- Preparar propostas para o Conselho de Administração – planos e orçamentos, relatório e contas, políticas gerais e executar as suas deliberações;
- Distribuir responsabilidades funcionais (Pelouros);
- Gerir o desenvolvimento dos negócios;
- Definir a organização interna;
- Recrutamento, formação e desenvolvimento de colaboradores;
- Concretizar a política salarial e de prémios variáveis;
- Aprovar acordos comerciais e contratos com prestadores de serviços;
- Definir a política de *pricing*, fiscal, de marketing, de produtos, de recuperação e de gestão de clientes;
- Aprovar os processos e procedimentos do Banco;
- Nomear mandatários internos;
- Garantir as relações com autoridades e o cumprimento de normas prudenciais.

3.3 Designação e substituição dos membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é constituída pelo número de Administradores que for deliberado pelo Conselho de Administração, não se encontrando previsto qualquer regime estatutário específico para a designação ou substituição dos respectivos membros.

4. Conselho Fiscal

4.1 Membros do Conselho Fiscal

Encontram-se em funções os seguintes membros do Conselho Fiscal:

Presidente: Prof. Doutor Diogo José Paredes Leite de Campos

Membro efectivo: Dra. Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho

Membro efectivo: Dr. Manuel António Amaral Franco Preto

Membro suplente: Dra. Carla Sofia Simões da Costa Silva

4.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho Fiscal será objecto de deliberação na Assembleia Geral para o mandato quadrienal 2012-2015, com termo em 31 de Dezembro de 2015.

4.3 Designação e substituição dos membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente designados pela Assembleia Geral (Art. 24.º do Estatutos). Na mesma deliberação, os accionistas designam aquele dos membros efectivos que servirá como Presidente (Art. 415.º, n.º 2 do CSC).

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de composição qualitativa e proibição de incompatibilidades previstos nos Arts. 414.º e 414.º-A do CSC.

Os membros efectivos do Conselho Fiscal que se encontrem temporariamente impedidos ou cujas funções tenham cessado são substituídos pelos suplentes (Art. 415.º, n.º 3 do CSC).

Os suplentes que substituam membros efectivos cujas funções tenham cessado mantêm-se no cargo até à primeira Assembleia anual, que procederá ao preenchimento das vagas. Não sendo possível preencher uma vaga de membro efectivo por faltarem suplentes eleitos, os

cargos vagos, tanto de membros efectivos como de suplentes, são preenchidos por nova eleição (Art. 415.º, n.ºs 4 e 5 do CSC).

4.4 Funções que os membros do Conselho Fiscal exercem em outras sociedades

<u>Diogo Leite Campos</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Hagen Engenharia	Presidente do Conselho Fiscal
RES, S.A.	Administrador Não Executivo

<u>Manuel António Preto</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Santota – Internacional SGPS, SA	Gerente
Taxagest, SGPS Totta Ireland, PLC (Irlanda) Totta & Açores Financing (Cayman) Serfin International Bank & Trust	Membro do Conselho de Administração

4.5 Possibilidade de o Conselho Fiscal propor à assembleia-geral a destituição do auditor com justa causa

De acordo com o Art. 24.º, n.º 5 do Estatutos, o revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal pode propor à Assembleia Geral a destituição do revisor oficial de contas, sempre que houver justa causa.

4.6 Relatório anual do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal elabora o Relatório Anual de acordo com a legislação em vigor.

5. Controlo Interno

Tendo presente a reconhecida importância que a existência de um sistema de controlo interno adequado e eficaz assume, no exercício de 2011, o Banco prosseguiu a estratégia de continuo reforço e fortalecimento do Sistema de Controlo Interno, definido e acompanhado directamente pelo Órgão de Administração e monitorizado pelo Conselho Fiscal, designadamente com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rentável da actividade no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos activos e recursos e a continuidade do negócio, nomeadamente através de uma adequada gestão e controlo de riscos inerentes à actividade desenvolvida;
- A existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e os processos de controlo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sócias e demais regras, recomendações e boas práticas internacionalmente reconhecidas, de modo a proteger a reputação da instituição e evitar que esta seja alvo de sanções.

No sentido de atingir os objectivos propostos foram adoptados os princípios e orientações reconhecidos e aceites internacionalmente em matéria de controlo interno, nas suas diversas componentes, e que visam assegurar a existência de:

- Um adequado ambiente de controlo, de forma a disseminar uma cultura de controlo e de disciplina por parte de toda a estrutura organizacional, que favoreça uma gestão sã e prudente da actividade desenvolvida;
- Um sólido sistema de gestão de riscos, que permita identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e objectivos definidos, bem como assegurar a implementação de acções para responder a desvios não desejados;
- Um eficiente sistema de informação e comunicação, que garanta a captação, tratamento e troca de informação relevante, abrangente e consistente, que suporte uma tomada de decisão eficaz e tempestiva e o cumprimento de obrigações perante terceiros;
- Um efectivo sistema de monitorização, através da implementação de acções e avaliações de controlo com vista identificar eventuais insuficiências e/ou oportunidades de melhoria de forma garantir a continua eficácia e a adequação do sistema de controlo interno.

Para o efeito, na concretização dos objectivos acima descritos, o Banco tem vindo a fomentar um apropriado ambiente de controlo sustentado numa adequada definição e segregação de funções e no estabelecimento de políticas e procedimentos de controlo, integrados na sua actividade diária.

Por sua vez, de forma a promover elevados padrões profissionais o Banco adopta um código de conduta que reflecte os padrões de comportamento ético e de rigor pelos quais todos os colaboradores se devem reger na execução das suas tarefas.

No que respeita ao sistema de gestão de riscos, este encontra-se baseado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo, que visam garantir, de forma permanente:

- O crescimento sustentado da actividade creditícia, pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;
- A gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas.

O processo de avaliação de riscos instituído, tem em consideração a natureza e magnitude dos riscos subjacentes à actividade do Banco e encontra-se suportado por análises qualitativas e quantitativas que permitem, de forma sustentada e tempestiva, aferir sobre a adequabilidade do capital interno.

A realização de *stress tests* como ferramenta de gestão de risco permite avaliar os efeitos potenciais nas condições financeiras decorrentes de alterações excepcionais dos factores de risco e dar cumprimento ao disposto nas Instruções do Banco de Portugal nº 32/2009 e 4/2011. Por sua vez, os *reverse stress tests* permitem complementar os testes de esforço realizados, nomeadamente na avaliação dos pressupostos adoptados sobre o modelo e a estratégia de negócio e no planeamento de capital. Estas ferramentas possibilitam a identificação das condições que comprometem o modelo de negócio do Banco e, por consequência, as suas vulnerabilidades.

O sistema de gestão de riscos abrange ainda o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital (ICAAP), em linha com as orientações regulamentares e em particular a Instrução do Banco de Portugal nº 15/2007. O ICAAP é um processo contínuo, integral e transversal à instituição, acompanhado directamente pelo Órgão de Administração, que assegura a adequação do capital interno ao perfil de risco do Banco.

Por sua vez, o sistema de comunicação e informação promovido assegura a existência de informação objectiva, inteligível e correcta de forma a possibilitar uma visão global e abrangente acerca da situação financeira, do desenvolvimento da actividade e do perfil de risco do Banco. Este encontra-se sustentado nas políticas e procedimentos internamente estabelecidos e oportunamente difundidos, que prevêem a produção e divulgação atempada de informação a nível interno e externo. O Modelo de Governo desenvolvido assenta numa estrutura transversal e descentralizada que define, de forma rigorosa, os responsáveis, as competências e a periodicidade das sedes de decisão consoante a matéria em causa.

Por último, a contínua monitorização do sistema da adequação e eficácia do sistema de controlo interno, permite avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

Ciente da importância que um adequado e eficaz Sistema de Controlo Interno assume, com particular relevância na actual conjuntura, o Órgão de Administração tem vindo a promover de forma contínua e reforçada a incorporação dos objectivos e dos princípios de controlo, na estratégia e nas políticas da instituição, assegurando a existência de meios materiais e humanos necessários à sua prossecução e garantindo que as insuficiências identificadas neste âmbito sejam alvo de acompanhamento contínuo por parte de todos os órgãos de gestão, sempre no sentido de se implementarem as medidas necessárias à sua sanção. Por sua vez, o Conselho fiscal avalia anualmente do Sistema de Controlo Interno, pronunciando-se sobre a sua adequação e eficácia em relatório anual.

6. Política de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é divulgada a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), aprovada pela Assembleia Geral, mediante proposta da Comissão de Remunerações.

Por conseguinte e com o objectivo de providenciar informação clara e detalhada sobre a referida política de remuneração relativa ao ano 2011, procede-se à pormenorização dos

princípios orientadores adoptados e do modo como se procurou assegurar a necessária mitigação de riscos de gestão e o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização com o interesse do Banco.

I. Enquadramento

A Política remuneratória do Banco Santander Consumer Portugal enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência deste para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém 100% do respectivo capital do Banco.

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada, pela Comissão de Remunerações, e submetida à Assembleia Geral para aprovação final. Na respectiva definição participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco, mostrando-se ainda conformes as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes, vigentes à data.

As remunerações encontram-se ainda sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.

A Comissão de Remunerações foi eleita para o quadriénio 2008-2011, tendo os actuais membros sido eleitos na reunião da Assembleia Geral de 28 de Maio de 2010, com a seguinte composição:

D. Inês Serrano, Presidente do Conselho de Administração do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. e Sandra Faustino, Directora de Recursos Humanos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

II. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

Em regra, a remuneração referente ao desempenho de funções não executivas no Grupo visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função. No entanto, no caso do Banco, as funções não executivas não são remuneradas, sendo os seus titulares remunerados pelas funções que desempenham noutras sociedades do Grupo.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo Santander, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, designadamente afectas às áreas financeira e controlo de gestão, risco, auditoria interna, recursos humanos e *compliance*, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

III. Princípios Orientadores da Política de Remuneração no Banco Santander Consumer Portugal

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- a) Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração (e.g. limitação estatutária a que Remuneração Variável exceda 5% dos lucros de exercício) que devem ser equilibradas entre si; ii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- f) À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento;
- g) O Banco não implementou, nem tem conhecimento de que os membros da Comissão Executiva tenham implementado, quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

IV. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remuneração dos titulares dos órgãos sociais deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existente no sector.
- b) Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
 - (i) Anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva, relativamente aos restantes administradores executivos;

- (ii) Anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração, relativamente ao Presidente da Comissão Executiva do Banco.
- c) Relativamente aos administradores não executivos e ao Presidente do Conselho de Administração, estes não auferem qualquer remuneração em Portugal, sendo remunerados pela actividade nas entidades do Grupo Santander Consumer Finance onde se encontram afectos,
- d) Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas uma remuneração fixa cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal. No entanto, uma vez que um dos membros do órgão de fiscalização do BSCP, é colaborador e desempenha funções no Banco Santander Totta, S.A., a sua remuneração é definida e paga nesse banco.
- e) Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos administradores executivos. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2011, a percentagem que cada uma das componentes efectivamente representou na totalidade da remuneração paga em 2011.

1. Remuneração Fixa

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Remunerações, tendo representado, em 2011, 59% da Remuneração Total.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, visando o equilíbrio entre o curto e o longo prazo.
- b) A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, tendo aquela representado, em 2011, 41% da Remuneração Total.
- c) De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do

Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;

- d) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios: i) resultados da Divisão de Consumer Finance e do Grupo Santander em que se integra, embora, quanto a este último, com um peso relativo inferior, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos; ii) os resultados e consumo eficiente do capital da unidade do Consumer Finance em Portugal iii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;
- e) A atribuição da Remuneração Variável depende igualmente do grau de consecução dos objectivos anuais definidos;
- f) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo oscilar entre 0% e 150% do valor de referência definido anualmente pelo Grupo;
- g) A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da Remuneração Variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- h) No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a Remuneração Variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos;

2.1. Diferimento da Remuneração Variável

- a) Como elemento da Remuneração Variável, o Banco implementou um sistema de Remuneração Variável de Longo Prazo, traduzido num plano de acções vinculado a objectivos definidos para o Grupo Santander, que visa comprometer e promover o alinhamento dos quadros dirigentes (incluindo administradores executivos) com os interesses do Grupo e respectivos accionistas e através do qual são atribuídas acções do Banco Santander;
- b) Em aplicação de Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Santander, S.A., o diferimento da Remuneração Variável encontra-se sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência no Banco durante um dado período estabelecido; ii) desempenho e posicionamento relativo do Grupo Santander face aos seus concorrentes de dimensão internacional, medidos através dos parâmetros de Retorno Total para Accionista e Crescimento do Benefício por Acção;

- c) O montante do diferimento é pago em acções, cuja atribuição definitiva acontece decorridos três anos, ficando dependente do preenchimento em cada um dos anos de diferimento das condições referidas *supra*, na alínea anterior;

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Na presente data, encontra-se diferida a entrega das acções correspondentes a parte da Remuneração Variável, cuja atribuição definitiva ocorrerá se cumpridas as condições referidas em 2.1 alínea b) .

3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco

Não houve, durante o exercício de 2011, montantes pagos aos administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco.

V. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

- a) Os administradores executivos beneficiam de um seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a quarenta e duas vezes o valor da Remuneração Fixa mensal do titular em causa.
- b) Com excepção do Presidente da Comissão Executiva, os demais administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde contratado para todos os colaboradores com participação destes correspondente a 0,75% da respectiva Remuneração Fixa..
- c) O Presidente da Comissão Executiva beneficia do Seguro de Saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) de acordo com o regime estabelecido no Banco Santander Totta, S.A. (onde tem contrato de trabalho suspenso).
- d) Relativamente a um dos Administradores, o Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação colectiva do sector bancário.

VI. Aspectos complementares

Não houve atribuição de planos de opções em 2011.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não houve, durante o ano 2011, quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

VII. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), cuja aplicação ao exercício de 2011 decorre do seu artigo 20.º, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II. do referido aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base. O BSCP não tem diferimento de variável.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Consumer Portugal em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da Administração e Fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridade nacionais competentes.

6.1. Remuneração Atribuída aos Órgãos de Administração e Fiscalização em 2011

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, de forma individualizada.

Em 2011, as remunerações fixas e variáveis totalizaram nesta data 356.641€ e 211.095€, respectivamente.

A remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o exercício de 2011 é apresentada de seguida:

Remuneração Anual

Conselho de Administração

Nome	Cargo		Remuneração fixa	Remuneração variável
Inês Serrano Gonzalez	Presidente do Conselho de Administração		-	-
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva		191 249	148 500
Luís Filipe Pires Ferreira	Administrador Executivo		113 934	62 595
David Turiel Lopez	Administrador Executivo	não	-	-
Borja Anduiza Rubio	Administrador Executivo	não	-	-
Pedro César Pereira Alves Saraiva	Administrador Executivo	não	-	-

Valores: Euros

Conselho Fiscal

Nome	Cargo		Remuneração fixa	Remuneração variável
Diogo José Paredes Leite de Campos	Presidente do Conselho Fiscal	do	27 708	-
Susana Teresa Baptista Nunes Sirera Soutelinho	Membro Efectivo do Conselho Fiscal	do	23 750	-
Manuel António Amaral Franco Preto	Membro Efectivo do Conselho Fiscal	do	-	-

Valores: Euros

Remuneração Anual Variável

1. Parcela pecuniária paga relativa ao Premio desempenho 2011:

Nome	Cargo		Remuneração variável
Inês Serrano Gonzalez	Presidente do Conselho de Administração	do	-
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva	da	148 500
Luís Filipe Pires Ferreira	Administrador Executivo		35 000
David Turiel Lopez	Administrador Executivo	não	-
Borja Anduiza Rubio	Administrador Executivo	não	-
Pedro César Pereira Alves Saraiva	Administrador Executivo	não	-

Valores: Euros

2. Acções:

O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos.

Em Julho de 2011, foi finalizado o terceiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 3.674, ao valor por acção de 7,511 Euros.

O valor individual atribuído a cada membro do Conselho de Administração, que corresponde às acções atribuídas do PI11, foi o seguinte:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Plano de acções/Montante exercido
Luís Filipe Pires Ferreira	Administrador Executivo	3.674 acções no valor de 27.595€

Valores: Euros

Novas Contratações

Em 2011 não se iniciaram novos mandatos dos órgãos de administração e fiscalização:

Cessações Contratuais

Não houve, durante o ano 2011, quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

7. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES COM FUNÇÕES DE CONTROLO OU COM RESPONSABILIDADE NA ASSUNÇÃO DE RISCOS

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é divulgada a política de remuneração dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco.

São assim considerados para este efeito os Directores a que se refere o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho (responsável pela Direcção de Controlo e *Compliance* do Banco), bem como os responsáveis pelas Direcções Financeira, de Risco e Recuperação e de Tecnologia e Operações.

Em concretização das relações de grupo existentes, a responsabilidade pela auditoria do Banco encontra-se cometida ao Director de Auditoria do Banco Santander Totta, o qual suporta o valor da respectiva retribuição.

I. Enquadramento

A Política de Remuneração dos Dirigentes segue os princípios vigentes para os restantes trabalhadores do Banco, em aplicação das directrizes definidas pelo accionista de referência deste para todo o Grupo Santander e formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existente no sector. O Grupo Santander detém 100% do capital do Banco Santander Consumer Portugal.

A Política de Remuneração dos Dirigentes é anualmente revista e aprovada pelo Conselho de Administração, no exercício de competência delegável na respectiva Comissão Executiva. Na sua definição participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são as adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco e do Grupo Santander, mostrando-se ainda conformes com as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes.

As remunerações dos Dirigentes encontram-se ainda sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.

II. A Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância da concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de colaboradores tem, como já no passado tinha, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à concretização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

Em 2010, foi criado ao nível do Grupo Santander o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, designadamente afectas às áreas financeira e controlo de gestão, risco, auditoria interna, recursos humanos e *compliance*, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos, aspectos com impacto nas retribuições.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

III. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- h) Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- i) Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus trabalhadores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- j) Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- k) Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as várias componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; ii) o pagamento de parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- l) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando o desempenho do Banco, bem como a avaliação da prestação individual com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade;
- m) Para o colaborador que exerça funções de controlo, na acepção do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, e para além de benefícios de natureza não remuneratória que porventura lhe sejam devidos, a componente variável da respectiva remuneração tem em conta a avaliação do desempenho individual e, concretamente, os objectivos específicos relacionados com as funções que exerce, não estando dependente do desempenho da área de negócio a que se encontra afecto;
- n) À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento.

IV. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- c) Esta Política de Remuneração dos Dirigentes deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo, que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- d) Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos Dirigentes. Tal avaliação é realizada anualmente pelo Presidente da Comissão Executiva. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa. Na sua qualidade de trabalhador do Banco Santander Totta, o responsável pela auditoria interna do Banco é avaliado pelo respectivo empregador;
- e) Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos Dirigentes. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2011, a percentagem que cada uma das componentes efectivamente representou na totalidade da remuneração paga em 2011.

4. Retribuição Fixa

- d) A Retribuição Fixa é paga 14 vezes por ano;
- e) A Retribuição Fixa é composta pela retribuição base; alguns Dirigentes auferem retribuição especial por isenção de horário de trabalho;
- f) A Retribuição Fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- g) A Retribuição Fixa dos Dirigentes tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, tendo representado, em 2011, 66% da Remuneração Total.

5. Remuneração Variável

- i) A remuneração dos Dirigentes comporta igualmente componente Variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respectivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- j) A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Retribuição Fixa, tendo representado em 2011 34% da Remuneração Total;
- k) De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico, que são definidos anualmente ao nível do Grupo e pela Comissão Executiva do Banco;

- l) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios: i) resultados da Divisão de Consumer Finance e do Grupo Santander em que se integra, embora, quanto a este último, com um peso relativo inferior, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos; ii) os resultados e consumo eficiente do capital da unidade do Consumer Finance em Portugal; iii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;
- m) A atribuição da Remuneração Variável refere-se ao desempenho de curto prazo e depende do grau de consecução dos objectivos anuais definidos e ponderados individualmente de acordo com o respectivo grau de importância estratégica e nos termos da escala definida na Política de Avaliação de Desempenho;
- n) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo oscilar entre 0% e 150% do valor de referência, tal como definido anualmente ao nível do accionista de referência, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos.

5.1. Diferimento da Remuneração Variável

- a) Como elemento da Remuneração Variável, o Banco implementou um sistema de Remuneração Variável de Longo Prazo, traduzido num plano de acções vinculado a objectivos definidos para o Grupo Santander, que visa comprometer e promover o alinhamento dos quadros dirigentes com os interesses do Grupo e respectivos accionistas e através do qual são atribuídas acções do Banco Santander;
- b) Em aplicação de Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Santander, S.A., o diferimento da Remuneração Variável encontra-se sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência no Banco durante período pré-estabelecido; ii) desempenho e posicionamento relativo do Grupo Santander face aos seus principais concorrentes de dimensão internacional, medidos através dos parâmetros de Retorno Total para Accionista e Crescimento do Benefício por Acção;
- c) O montante do diferimento é pago em acções, cuja atribuição definitiva acontece decorridos três anos, ficando dependente do preenchimento em cada um dos anos de diferimento das condições referidas *supra*, na alínea anterior.

5.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Na presente data, encontra-se diferida a entrega das acções correspondentes a parte da Remuneração Variável, cuja atribuição definitiva ocorrerá se cumpridas as condições referidas em 2.1 alínea b) .

V. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

Alguns dos Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, contratado para todos colaboradores, com comparticipação destes correspondente a 0,75% da respectiva retribuição fixa;
- b) Seguro de vida, aplicável a todos os colaboradores, cujo capital corresponde a 42 vezes o valor da respectiva retribuição fixa mensal.
- c) O Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação colectiva do sector bancário.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

VI. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos Dirigentes do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), cuja aplicação ao exercício de 2011 decorre do respectivo artigo 20.º/2, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da Remuneração Total destes grupos de trabalhadores, composta por Retribuição Fixa e Remuneração Variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II do referido Aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

Com esta contextualização, a adopção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Consumer Portugal em matéria de remunerações dos seus Dirigentes se contenha nos presentes limites sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridade nacionais competentes.

7.1. Remuneração atribuída aos Dirigentes em 2011

A presente informação é prestada em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que refere a divulgação, em termos agregados, do montante anual da remuneração auferida pelos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco (doravante, os “Dirigentes”).

Remuneração Anual

Montante da retribuição fixa:	422.647€
Montante da retribuição variável:	216.944€
Número de beneficiários:	4

Remuneração Anual Variável

Parcela pecuniária paga relativa ao Premio de Desempenho de 2011: 143.081€

Acções: O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos.

Em Julho de 2011, foi finalizado o terceiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções do Banco Santander, S.A atribuídas aos Dirigentes foi de 9. 834, ao valor por acção de 7,511 Euros, correspondentes a 73.863€

Novas Contratações

Em 2011, não foram contratados colaboradores para o exercício das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco.

Cessações Contratuais

Em 2011, não cessaram contratos de trabalho com Dirigentes.